



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

JANINE OLIVEIRA CARDEAL

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL
ALAGOANO: que relação é esta?**

MACEIÓ – AL
2013

JANINE OLIVEIRA CARDEAL

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL
ALAGOANO: que relação é esta?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Política da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes

MACEIÓ – AL
2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

C2660 Cardeal, Janine Oliveira.
 As organizações não governamentais no processo educacional alagoano :
 uma relação a ser conhecida / Janine Oliveira Cardeal. – 2013.
 126 f.

 Orientadora: Elione Maria Nogueira Diógenes.
 Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas.
 Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2013.

 Bibliografia: f. 113-117.
 Apêndices: f. 118-125.
 Anexos: f. 126.

 1. Estado e organizações não governamentais. 2. Processos educativos.
 3. Terceiro setor. 4. Alagoas – Educação não formal. 5. Políticas educacionais.
 I. Título.

CDU: 37.014:061.2



“As organizações não governamentais no processo educacional alagoano: que relação é esta?”.

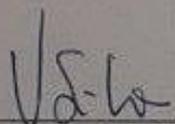
JANINE OLIVEIRA CARDEAL

Dissertação submetida a banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 20 de março de 2013.

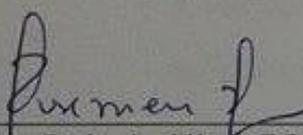
Banca Examinadora:



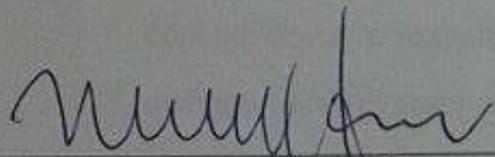
Prof. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (PPGE-CEDU-UFAL)
(Orientadora)



Prof. Dra. Veleida Anahi da Silva (UFS)
(Examinadora Externa)



Prof. Dra. Rosemeire Reis da Silva (PPGE-CEDU-UFAL)
(Examinadora Interna)



Prof. Dra. Mara Rejane Alves Ribeiro (FSSO-UFAL)
(Examinadora Externa)

À minha avó, Maria do Carmo Barros Cardeal, carinhosamente conhecida como D. Carminha, que percorreu com maestria a sua trajetória no magistério, meus agradecimentos pelos sólidos ensinamentos a respeito dos valores humanos que me incentivaram a conquistar dignamente os objetivos profissionais e de vida. A sua humanidade é uma fonte de inspiração!

Agradeço

Ao meu Deus, pois sem **Ele** nenhum caminho teria sido percorrido, nem existiria sentido nessa minha trajetória!

É difícil listar as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da investigação que culminou nesta Dissertação de Mestrado, tendo em vista que as relações estabelecidas nos diversos contextos, ainda que não estivessem ligadas diretamente à pesquisa, interferiram nas reflexões aqui apresentadas. Desta forma, gostaria de expressar o meu agradecimento àqueles que acrescentaram ao processo de construção deste trabalho e, sobretudo, desta pesquisadora.

Aos meus amados pais, João Rufino de Oliveira e Denise Cardeal Barros, por estarem sempre presentes, me ajudando a perceber os possíveis caminhos da vida por meio de um amor e apoio incondicional. Não poderia deixar de expressar a minha gratidão às minhas queridas irmãs, Tayse Cardeal e Daniela Cardeal, por terem aceitado se privar de minha companhia devido ao compromisso estabelecido com os estudos, agradeço tamanha compreensão!

À professora Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes que ensina a seus alunos além do saber científico, a ética humana do compromisso vivo com a transformação das práticas pedagógicas. Ter a sua presença ao meu lado durante essa caminhada proporcionou a compreensão da prática educativa a partir de uma perspectiva humanizadora. Agradeço pelo seu comprometimento, dedicação, esforço, cuidado e disciplina na condução da pesquisa e, sobretudo, por se revelar a todo o momento uma orientadora amorosa, paciente e amiga.

À professora Dra. Edna Cristina do Prado, que desde a graduação tem me acompanhado e participado da minha construção enquanto pesquisadora. Não poderia deixar de citar a sua dedicação e entusiasmo na leitura deste trabalho, atentando para questões importantes. Especialmente, sou grata pela sua presença na minha trajetória acadêmica.

À Prof. Dra. Mara Rejane Alves Ribeiro, cuja participação neste trabalho proporcionou um aprendizado valioso. As suas análises em torno da pesquisa foram esclarecedoras e nos fizeram compreender novas possibilidades relacionadas não somente à escrita, mas ao aprofundamento da pesquisa.

Às professoras: Dra. Veleida Anahi da Silva e Dra. Rosemeire Reis da Silva, que na condição de examinadora externa e examinadora suplente respectivamente, aceitaram participar da banca avaliadora deste trabalho, meus agradecimentos pela disponibilidade e compromisso firmado.

Aos companheiros das ONGs: Instituto Girassol de Desenvolvimento Social e Instituto Nazareno Pão da Vida. Sou grata, em especial, pelo privilégio de ter vivenciado nesses espaços experiências que marcaram a minha vida, como sujeito social, político e humano. Agradeço pela oportunidade concedida de aprender por meio da participação em práticas educativas que se diferenciaram de todas aquelas já conhecidas. O trabalho desenvolvido por essas organizações representa uma possibilidade de promover uma significativa transformação social.

Agradeço aos meus professores da Pós-Graduação por terem me recebido, acolhido e ensinado; o partilhamento e o diálogo de saberes ajudaram a construir minha ação como docente/pesquisadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação que desempenhou papel fundamental no apoio a esta pesquisa por meio do financiamento da mesma.

Aos entes queridos, amigos e os “Nazarenos”, a minha família na fé, especialmente José Roberto Santos, Roseane Paula Peixoto Severo, Darlene Gomes Carneiro, Idalina Amélia Santana, Elieide Paulino Soares e Isabelle do Nascimento Pereira. Agradeço por terem sido no decorrer desses anos uma real fonte de motivação e força.

Aos meus amigos queridos direciono o meu agradecimento, porque acreditam em mim e torcem pela realização deste que não é somente um trabalho, e sim um sonho. Agradeço à Edymácia Santos Cordeiro e Juliana Araújo Santos, que desde a graduação têm me acompanhado e participado de forma singular da minha vida.

Ao companheirismo daquelas que em meio às atividades e exigências do Programa de Pós-Graduação se mantiveram constantemente ao meu lado, compartilhando momentos preciosos dessa minha caminhada: Fabrícia Carla de Albuquerque Silva e Vânia Márcia Laurentino.

Aos meus alunos, por fazerem com que, a cada dia, eu me apaixone ainda mais pela educação.

Aos educadores sociais, com os quais tive a honra de trabalhar na minha caminhada e no desenvolvimento dessa pesquisa, por não se eximirem da responsabilidade de desenvolver uma prática educativa para a transformação do mundo que só tem sentido mediante a transformação do homem.

“A tarefa não é tanto ver o que ninguém viu ainda, mas pensar o que ninguém pensou sobre algo que todos veem.”

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

O objeto de estudo, desta pesquisa, configurou-se na relação entre as Organizações Não Governamentais (ONGs) – inseridas no Terceiro Setor – e o Estado, cujo enfoque está centrado na educação não formal, portanto em espaços que ofertam processos educativos de caráter não escolarizado. Com especial cuidado, analisamos a atuação das ONGs no campo educacional alagoano. Tendo em vista a concretização da pesquisa, tomamos os seguintes procedimentos: a) realizamos um levantamento cadastral das instituições atuantes no estado de Alagoas, base territorial do trabalho, b) investigamos duas organizações situadas em dois municípios do referido estado que desenvolvem processos educativos, selecionadas com o objetivo de analisar as relações que se estabelecem nesse ambiente, e, c) discutimos a produção de cientistas que abordaram as temáticas: Estado, Terceiro Setor, Educação Não Formal e ONGs, a saber: Carvalho (1998), Coutinho (2006), Fernandes (1994), Gramsci (2000), Gohn (2010), Landim (1993), Montañó (2002), Nogueira (2009), Rodrigues (1998), Souza e Rodrigues (1993) e Vieira (1998), dentre outros. O estudo de caso serviu como aporte metodológico porque oportuniza o conhecimento aprofundado de uma dada realidade (DIEHL; TATIM, 2004). Neste sentido, entrevistamos os profissionais que exercem atividades educativas nas ONGs observadas, os quais se constituíram sujeitos da pesquisa. Assim, detalhadamente: foram entrevistados quatro gestores, bem como foram aplicados questionários com vinte educadores envolvidos no trabalho das instituições investigadas. Os resultados sinalizam que o fortalecimento das ações dessas instituições no campo educativo está correlacionado ao processo de reforma do Estado brasileiro (que consolidou o papel do Terceiro Setor) no que diz respeito à prestação dos serviços públicos e na conseqüente inserção de Alagoas nesse processo de forma subalternizada. Ao longo do trabalho é perceptível que o desempenho dessas ONGs na área educacional necessita de um maior conhecimento por parte de toda a sociedade alagoana e da própria Academia. Outro resultado importante indica que as ONGs são avaliadas de forma positiva pelos beneficiários e pelas comunidades onde estão localizadas devido ao seu comprometimento com o trabalho desenvolvido.

Palavras-chave: Organizações Não Governamentais. Processos Educativos. Terceiro Setor. Educação Não Formal. Estado.

RESUMEN

El objeto de esta investigación se ha configurado en la relación entre las organizaciones no gubernamentales (ONGs) - que componen el Tercer Sector- y el Estado, cuyo enfoque se centró en la Educación No Formal, o sea, en los espacios que ofrecen los procesos educativos de carácter no escolarizados. Con un cuidado especial, se analiza el papel de las ONGs en la educación de Alagoas. En vista de su realización, tomamos los siguientes procedimientos: a) realizamos un catastro de las instituciones en el estado de Alagoas, la base territorial del trabajo, b) hemos investigado dos organizaciones ubicadas en dos municipios de ese estado que desarrollan los procesos educativos, con el fin de analizar las relaciones establecidas en este entorno, y c) hablamos de la producción de los científicos frente a las cuestiones: Estado, Tercer Sector, Organizaciones No Gubernamentales y Educación no Formal, a saber: : Carvalho (1998), Coutinho (2006), Fernandes (1994), Gramsci (2000), Gohn (2010), Landim (1993), Montaña (2002), Nogueira (2009), Rodríguez (1998), Souza y Rodrigues (1993) y Vieira (1998), entre otros. El estudio de caso sirvió como enfoque metodológico, ya que favorece el conocimiento en profundidad de una realidad dada (DIEHL; TATIM, 2004). En este sentido, entrevistamos a los profesionales que participan en las actividades educativas de las ONGs encuestadas, y que formaron los sujetos de la investigación. Por lo tanto, en detalle: cuatro gerentes fueron entrevistados y los cuestionarios fueron llenados con una veintena de educadores que participan en la labor de las instituciones investigadas. Los resultados indican que el fortalecimiento de las acciones de estas instituciones en el ámbito educativo se correlaciona con el proceso de reforma del Estado brasileño (que consolidó el papel del Tercer Sector) en relación con la prestación de los servicios públicos y con la inserción posterior de Alagoas en este proceso, así subalternizada. A lo largo de la obra es evidente que la actuación de estas organizaciones no gubernamentales en la educación requiere de un mayor conocimiento por parte de toda la sociedad de Alagoas y, incluso, de la propia Academia. Otro importante resultado indica que las ONGs son evaluadas positivamente por los beneficiarios y las comunidades donde se encuentran, debido a su compromiso de trabajar.

Palabras clave: Organizaciones No Gubernamentales. Procesos Educativos. Tercer Sector. Educación No Formal. Estado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Documentos analisados nas ONGs.....	60
Quadro 2: Funcionários respondentes dos questionários nas ONGs.....	60
Quadro 3: Funcionários entrevistados nas ONGs.....	61
Quadro 4: Quadro geral de desenvolvimento das atividades – <i>Paz e Amor</i>	67
Quadro 5: Quadro geral dos colaboradores – <i>Paz e Amor</i>	68
Quadro 6: Quadro geral da formação dos colaboradores – <i>Paz e Amor</i>	69
Quadro 7: Quadro geral de desenvolvimento das atividades – <i>Semeador</i>	76
Quadro 8: Quadro geral dos colaboradores – <i>Semeador</i>	78
Quadro 9: Quadro geral da formação dos colaboradores – <i>Semeador</i>	78
Quadro 10: Campos de atuação das ONGs no Brasil.....	81
Quadro 11: Campos de atuação das ONGs em Alagoas.....	84
Quadro 12: Definição da relação: Estado e ONGs – Gestores.....	93

LISTA DE SIGLAS

AALONG – Associação Alagoana das Organizações Não Governamentais

ABONG – Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais

AMOL – Associação dos Moradores do Osman Loureiro

BNB – Banco do Nordeste Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDU – Centro de Educação

CHAL – Contadores de Histórias Amigos da Leitura

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FAMECAL – Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Maceió

FANUT – Faculdade de Nutrição

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MNMM – Movimento Nacional de Meninos e Meninas

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organizações Não Governamentais

OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PECC – Projeto Educação Complementar e Cidadania

PND – Programa Nacional de Desestatização

PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PRONORD – Programa de Desenvolvimento do Nordeste

PT – Partido dos Trabalhadores

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UBF – Unidade de Beneficiamento de Frutas

TS – Terceiro Setor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: motivações e expressões.....	13
1.1 Motivações.....	13
1.2 Expressões.....	14
2 ESTADO, TERCEIRO SETOR E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	17
2.1 Estado brasileiro: reflexões pertinentes.....	17
2.2 Estado, Terceiro Setor e Organizações Não Governamentais: dinâmicas e conceitos em tela.....	22
2.2.1 A relação entre Estado e Terceiro Setor.....	23
2.2.2 A relação entre Terceiro Setor E Organizações Não Governamentais.....	27
2.3 A reforma do Estado brasileiro e as Organizações Não Governamentais: os termos da relação.....	34
3 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	41
3.1 Educação Não Formal: discussão conceitual.....	41
3.2 O papel das Organizações Não Governamentais no cenário da Educação Não Formal.....	49
4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CAMPO EDUCATIVO ALAGOANO.....	58
4.1 Caminhos percorridos na pesquisa.....	58
4.2 Caracterização do <i>locus</i> empírico da pesquisa.....	61
4.2.1 A Organização Não Governamental “Paz E Amor”.....	62
4.2.2 A Organização Não Governamental “Semeador”.....	70
4.3 A atuação e o papel das instituições “Paz E Amor” E “Semeador”.....	79
4.4 A relação entre Estado e Organizações Não Governamentais no Campo Educativo Alagoano.....	92
4.5 A contribuição das Organizações Não Governamentais no desenvolvimento DA Educação Não Formal em Alagoas.....	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES.....	118
ANEXOS.....	126

1 INTRODUÇÃO: motivações e expressões

1.1 Motivações

Esta pesquisa traz como recorte temporal a década de 1990 em diante e como recorte espacial, o estado de Alagoas. O interesse pela temática se relaciona com a nossa vivência profissional em organizações de caráter não governamental, o que nos despertou o interesse em adentrarmos ao universo educacional. Desde 2008, desenvolvemos projetos voltados à leitura e artes no espaço da ONG “Paz e Amor¹” localizada em Maceió, capital alagoana. A instituição está localizada em um bairro periférico e desenvolve um trabalho educativo voltado para aproximadamente 100 crianças e adolescentes. O referido trabalho nos possibilitou um entendimento sobre os processos educativos no campo da educação não formal. Por meio desta, conhecemos a dimensão da prática docente voltada à transformação social.

O espaço da sociedade civil é compreendido como possibilidade de transformação da realidade. No curso de Pedagogia esse entendimento foi complementado pela ótica de que a educação é uma via de intercâmbios e de aprendizados. Nisto, as contribuições de Paulo Freire foram elucidativas para esse estudo. Educar constitui-se em um processo de humanização, que se desenvolve a partir da reflexão, das inquietações, das buscas pela apreensão dos conhecimentos, que pode ultrapassar os limites das bancas e dos muros escolares.

Por meio das discussões em sala de aula (e fora dela) percebemos que o ato de educar acontece, também, em outros espaços por meio de práticas que se diferenciam das regulamentadas. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 destaca em seu artigo primeiro que os processos formativos se desenvolvem para além das instituições oficiais de ensino.

Na disciplina “Organização e Gestão dos Processos Educativos²,” ofertada no 5º período do referido curso, foi possível tomar conhecimento das especificidades educativas. Nesse sentido, a mesma tem contribuído para que os estudos na área se fortaleçam, visto que se configura como espaço que reúne alunos interessados em conhecer outras dimensões e

¹ Nome fictício. Ao longo do trabalho usamos tais expedientes no sentido de preservar a identidade e a privacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

² Ministrada pela orientadora deste estudo.

possibilidades da prática educativa, assim como tem motivado o desenvolvimento e a reflexão sobre os processos desenvolvidos nos espaços não formais de educação.

Os espaços não formais representam, assim, um domínio específico das práticas educativas. A obra de Gonh (1992; 2006; 2010), por exemplo, esclarece a importante relação que se estabelece entre esses espaços e a educação. Diante desse cenário, um estudo realizado no espaço não governamental com o fim de investigar a contribuição das ONGs no desenvolvimento do processo educacional maceioense, foi realizado e culminou na monografia intitulada: “A contribuição das Organizações Não Governamentais (ONGs) no processo educacional de Maceió: um caminho em construção” apresentada no ano de 2010.

Essa investigação despertou o desejo de dar continuidade aos estudos para contribuir com uma reflexão sobre a temática de modo mais profundo. Para tanto, a aprovação de um projeto submetido no ano de 2011 ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFAL, tornou possível a concretização do objetivo perseguido. Nesse sentido, o curso de Mestrado em Educação configurou-se como uma oportunidade ímpar na produção desse conhecimento.

1.2 Expressões

Há pelo menos três décadas anteriores ao tempo em que habitamos hoje; seria praticamente improvável pensar no Estado enquanto articulador junto a outros agentes sociais (não estatais) com o fim de potencializar o seu papel e atuação na sociedade brasileira. Na atual conjuntura histórica e social percebemos um alargamento na capacidade de articulação do poder público. Tal aspecto tem corroborado para que se efetive uma política condizente com os interesses, sobretudo, econômicos e políticos da ordem capitalista.

Ao tempo em que discutimos a crise instaurada no Estado brasileiro, mediante a necessidade urgente do mesmo pautar-se na política econômica vigente no contexto mundial, notamos que as medidas estatais têm caminhado a passos largos, rumo a uma estruturação social, política e financeira cada vez mais condizente com os interesses do mercado.

Em meio a tais necessidades de adequação, o poder público está se mostrando ainda mais disposto a dialogar com agentes que, por meio de um maior entrelaçamento, contribuam

para o desenvolvimento do seu papel. Privilegiadamente, o Terceiro Setor (TS³) tem conquistado no cenário nacional certa amplitude de atuação.

Cabe um ato reflexivo sobre essa relação que se fortaleceu a partir da década de 1990 em diante. O interesse do Estado nessa aproximação não é algo recente. Na realidade, trata-se de um alongamento desse diálogo e das práticas. A compreensão desse processo envolvendo o TS e o Estado exige uma análise contextual das primeiras tentativas de estabelecimento dessa conexão.

Como resultado dessa intensificação no trabalho desenvolvido em parceria por tais atores, percebemos a ampliação dos campos de atuação das ONGs. No campo educativo essas organizações têm fortalecido e expandido as suas ações, garantindo a sua participação social por meio de suas contribuições na oferta e promoção dos serviços educacionais, desenvolvidos a partir dos diversos processos educativos.

A crescente participação das organizações sem vínculo direto com o Estado (no âmbito educativo) marca que a sociedade civil assume o compromisso diante das novas demandas sociais. As ONGs têm se assegurado no campo da prestação de serviços educacionais, posto que veem uma possibilidade para o cumprimento do seu papel enquanto articuladoras sociais. Entretanto, o serviço educacional desenvolvido no contexto não governamental se diferencia daquele prestado pelo poder público estatal.

As práticas da educação não formal se diferenciam dos limites da educação escolarizada, ao mesmo tempo se aproximam dos interesses pretendidos pela ONGs quanto ao compromisso de contribuir para o bem-estar social. As propostas educativas realizadas por essas organizações são pensadas de acordo com uma prática educativa que contribua para a formação e engajamento social do público-alvo das ações.

A educação não formal não pode e nem tem a pretensão de substituir os processos formativos escolarizados, entretanto ela pode contribuir de forma significativa para os mesmos, posto que, busca a formação dos sujeitos capazes de transformar a realidade (GADOTTI, 2005).

Analisar o desenvolvimento da educação não formal, bem como, a participação não governamental neste campo exige esforço dos pesquisadores para que não se limitem a um entendimento ingênuo da realidade, desconsiderando os limites e as possibilidades dessa relação educação não formal e ONGs na atual configuração social. O crescimento e fortalecimento desses processos educativos não formais tem tornado a discussão necessária e

³ Utilizaremos a sigla TS para fazer referência ao conjunto de organizações sociais denominado Terceiro Setor.

urgente, não podendo mais ser restringida ou silenciada entre aqueles que estão inseridos em tal contexto e/ou se interessam por compreender, ainda que minimamente, o desenvolvimento educacional.

No intuito de favorecer o diálogo a respeito de tais questões que tem nos inquietado adentramos ao universo das ONGs que desenvolvem ações no campo educativo alagoano, por meio de práticas não formais, a fim de esclarecer os termos dessa relação. Nisto, a estrutura em que organizamos o presente estudo procura expor três situações no ato de investigar a temática: a contextualização histórica, a discussão do referencial teórico e os procedimentos metodológicos assim como os resultados a que chegamos.

Portanto, sinteticamente temos o primeiro capítulo: **ESTADO E TERCEIRO SETOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** que discorre a respeito da formação social do Estado brasileiro, bem como discute a construção histórica do TS. Estabelecemos, inclusive, um diálogo em torno dessas questões, a fim de que seja possível a reflexão sobre os papéis que ambos têm desempenhado diante das problemáticas que se apresentam na tessitura social. O segundo capítulo: **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS** aborda a atuação dessas no âmbito da educação, por meio do desenvolvimento de processos educativos não formais. Discutimos o crescimento e fortalecimento dos serviços prestados pelas ONGs⁴ no campo educacional, e, dessa forma, desvelamos o que está subjacente à política de democratização da educação. As considerações a respeito dessa participação da sociedade civil no campo são tecidas com o propósito de compreender até que ponto essas organizações têm contribuído para o desenvolvimento do campo educativo.

Finalmente, o terceiro: **ONGS E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL EM ALAGOAS: CARTOGRAFIA DA RAZÃO** adentra ao campo analítico propriamente dito da nossa pesquisa, pois é quando realizamos a articulação entre as teorias apreendidas e o real pesquisado. O diálogo é traçado a partir de experiências concretas de duas ONGs alagoanas, tomadas como objeto de análise, no qual discutimos novas possibilidades, ao trabalho interventivo das mesmas, que agenciem o desenvolvimento da educação. Encerrando a dissertação, tecemos as **CONSIDERAÇÕES FINAIS** em que colocamos os resultados, compreendendo que os espaços não formais de educação, especialmente as ONGs desenvolvem trabalhos, de caráter educativo e social, que precisam ser conhecidos e reconhecidos, vez que, são campos de disputa de projetos sociais.

⁴ Para fins da pesquisa, a análise aqui apresentada terá o seu olhar voltado especificamente para as ONGs, instituições que integram o TS.

2 ESTADO, TERCEIRO SETOR E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Este capítulo está disposto em três momentos: 1º - discorreremos a respeito da formação social do Estado brasileiro, no 2º - discutimos sobre a construção histórica do TS. E no 3º - estabelecemos um diálogo em torno da relação existente entre os dois atores sociais supracitados, afinando a discussão para o contexto de organizações específicas: as ONGs. Dessa forma, as temáticas estão estruturadas a fim de cumprir um efeito didático, desfazendo, assim, qualquer pretensão de tratar isoladamente tais questões.

Com o objetivo de subsidiar a análise do nosso objeto de estudo, iniciamos a nossa trajetória partindo de um ponto específico: da necessidade de dialogar a respeito dos aspectos que constituem a formação social e histórica do Estado e do TS. No intuito de elucidar os caminhos percorridos por esses atores sociais nos remetemos a estudos que têm contribuído para a compreensão dessa relação estabelecida na tessitura social.

2.1 Estado brasileiro: reflexões pertinentes

A discussão em torno do Estado brasileiro requer uma reflexão sobre as concepções que permearam a sua construção em uma perspectiva histórica, a fim de caracterizá-lo de acordo não apenas com as relações estabelecidas com a sociedade, mas, sobretudo, em consonância com as compreensões sobre homem e sociedade que constituíram e embasaram tais relações.

Dialogar sobre o papel do Estado, refere-se a tratá-lo a partir de suas complexas atuações, desenvolvidas no interior de numerosas formas de relações sociais. De acordo com Gramsci (2000, p. 331): “o Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados.”. Deste ponto de vista, é possível estabelecer uma reflexão sobre o Estado e a sociedade civil por meio da correlação de forças entre as diferentes classes sociais. O Estado é um espaço marcado por contradições, no qual há um esforço direcionado para a manutenção do *status quo* marcado pelas diferenças entre as classes sociais.

Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma representação da forma econômica-corporativa, em outras palavras, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois é necessário salientar que a noção geral de Estado inclui elementos que são comuns à noção de sociedade civil (Gramsci, 2000, p.149).

Nesse sentido, Gramsci enfatiza que o Estado é um fãmulos das classes burguesas que conserva o processo de dominação por meio do controle sobre a classe trabalhadora. O autor também apresenta diferenças consideráveis entre as sociedades orientais e ocidentais no que se refere à relação do Estado com a sociedade. Dentre as distinções, destacamos o fato de que no contexto oriental não há uma relação equilibrada de forças entre o poder estatal e a sociedade civil.

Coutinho (2006), ao se apropriar da referência gramsciana analisa que o Brasil, em sua construção político-social, foi marcado pela predominância das características de países orientais, posto que o Estado brasileiro consolidou-se ao passo que a sociedade civil ficou à margem das decisões políticas, devido à insuficiência de força política da mesma para confrontar o poder estatal: “[...] o Brasil se caracterizou até recentemente pela presença de um Estado extremamente forte, autoritário, em contraposição a uma sociedade civil débil, primitiva, amorfa” (COUTINHO, 2006, p.173).

Essas características permanecem até os dias de hoje na configuração política brasileira. É certo que o país, tendo em vista o acompanhamento das tendências econômicas no mundo, precisou em seu curso histórico aderir a novas formas de direcionamento da sua política estatal, o que sugeriu, em dados momentos, uma reconfiguração na atuação do Estado. Esse processo é assim definido:

Finalmente, há um conceito ‘acadêmico’, ou seja, com melhor trânsito na universidade, que também ajuda a pensar o caso brasileiro: o conceito de ‘modernização conservadora’, elaborado pelo sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr. Ele distingue entre três diferentes caminhos de trânsito para a modernidade, um que leva à criação de sociedades liberal-democráticas, outro que leva a formações de tipo autoritário e mesmo fascista. (COUTINHO, 2006, p.175, grifo do autor).

Tratou-se de uma modernização conservadora que primou pelo afastamento do poder das classes populares, mantendo o domínio da classe dominante, ainda que o preço fosse alto a pagar, o arcaísmo social. Além de limitar o acesso da classe trabalhadora à riqueza social, esse tipo de atuação estatal visava à alienação da mesma, a fim de enfraquecer a sua organização e atenuar a luta popular a favor dos direitos. A teoria da modernização conservadora possibilita o esclarecimento acerca dos aspectos presentes no processo de formação social do Estado.

Se a vinda da coroa portuguesa serviu para intensificar no território brasileiro a dominação dos colonizadores, a Independência, tampouco, se configurou como uma ruptura

com os traços de um Brasil colônia. A promulgação da Independência constituiu-se como uma estratégia para manter um governo que estava em crise, por conta da pressão internacional. Nesse sentido, a intenção era manter o domínio português. Não se tratou de um movimento contestatório gerado no meio popular. Foi, sobretudo, um processo bem elaborado, com o fim de dar continuidade à velha ordem. Desse modo, o Estado se fortaleceu e a classe popular que não teve participação direta nesse processo, ficou à margem das questões políticas dominantes (COUTINHO, 2006).

O Brasil se organizou na forma Estado, antes mesmo de encetar a construção do processo de identidade-nação. Isso remete a pensar que a Nação foi constituída sob um Estado forte, intervencionista e centralizador, supressor dos interesses populares. Assim, o país se inseriu de forma conservadora na dinâmica do capitalismo avançado. Com a Proclamação da República (1889), a sociedade vivenciou transformações sociais, econômicas e políticas e o Estado permaneceu vinculado aos interesses da elite. O rompimento com essa velha ordem passa a ser mais claramente definida com a crise capitalista de 1930.

Depois da abolição e da Proclamação da República, o Brasil já era uma sociedade capitalista, com o Estado burguês; mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e a generalização das relações capitalistas em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o 'modo de produção especificamente capitalista', ou seja, a indústria. (COUTINHO, 2006, P. 176, grifo do autor).

Motta (2009) acrescenta que o capitalismo se reconfigura a partir de suas próprias crises. Há um ciclo necessário à lógica de acumulação de capitais, o qual contribui para que as economias mundiais se adequem à ordem hegemônica do capital. No Brasil dos anos de 1930, a própria crise favoreceu o desenvolvimento de um tipo de capitalismo dependente (CARDOSO, 1976). Assim, as relações capitalistas aqui são do tipo subalterno. O Estado capitalista fortaleceu-se nesse sentido, à medida que as classes detentoras do poder político utilizaram como estratégia: a minimização das disputas e embates entre a classe dominante, e a classe dominada, esta composta pelos trabalhadores. Getúlio Vargas expressava uma proposta de estabelecer no país, e, especificamente, na relação dentro das indústrias, um regime de colaboração.

Faleiros (1991) enfatiza que sob um discurso de proteção social, os agentes burocráticos do Estado formularam e implantaram políticas públicas para os trabalhadores pactuados com os empregadores. A estudiosa complementa explicitando que

a ideologia da colaboração está ligada à de proteção social. Esta, na fala dos políticos, visa dar o sentimento de segurança e garantias aos mais "fracos" da sociedade, aos mais desprotegidos, aos carentes, aos marginalizados, aos pobres. Nesse discurso, a sociedade aparece dividida entre os fracos e fortes,

pobres e ricos, favorecidos e desfavorecidos pela sorte, encobrendo-se as divisões mais profundas entre exploradores e explorados, dominadores e dominados (FALEIROS, 1991, p.14-5).

A autora supracitada faz críticas a esse processo, especificando que a cooperação entre patrões e empregados “[...] não visa melhorar as relações entre os dois indivíduos, mas reduzir conflitos entre as classes sociais, agudizadas pelas lutas entre as organizações trabalhadoras e os patrões” (FALEIROS, 1991, p. 14). Com efeito, a política de industrialização brasileira teve o Estado como principal interessado em conformar esse processo, por meio, inclusive, da criação de empresas estatais.

Pode-se dizer que, a partir dos anos de 1930 e pelo menos até a implantação do neoliberalismo nos anos de 1990 (quando o capital financeiro assume a supremacia), a fração preponderante no bloco de poder que governou o Brasil foi o capital industrial (COUTINHO, 2006, p.177).

O Estado capitalista brasileiro é, pois, o detentor dos elementos fundamentais para construir e fortalecer a nação brasileira. Tal cultura política tem início na Era Vargas e perdurou ao longo de todo período dos governos dos chamados líderes “populistas⁵”. Dessa forma, a industrialização consolidou-se pelas próprias ações estatais que visavam à efetivação do capitalismo, por meio da modernização conservadora.

Para os defensores do autoritarismo, o Brasil, teria uma sociedade fraca, anônima, fragmentada, na qual as classes sociais não se haviam ainda constituído plenamente. Mas, enquanto a esquerda apresenta como solução para esse problema o fortalecimento da sociedade civil, sua organização e dinamização, os defensores do ‘Estado autoritário’ pensavam que a solução consistiria precisamente em fazer do Estado o instrumento básico da construção da nacionalidade brasileira. (COUTINHO, 2006, p.178).

Faleiros apresenta uma concepção interessante sobre a política corporativista, implantada com vistas ao crescimento das relações capitalistas: “o corporativismo consistia na articulação da harmonia entre patrões e empregados pela transformação dos sindicatos em órgãos do Estado e pela atribuição a eles de funções assistenciais” (1996, p. 69).

Daí o interesse em cooptar o movimento sindicalista, no intuito de organizar e, principalmente, controlar a representação dos trabalhadores. Da mesma forma, incentivou-se a incorporação dos interesses da própria burguesia no cerne das decisões de interesse público, por meio da representação dos grupos específicos burgueses, cujas alianças permanecem exercendo influência até os dias atuais.

⁵ O populismo marca a política brasileira em 1930, a partir do governo do líder trabalhista Getúlio Vargas e o seu colapso é datado em 1964, ano do golpe, quando presenciamos a ascensão de um governo militar que instaurou a ditadura no país. O populismo brasileiro teria se caracterizado pelo controle e cooptação dos trabalhadores, a fim de se evitar incômodos com as possíveis mobilizações destes, e assim fortalecer o domínio do governante populista (FERREIRA, 2001).

O Estado corporativista foi se fortalecendo a medida que representava os interesses das classes dominantes nacionais, com a intenção de firmar uma relação estável com as mesmas, tendo em vista que desempenhavam um papel importante no desenvolvimento da política capitalista.

A conexão dos sindicatos com o Estado tinha como pretensão diluir os movimentos da sociedade civil, enfraquecendo as lutas sociais. O intervencionismo e o corporativismo, que marcaram o poder estatal desde a crise de 1930, se prolongaram nos anos seguintes, tornando-se questionáveis mais tarde, em meados dos anos de 1970 e 1980, por políticos e pensadores da economia mundial, que sugeriam medidas de liberação econômica (MOTTA, 2006).

No período de prevalência das medidas intervencionistas no país, a proposta de colaboração passou a influenciar na própria forma do poder estatal perceber a sociedade civil. A classe dirigente caracterizada, pela busca incessante de ampliação do seu poder, percebe uma possibilidade de alcançar tal objetivo por meio de novas formas de relacionamento com as massas populares. Em razão disso, no governo de Juscelino Kubitschek⁶ as organizações sociais conquistam espaço político de participação, visto que se

propagava a ideia de desenvolvimento para reforçar a colaboração entre povo e governo, no sentido de ampliar o entrosamento entre Estado e massas. Ele não falava em classes sociais, mas em 'gente humilde', gente pobre de um lado, e em prósperos, de outro (FALEIROS, 1991, p.14).

O argumento da proteção social foi apregoado à medida que outros entraram em cena, como, por exemplo, a naturalização das desigualdades sociais. Os agentes burocráticos estatais ao reconhecerem a população pobre e a classe alta desempenhava o papel de integrá-las com o fim de promover o desenvolvimento do país.

Além de fazer o povo aceitar e, portanto, legitimar essas intervenções do Estado e de seus agentes, esses discursos fazem a população acreditar na *bondade do sistema* e no *fracasso individual*. A falta de assistência educacional, a falta de nutrição e saúde, a falta de moradia, a falta de emprego, de lazer, a falta de roupas e alimentos, ou seja, a doença, o desemprego e a fome são atribuídos a falhas individuais ou a à ausência de sorte na vida, pois com as políticas sociais o sistema surge como atuante e preocupado com todos. (FALEIROS, 1991, p.17).

O discurso dessas classes, no sentido de proteger cidadãos fragilizados, esconde as reais condições em que esses sujeitos se tornam frágeis e excluídos, dissimulam a expropriação do sistema capitalista: a exploração é o que fundamenta as relações em uma sociedade regida pelo capital. As políticas implantadas e implementadas visam reproduzir no

⁶ Juscelino Kubitschek ocupou o cargo de chefia do governo no período que compreende os anos de 1955 a 1960.

ambiente social o conformismo diante das mazelas da exploração, construindo, assim, um espaço favorável à operação dos interesses do capital.

Todos os programas sociais vindos de cima para baixo são pagos e financiados pelos próprios trabalhadores e se inscrevem num contexto, muito mais complexo, que os discursos nem sequer pronunciam, ou melhor distorcem e camuflam. (FALEIROS, 1991, p.18).

Os programas sociais utilizam como respaldo ideológico para o seu fortalecimento o discurso de um Estado que se preocupa com a integração do povo e que amplia a participação social. Dessa forma, a sociedade é induzida a aceitar passivamente as políticas sociais que interessam, antes de tudo, às classes dominantes.

Nos governos seguintes dos presidentes Jânio Quadros⁷ e João Goulart⁸ a abertura para a formação de uma sociedade civil mais autônoma marcou os anos iniciais da década de 1960. Outro aspecto característico é a continuidade no desenvolvimento de políticas sociais que previam a estabilização de uma ordem social capitalista, por serem consideradas

formas e mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos. Os processos políticos de obtenção de consentimento do povo, da aceitação de grupos e classes e de manutenção da ordem social estão vinculados aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção de riquezas. (FALEIROS, 1991, p. 33).

O Brasil enfrentou mais uma vez uma transformação na forma de governo ocorrida de forma conservadora, imposta de ‘cima para baixo’ e os elementos da velha ordem, que se caracterizava pelo predomínio da passividade da sociedade civil foram conservados.

2.2 Estado, Terceiro Setor e Organizações Não Governamentais: dinâmicas e conceitos em tela

Sem mobilização social, nosso destino será a manutenção desse modelo, e quanto mais o país persistir nele, tanto mais difícil será retomar o projeto de fazer do Brasil um lugar condizente com suas condições e com suas potencialidades, uma nação generosa e soberana (PAULANI, 2006, p.100).

A força política da sociedade civil se torna expressiva quando os diversos sujeitos que a integra se encontram inseridos em um contexto de organização e mobilização social. Tais características estão sendo consolidadas no tecido societal brasileiro por meio do processo de fortalecimento e expansão dos agentes sociais não estatais. Antes da década de 1990 o TS não

⁷ Exerceu o cargo de chefia do governo brasileiro no período de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961.

⁸ A gestão de Goulart na presidência da República compreende os anos de 1961 a 1964.

tinha qualquer legitimidade, além disso, as ações desenvolvidas pelo mesmo não possuíam a visibilidade que hoje lhe é dada. Sua atuação era limitada a pequenos grupos ou a comunidades, público-alvo das ações de organizações específicas da sociedade civil. Hoje, esse se encontra publicizado por meio dos diversos meios de comunicação. O processo de expansão e fortalecimento das organizações que integram esse setor, especificamente as ONGs, tem corroborado para que, não somente o termo, mas, sobretudo, a contribuição social do mesmo seja difundida na sociedade.

Não se trata de algo novo, mas sim de uma utilização eficiente dos espaços de divulgação, aos quais a sociedade civil organizada, cada vez mais tem tido acesso. Se hoje a expressão se encontra popularizada é porque tais organizações caminharam na perspectiva de alcançar certo reconhecimento social, a fim de consubstanciar as suas ações e consolidar as suas formas de atuação.

Com o escopo de explicar acerca da construção histórica do TS e analisar o processo de fortalecimento e crescimento de ações desenvolvidas pelas organizações que o constitui, estudamos autores que tem se dedicado à temática: Carvalho (1998; 2000), Carrion (2000), Coutinho (2006), Fernandes (1994), Fischer (1998), Hey (2007), Landim (1993), Montañó (2002), Nascimento (1994); Neder (2000) Nogueira (2004), Rodrigues (1998), Souza e Rodrigues (1993) e Toledo (1999).

2.2.1 A relação entre Estado e Terceiro Setor

O TS abrange os movimentos sociais, associações de bairros, sindicatos, ONGs, entre outras instituições. Há um crescente interesse em divulgar e tornar conhecido esse conjunto de organizações que possui as suas especificidades. Compreendê-lo requer primeiramente um esforço para apreender o conceito de sociedade civil, do qual faz parte. No intuito de dar respostas às problemáticas sociais, a sociedade civil tem estabelecido uma relação peculiar com o poder público estatal. Sobre essa relação Nogueira (2004, p. 103) argumenta que “sem Estado (sem uma ligação com o Estado e sem uma perspectiva de Estado) não há sociedade civil digna de atenção”. O autor ainda acrescenta que a sociedade civil precisa caminhar para a politização.

Gramsci ajuda nessa reflexão sobre a sociedade civil, à medida que dialoga sobre as noções gerais e sobre os elementos específicos que formam o Estado, esclarecendo que

a noção geral de Estado inclui elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido poder-se-ia dizer que o Estado = sociedade política + sociedade civil, em outras palavras a hegemonia garantida pela couraça da coerção). (GRAMSCI,2000, p.149).

Sobre a questão da relação do Estado com a sociedade civil, Nogueira (2004, p. 67) esclarece que “se um Estado é indispensável, não é porque a sociedade, a democracia ou a sociedade civil precisem de um “tutor”, mas o contrário: é porque essa é uma das condições para que elas sejam mais autônomas e potentes”. Portanto, o fato da sociedade civil reconhecer a importância do papel estatal, não quer dizer que a mesma está submetida à tutela do poder público, ou que este para atuar poderá valer-se de instrumentos coercitivos de controle.

A sociedade civil não se caracteriza pela simples e/ou total oposição ao poder estatal. Pelo contrário, por vezes, ela se configura como um dos elementos que integram o braço do Estado no sentido de ampliar a sua expressividade diante da sociedade. Assim, o TS é um braço da sociedade civil que tem se aproximado do Estado, também denominado como o primeiro setor, bem como tem se relacionado com os interesses privados da ordem capitalista, pertencentes ao segundo setor. São justamente essas relações que norteiam a discussão tecida em torno da construção histórica do mesmo. Considerando que as transformações no mercado culminaram no desenvolvimento de novas relações políticas e econômicas, que implicaram em mudanças na estrutura social.

Desde a década de 1980, temos presenciado a inserção de novos atores no cenário social brasileiro, dentre eles as organizações não estatais, que foram assumindo cada vez mais uma postura participativa em meio ao processo de abertura democrática, vivenciado no referido período. A participação da sociedade civil, bem como o crescimento de suas instituições, fez surgir o TS. Em Fernandes (1994) essa expansão ocorreu, sobretudo, a partir da década de 1970. O surgimento do mesmo se caracterizava pela sua finalidade pública que pretendia lutar a favor da execução e da garantia dos direitos civis e sociais a partir do atendimento às demandas da população.

O período marcado pela Ditadura Militar⁹ foi cenário da intensa mobilização da sociedade civil. Isso resultou na ampliação dessas instituições não estatais que foram conquistando certo reconhecimento quanto a sua participação social. Em meio a um momento marcado pela extrema opressão política e supressão dos direitos, as ações desenvolvidas por essas organizações precisavam ser silenciosas, até que se consubstanciassem argumentos que, de fato, fossem capazes de enfrentar a política repressiva de um governo ditador.

Apesar das perseguições, opressões e repressões que caracterizaram o período histórico marcado pela ditadura, a sociedade civil se fortaleceu e o regime militar: “tentou,

⁹ O regime autoritário e ditatorial militarista governou o país de 31 de março de 1964 até 15 de março de 1985.

por diferentes meios, reprimir essa sociedade civil emergente, mas não foi capaz de domá-la e incorporá-la ao aparelho de Estado” (COUTINHO, 2006, p. 187). Os enfrentamentos ocorridos entre o Estado e a própria sociedade contribuíram para a queda do regime militar e, sobretudo, acentuaram a crise desse Estado centralizador e dominante, possibilitando, assim, uma reflexão em torno da constituição e atuação do poder público estatal. Assim, pois, a sociedade civil desempenhou um papel fundamental no processo de redemocratização vivenciado no país a partir da década de 1980.

As décadas de 1960 e 1970, e especificamente a de 1980, são compreendidas como o alicerce no qual se funda a organização da sociedade civil, necessária à luta pelos direitos e pela liberdade democrática na década seguinte. O Estado Democrático de Direito foi estabelecido no Brasil por meio da Constituição Federal de 1988, conquistada pelos diversos atores sociais. As ONGs assumiram um papel preponderante nesse processo. Enquanto atores políticos foram convocados para participar do processo decisório e, inclusive, lhe foram atribuídos novos papéis.

A Constituição de 1988 previu diretrizes e princípios que norteavam a questão da participação dos cidadãos no processo de implantação, implementação e monitoramento das políticas públicas sociais. Ao realizar um exercício de reflexão sobre certos aspectos da Constituição de 1988, é possível perceber que o Estado passou a incentivar a participação efetiva dos agentes sociais (não estatais), bem como o engajamento destes na esfera pública. Responsabilizando, além do poder público, a própria sociedade pelos encaminhamentos das políticas sociais.

A partir das definições presentes na Carta Magna que marcou o processo de abertura democrática, a sociedade civil organizada passou a dispor de novos espaços de atuação. Não se tratava de um consentimento para a atuação, mas na realidade essas novas atribuições funcionaram como incentivo para que as organizações ampliassem, já na década de noventa, os seus ‘horizontes’, divulgando suas ações, diversificando os campos e atuando inclusive com o apoio estatal.

As mudanças na forma de conceber espaços para a participação social repercutiram não somente nos movimentos sociais da sociedade civil que lutavam a favor da abertura democrática, mas no próprio poder público estatal. O TS, por meio das instituições que o integrava, foi convidado a preencher uma lacuna deixada pelo próprio Estado que naquele momento buscava redefinir o seu papel, rompendo com uma órbita exclusiva de atuação, que diz respeito a proteger e assegurar os direitos sociais e humanos dos cidadãos.

Estabeleceu-se uma relação marcada pelo fortalecimento do TS e pelo processo de reforma do Estado brasileiro, que só pode ser compreendido no contexto das transformações ocorridas no mundo do capital. As razões dos ajustes ocorridos na forma de intervenção do poder estatal estão ligadas aos interesses econômicos, que acabaram se sobrepondo às demandas sociais.

Destarte, não há como desassociar a construção histórica do TS, do processo de redefinição do papel estatal, que combinado a uma política neoliberal buscava atender cada vez mais os interesses da economia numa perspectiva de ‘dividir’ a função executora desse Estado. Ou seja: não há como entender o processo de expansão e fortalecimento dessas organizações da sociedade civil sem ter certa compreensão acerca da lógica do capital que permeava e continua na contemporaneidade influenciando as relações políticas, econômicas e sociais no país.

A ampliação e o fortalecimento das ações dessas organizações, somada à diminuição das atribuições do Estado e a convocação da sociedade para participar da esfera pública colocou tais organizações em posição de destaque social. Dessa forma, a década de 1990 é marcada pela necessidade de redimensionar o papel desenvolvido pelas instituições desse setor. Não se tratava mais de realizar ações e mobilizações por causas específicas, mas de refletir sobre o papel social que esse TS desempenhava. Papel este que está relacionado a uma atuação compromissada com as causas coletivas sobre as quais não devem se sobrepor os interesses privados.

A sociedade civil organizada, pois, conquistou o seu espaço na tessitura social e particularmente, na gestão de Luis Inácio Lula da Silva¹⁰, continuou a se desenvolver e a contar com o apoio do Estado principalmente no que diz respeito à realização de projetos de cunho assistencial. Não à toa, o Estado na atual conjuntura histórica tem incentivado a participação da sociedade civil.

Deste modo, pensar as instituições não estatais exige não somente um olhar para a posição de destaque que hoje elas têm ocupado ou, mesmo, comemorar o reconhecimento social que vem sendo conquistado. Elas precisam ser compreendidas no âmbito das batalhas travadas, porque é em meio a esse engajamento político que elas se configuram como um importante ator social comprometido com um papel de atuar na luta por uma sociedade mais democrática, na qual se promovem possibilidades reais de participação.

¹⁰ Ex-sindicalista, contribuiu para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual ele ocupa cargo de honra como presidente, exerceu o cargo de Presidente da República no período que compreende os anos de 2003 a 2011.

A maior participação do TS, no palco das políticas públicas, configurou-se, também, a partir do compromisso governamental com a política do capital, de acordo com dois objetivos principais. O primeiro objetivo dizia respeito à amenização da pressão que esses grupos organizados provocavam, e que, provavelmente, culminaria em certo incômodo para o poder estatal ao desenvolver suas ações governamentais. Outro objetivo estava relacionado aos benefícios que essa participação possibilitaria ao orçamento público.

O Estado a partir dessa relação consolidou o seu projeto de ajuste a política mundial capitalista. Dentre outros objetivos, conseguiu alcançar a meta de conter os gastos públicos e reduzir o seu papel interventor. Em contrapartida, o apoio às organizações civis, por meio do financiamento de ações que atendiam, em parte, as demandas sociais a um baixo custo, colocou o poder público em situação de certo descrédito social. Pois à medida que cresceu a visibilidade do TS, diluiu-se o reconhecimento da atuação estatal, ainda que esta acontecesse junto às organizações da sociedade civil.

A ampliação da participação tem culminado em uma intensificação na transferência da responsabilidade de atendimento às demandas sociais para o TS, sendo que não é papel deste se colocar como executor das ações que correspondem prioritariamente à esfera estatal. Segundo Montaña isso certamente terminará por

acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com o financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um). (MONTAÑO, 2002, p.189).

Em meio a esse cenário, o Estado tem buscado se apresentar como um ator limitado, quanto as suas intervenções sociais, por conta das crises econômicas. Contudo, essa forma de atuação está associada a uma conformidade com as intenções de ajuste a política neoliberal.

2.2.2 A relação entre Terceiro Setor e Organizações Não Governamentais

Pesquisas¹¹ (LANDIM; BERES, 1999) relacionadas à questão da participação das ONGs confirmam que essas conseguem os recursos necessários às suas ações porque conquistam a confiabilidade dos governos e das empresas privadas. Em meio ao discurso de responsabilidade social estão veladas as reais motivações das empresas de promoverem o TS. Para as empresas nacionais interessa a articulação com a economia local, de comunidades

¹¹ Além dos estudos de Landim e Beres (1999) que refletem a respeito da ingerência da sociedade civil sobre a economia brasileira, Szazi (2006) aponta que o TS está conquistando notoriedade porque a atuação das organizações que o integra se configura como possibilidade de progresso econômico.

específicas, seria uma espécie de inserção mais segura em um contexto pretendido. Além disso, o fato de uma empresa investir no social, produz certos ganhos, a longo prazo, facilitando a sua firmação por meio do reconhecimento da sociedade quanto as suas ações de promoção do bem comum.

Os investimentos realizados por organismos internacionais têm como pretensão cumprir com uma demanda específica que interessa, sobretudo, ao desenvolvimento econômico internacional. Portanto, não são raras as vezes que empresas internacionais investem em determinado contexto, esperando um retorno específico que possibilite a continuidade de seus projetos particulares.

Carvalho e Sachs (2001) especificam quatro tipos mais comuns de instituições internacionais que investem financeiramente no terceiro setor brasileiro, a saber: Agências de Cooperação, Organizações Internacionais, Organizações Religiosas e as Organizações Não Governamentais Internacionais. As autoras acrescentam ainda que conhecer a natureza da parceria estabelecida, possibilita certa compreensão a respeito das implicações desse vínculo para as organizações da sociedade civil.

Em meio ao processo de expansão do TS, uma das instituições que o integra tem influenciado consideravelmente esse crescimento e fortalecimento, trata-se das ONGs, que têm ocupado um lugar de destaque no que se refere à participação do setor nas questões políticas, econômicas e sociais do país. Tendo em vista que contam com o apoio dos órgãos estatais e dos organismos internacionais, é necessário precisar a sua estrutura e compreendê-las conceitualmente, posto que se encontram, cada vez mais, presentes nos debates que tratam acerca dos avanços e dos limites ocasionados pela internacionalização da economia brasileira.

Na atual conjuntura, a mídia tem exercido um papel fundante na popularização da terminologia: ONG. Entretanto, nesse discurso midiático todas as ações que não são desenvolvidas por órgãos estatais são entendidas como estratégias desenvolvidas por instituições não governamentais. Tendo em vista a necessidade de desmistificar essa situação, enfatizamos que é preciso ter clareza quanto às diferenças existentes entre as organizações que de fato atuam como tal e aquelas que são somente entidades civis de natureza beneficente, assistencial e caritativa ou, ainda, aquelas que são meras reproduções de interesses individualistas.

Diante da situação descrita, refletir sobre as transformações que aconteceram ao longo das últimas décadas possibilita a compreensão sobre a identidade desses agentes sociais. No intuito de elucidar tal identidade, o estudo sugere uma análise conceitual e estrutural dessas instituições no decorrer do seu percurso histórico.

A terminologia ONG traduz certa imprecisão conceitual, uma vez que, em uma primeira leitura, temos a tendência de considerar que esse termo se refere a toda e qualquer entidade civil promotora de ações em que, o Estado ou o governo não tenha ingerência sobre o planejamento, monitoramento e a avaliação das mesmas. Porém, na atual configuração social, essa definição apresenta-se como limitada, tendo em vista que essas organizações atuam cada vez mais vinculadas à perspectiva do poder público. Comumente, o conceito de ONG é, ainda, relacionado com o de outras organizações que compõem o TS, a saber: movimentos sociais, sindicatos, associações de bairros, dentre outros. Portanto, o simples fato de uma instituição integrar o TS, não significa dizer que essa se caracterize como uma ONG.

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), no intuito de esclarecer a identidade e precisar as características das ONGs, apresenta um delineamento de outras instituições, expondo aspectos relevantes que as distingue. Entretanto, essa delimitação “ainda que organize a discussão, não elimina a confusão” (CARRION, 2000, p. 238).

A referida associação apresenta uma classificação pautada na estrutura, atuação e finalidades das organizações sociais. O campo das ONGs é composto por instituições da sociedade civil sem teor lucrativo, associações, fundações e instituições filantrópicas. As instituições que se definem como não lucrativa compreendem as igrejas e escolas de samba: “desenvolvem atividades que pouco, ou nada, agregam para o equacionamento dos problemas sociais” (CARRION, 2000, p. 239).

Quanto às associações, como o próprio termo dá a entender, esclarecemos que se encontram nessa condição os grupos organizados que se reúnem em torno de interesses específicos que dizem respeito a um número limitado de pessoas, ou somente ao próprio grupo. Nessa categoria encontram-se os sindicatos, as cooperativas de trabalhadores, os clubes e associações comunitárias.

Existem também as chamadas fundações que são aquelas instituições que firmam uma parceria com o poder público, e que prestam contas ao mesmo, para o desenvolvimento de atividades específicas, podendo ser a promoção da saúde, educação, preservação do meio ambiente, entre outros. Muitas dessas fundações justificam a sua existência de acordo com os benefícios que podem ser gerados para determinadas empresas (que adotaram a forma jurídica de fundações, para usufruir de certos privilégios e isenções) e/ou grupos específicos, dessa forma os fins econômicos acabam se sobrepondo a razão social.

Além disso, há um número significativo de instituições filantrópicas, cuja atuação ainda se desenvolve de forma limitada, tendo em vista que se restringe na realização de ações

pontuais. Dessa forma o caráter caritativo se expressa fortemente e se coíbe a possibilidade de formação política dos cidadãos excluídos e marginalizados.

Toledo (1998) define as ONGs como organizações da sociedade civil que direcionam suas ações especificamente para: o desenvolvimento social, cidadania, defesa dos direitos humanos, questões ambientalistas, entre outras. Essas não se constituem somente como executoras de ações sociais, mas como agente democrático de desenvolvimento social, econômico e político. Elas têm por objetivo a realização de iniciativas e a execução de projetos que promovam a integração de comunidades e que também provoquem transformações sociais por meio do viés político das suas ações.

Devido ao fortalecimento da atuação da sociedade civil em diversos campos, não podemos conceituar as ONGs somente como sendo entidades não oficiais. É preciso defini-las de acordo com a abrangência do trabalho desenvolvido, considerando as especificidades que norteiam suas ações. Na perspectiva de conceituar essas organizações de acordo com a potencialidade de seu papel social,

pode se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com a participação de parte dos seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1995, p. 165).

Nesta pesquisa trabalhamos com o seguinte conceito de ONG: é uma instituição comprometida com uma função de atuar como agente democrática de desenvolvimento político e social, desempenhando um papel de caráter público diante da sociedade civil. As ONGs não representam todo o TS, entretanto percebemos que tais organizações têm acompanhado o fenômeno do crescimento do referido setor. A ascensão aconteceu na década de noventa, com a popularização do termo em todo o território nacional. Para compreender a estrutura da atuação dessas organizações na contemporaneidade é preciso considerar o desenvolvimento histórico das mesmas.

Quando surgiram, ainda na década de 1960, tais organizações não tinham previsão de que, através de suas ações e de sua capilaridade no tecido social, iriam se transformar em mecanismos de transferência da responsabilidade do Estado com relação à execução plena de políticas no âmbito da educação (MONTAÑO, 2002). O surgimento das ONGs está associado aos Centros de Educação Popular em um período onde a conjuntura política estava marcada pela luta contra a ditadura militar, bem como, a todo tipo de repressão e opressão dela advindas (LANDIM, 1993).

O momento em que as ONGs surgem no Brasil marcou-se pela exclusão social, resultado de relações desiguais. Nascimento (1994) argumenta que a exclusão social é a impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos; a falta de condições de participar da vida política da sociedade; a estigmatização, a negação do direito a ter direitos, derivada do não reconhecimento da igualdade, da liberdade e da fraternidade como axiomas de relações entre os homens e mulheres.

Nesse cenário social, as ONGs desenvolviam atividades ligadas à educação popular. Tratava-se da manifestação de uma prática educativa dirigida aos militantes de base dos movimentos sociais e políticos da época. As ONGs se envolviam com esses movimentos no sentido de assessorá-los politicamente, visando fortalecer a atuação autônoma e crítica dos mesmos. Eram ações nascidas dentro dos Movimentos Sociais e, portanto, as elas conviviam sob uma combinação dos elementos políticos, ideológicos, econômicos e sociais, caracterizando um determinado momento histórico do país. Assim sendo, os movimentos eram dinâmicas sociais e público-alvo das suas ações.

De acordo com Neder (2000), a ação pública das ONGs conquistou seu espaço à medida que estas apoiavam os movimentos e associações comunitárias, atuando em diferentes campos: na defesa dos direitos humanos, direitos sociais, superação de desigualdade social, educação transformadora, prestação de serviços à comunidade, ambientalismo, entre outros. A relação dos movimentos com as ONGs sugere que há parceria, de forma que subsidiou o fortalecimento de suas práticas transformando-as em mecanismos de intervenção social, daí serem socialmente reconhecidos por suas ações coletivas.

Muitas utilizavam, inclusive, a Igreja e suas ramificações como lugares privilegiados para desenvolver suas ações, principalmente de caráter educativo. O fato das primeiras iniciativas dessas instituições contarem com o apoio das instituições religiosas marcou fortemente o caráter das ações, muitas delas ainda hoje são impregnadas por essa concepção assistencialista e caritativa. Nesse contexto, tais organizações nasceram como uma forma da sociedade responder a precarização dos serviços ofertados pelo Estado, que não atendiam as demandas sociais. Essas entidades encontraram, então, na organização eclesiástica uma forma de garantir a realização de ações que interessavam ao coletivo.

As instituições de caráter não governamental passaram a estruturar a sua atuação de acordo com um marco político que as relaciona com a luta pela cidadania, portanto, é interesse das mesmas gerar possibilidades para que mudanças sociais aconteçam. No que se refere à população excluída, o que as ações desenvolvidas pelas ONGs pretendem é dar possibilidade para que esse conjunto de pessoas torne-se, em nossa sociedade, portador de

direitos. Assim o papel executado por tais organismos é o de “[...] pura e simplesmente propor à sociedade brasileira, a partir de sua posição na sociedade civil, uma nova sociedade cuja novidade não estará no fato de ser brasileira, mas na condição e qualidade universal de ser democrática (SOUZA; RODRIGUES 1993, p. 140).

O trabalho desenvolvido pelas ONGs conquistou visibilidade em 1980, principalmente pelo seu caráter de luta pela democracia, entretanto, a sociedade não possuía um conhecimento bem definido acerca dessas organizações. Influenciadas por esse interesse da sociedade em conhecer quem eram e o que pretendiam, as ONGs não se limitaram ao assessoramento e desenvolvimento da educação popular. Iniciaram um processo reflexivo, sobre o papel que desempenhavam na sociedade, que tinha por objetivo não somente conquistar maior visibilidade, mas carregar de sentido as ações que executavam. Respalhando suas ações em reflexões acerca dos seus perfis e atuações na sociedade, tais organizações civis passaram a direcionar melhor o trabalho realizado.

Em meio à perspectiva de conhecer efetivamente as ações que desenvolviam e de serem reconhecidas, essas organizações adotaram a denominação “Organizações Não Governamentais”, sendo esta um empréstimo da terminologia utilizada no sistema das Nações Unidas.

No ano de 1991, o processo reflexivo acerca da atuação das ONGs foi ainda mais estimulado, influenciando a criação da ABONG. Nesse sentido, a década de noventa se configurou como o cenário de ascensão das mesmas, pois se até aquele momento eram conhecidas somente nos movimentos sociais e no meio acadêmico (sendo objeto de pesquisa no campo epistemológico das Ciências Sociais), nos anos 90 há uma popularização dessas organizações. Após a realização da Conferência das Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro, conhecida como ECO-92, caíram nas graças da mídia, e o termo foi amplamente divulgado no contexto nacional.

Os anos de 1990 se configuram como o cenário no qual as organizações da sociedade civil diversificam os seus campos de atuação, bem como são convocadas para, além de se engajar nas lutas pelas políticas públicas, intervir nos problemas sociais do país, sendo este um período importante no processo de fortalecimento das mesmas, posto que

até meados dos anos 90 as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos tiveram quase sempre papel marginal, vistas ou como forma de assistencialismo e caridade, associada, sobretudo, à religião, ou como forma de movimento político, associada a ONGs, ou, ainda, de defesa de interesses corporativos, relacionada a sindicatos e associações (RODRIGUES, 1998, p. 33).

A partir dessa década, a sociedade civil organizada começou a construir uma percepção mais esclarecida sobre o papel social que possuíam. Voltaram suas ações para a questão dos sujeitos excluídos e desenvolveram um trabalho específico que visava amenizar as consequências provocadas pelo quadro de exclusão instaurado na sociedade brasileira. Então, passou a somar esforços a fim de intervir por meio da solidariedade, da cooperação, da doação, do voluntariado em favor dos direitos humanos e sociais.

Em face ao reposicionamento estatal, as ONGs têm se deparado, na contemporaneidade, com uma nova demanda para o desenvolvimento de sua atuação, sendo esta a de preencher as lacunas deixadas pelo poder público, que tem se eximido quanto a sua responsabilidade de implantar e implementar políticas públicas e sociais que atendam as necessidades da sociedade.

À medida que conquistaram abertura para atuarem junto às questões sociais, as organizações tiveram que redefinir a sua estrutura e até mesmo a ordem de seu funcionamento, de acordo com as novas demandas do trabalho que foram se apresentando. Desta forma, as ONGs no intuito de organizar melhor as suas ações interventivas, passaram a enxergar nas parcerias, com outros atores sociais, uma possibilidade de dar continuidade ao processo de crescimento e fortalecimento do setor.

Com isso, é possível identificar algumas mudanças significativas ocorridas na estrutura e organização das conhecidas ONGs. Carvalho e Sachs identificam uma tendência presente nessa reestruturação, na qual alguns elementos podem ser identificados, como por exemplo: a institucionalização, a adequação profissional nas atividades realizadas, a influência dos aspectos organizacionais das empresas privadas sobre a direção das organizações, novas políticas de coordenação e estratégias de financiamento e inclusive, de autofinanciamento do trabalho desenvolvido (CARVALHO; SACHS, 2001).

As suas atuações certamente vivenciaram um processo de transformação, tendo em vista que a própria tessitura social versa uma série de modificações em sua atual conjuntura. Caracterizar e analisar as transformações ocorridas na estrutura e na atuação dessas organizações, também, exige uma reflexão em torno do esclarecimento e engajamento dessas ONGs em questões centrais que dizem respeito à organização social. Nesse sentido, é imprescindível ponderar o posicionamento das mesmas diante das políticas que acordam com o projeto neoliberal para a sociedade brasileira. Possibilitar um esclarecimento sobre os embates e as concessões que têm sido realizadas é a nossa proposta no presente estudo ao apresentarmos uma abordagem atual sobre a relação ONGs no cenário da reforma do Estado brasileiro.

2.3 A reforma do Estado brasileiro e as Organizações Não Governamentais: os termos da relação

A interdependência entre setores governamentais e não-governamentais tem aumentado em vez de diminuir, o que significa a manutenção da atual configuração múltipla, que consiste em demandar a sociedade civil através das ONGs. A política social não tem sobrevivido sem o respaldo do Estado, seja como facilitador, seja como financiador, planejador e provedor indireto. Portanto, contemporaneamente, o que tem sofrido *restrição* não é a ausência do Estado no desenvolvimento da política social ou a presença de mecanismos descentralizadores e participativos, mas a sua *intransferível função de garantir direitos de cidadania social*. (FAGUNDES, 2006, p.14, grifo do autor).

Na atualidade se apresentam como desafios, a luta em favor dos direitos sociais dos cidadãos, e, nesse contexto, a reflexão acerca do Estado e do seu papel de garantir tais direitos. O interesse por parte do poder público em se aproximar do TS tem acontecido, principalmente, devido ao reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas ONGs. Nesse sentido, a atuação dessas instituições, a partir dessa relação, tem conquistado uma dimensão ainda mais ampliada no cenário social brasileiro.

No que diz respeito, ainda, ao crescimento e fortalecimento das ONGs, cabe esclarecer que estão associados à redefinição ocorrida no perfil de atuação dessas organizações. A respeito disso Fischer (1998) esclarece que a partir da década de noventa, mais especificamente, o TS tem estabelecido novas formas de relações com o Estado.

A análise de atuação dessas organizações no Brasil, principalmente a partir do início da década de noventa, indica que as entidades do Terceiro Setor, longe de colocarem-se em confrontação, buscam com maior frequência estabelecer relações de complementaridade e parceria com o governo. (FISCHER, 1998, p.15).

Essa redefinição revela a construção de novos papéis sociais que passaram a ser desenvolvidos pelo TS. Dessa forma, a atuação dessas organizações da sociedade civil é caracterizada também a partir do modo como se constituem e se relacionam com outras instituições. Neste caso, a aproximação com o poder público precisa ser analisada de acordo com aspectos que constituem essa relação e que tem demandado novas atribuições para os atores sociais envolvidos.

Lewis (2001) contribui para nossa reflexão ao sugerir que uma ONG configura-se como uma instituição que, como qualquer outra agente social, precisa gerir o seu trabalho firmando parcerias e/ou se relacionando com outras organizações. No percurso histórico do

TS, essas instituições específicas, desde o seu surgimento, têm organizado as suas ações e projetos de acordo com as relações estabelecidas com outros atores sociais.

Na década de sessenta quando as ações precisavam ser realizadas silenciosamente tais organizações encontraram nas entidades religiosas uma parceria, que possibilitava o desenvolvimento dos seus trabalhos. À medida que essas organizações foram se relacionando com outros atores, como foi o caso dos movimentos sociais de base, essas foram caminhando para o desenvolvimento de um trabalho embasado em uma concepção laica e de transformação da sociedade.

A expansão das ações promovidas, por essas, em meio aos anos oitenta e noventa está correlacionada ao processo de reforma do Estado brasileiro, no que se refere à prestação dos serviços públicos. Desta forma, os processos de redefinição do papel estatal só podem ser compreendidos no contexto das transformações ocorridas no mundo do capital, quando se percebem

iniciativas por parte do Estado no sentido de abrir espaço para uma maior interlocução com a sociedade civil. Apesar de não se referir especificamente às ONGs, o processo de publicização, ou seja, transferência de serviços não-exclusivos para o setor público não estatal, mostra a intenção do Estado de reduzir parte de suas atribuições, o que, possivelmente, abre um campo de atuação para as ONGs. (CKAGNAZAROFF; SÁTIRO; GONTIJO, 2007, p. 10).

Ao tomar os espaços desocupados pelo Estado, as ONGs apresentam novas formas de relação social. Essas se diferem entre si, no que diz respeito às concepções, objetivos, origem, desenvolvimento histórico, sustentabilidade, entre outros aspectos. Entretanto, algo que é comum a essas instituições é o fato de que elas precisam gerir adequadamente seus recursos e ações a fim de atingir as metas pretendidas (CARVALHO, 2000). Nesse sentido, há uma lacuna entre os objetivos almejados e os que de fato são alcançados, a fim de preencher esse espaço, elas têm estabelecido às parcerias que julgam adequadas a proposta de atuação social.

A captação de recursos é uma necessidade das ONGs, no sentido de possibilitar a continuidade dos trabalhos desenvolvidos por tais instituições (CARRION, 2000). Diante da situação apresentada, as ONGs utilizaram diversas formas para conquistar o financiamento de suas ações, dentre os quais encontraram na firmação de parceria com o Estado e seus órgãos um meio para a captação de recursos, tendo em vista que nem sempre as doações do setor privado e/ou o investimento internacional proporcionavam o desenvolvimento do trabalho dessas organizações.

Os estudos de Serva (1997) e Teodósio (2002) contribuem para o esclarecimento dessa relação entre o Estado e ONGs. Dentre os argumentos apresentados em seus estudos, a

parceria é compreendida pelos pesquisadores como um meio de controle utilizado pelo aparelho estatal.

Serva (1997) questiona essa relação, enfatizando as diferentes concepções que orientam o trabalho do Estado e das ONGs. Segundo o autor, os órgãos estatais direcionam suas ações de acordo com uma concepção extremamente voltada para os interesses do mercado, já as organizações pautam suas ações nos interesses sociais. Na visão do autor, essa dicotomia de interesses e concepções interfere no estabelecimento de uma parceria, vez que essas instituições podem não conseguir estabelecer um diálogo concreto e tampouco uma relação orgânica.

Assumimos a análise de Inojosa (1999) e Lewis (2001) que configura tais relações como subordinadas e dependentes ou orgânicas e ativas. A primeira diz respeito a uma relação em que não há espaço para o exercício da autonomia dos envolvidos, na qual o interesse de um se sobrepõe ao do outro. No tipo de relação denominada orgânica por Inojosa (1999) e ativa por Lewis (2001) os envolvidos possuem autonomia, se relacionam de forma interdependente, não há um único interesse, ou um interesse particular que se sobreponha aos demais, existem sim interesses que se relacionam de acordo com a capacidade de diálogo existente entre os sujeitos envolvidos.

A categorização dos tipos de parceria pode ser mais claramente compreendida a partir das suas caracterizações. A relação subordinada e dependente apresentada neste estudo é marcada pela sujeição de uma das partes ao interesse individual da outra parte, esses interesses são acatados porque há um tipo de dependência entre os parceiros. Diferentemente, na relação orgânica e ativa, o estabelecimento de vínculos é processual e não uma imposição. Esse processo é definido através do diálogo aberto sobre os papéis que serão executados por cada uma das partes. As estratégias para o desenvolvimento das ações e a responsabilidade pela sua execução é compartilhada pelos parceiros.

Outro ponto a ser considerado está relacionado aos meios e aparatos utilizados para que se exerça essa influência e dominação. Segundo Ckagnazaroff e Souza (2010, p. 3) esses meios

podem variar desde a persuasão pelo argumento, através de oferta de incentivos financeiros, até a coerção direta. Esses mecanismos podem ser formais (transferências financeiras, contratos, relatórios e registros) ou informais (fluxos de informação, troca de staff, seminários, discussões, paternalismo).

No caso da relação entre o Estado e as ONGs, é possível identificar a utilização por parte do poder público de instrumentos de incentivo e de instrumentos de controle sobre essas

organizações. Ao se aproximar da esfera pública essas organizações sociais se submetem ao monitoramento, controle e, portanto, influência estatal. O incentivo, apresentado sob a forma de isenções tributárias e/ou recursos disponibilizados para a execução de projetos, que a primeira vista se apresentam como a solução para a questão do financiamento, pode se configurar como um problema que interfere no caráter de atuação dessas instituições.

Estão se popularizando no âmbito das organizações não governamentais novas formas de financiamento que as vai ligando cada vez mais às linhas de financiamento públicas. O acesso a esses recursos está ligado a algumas condições que paulatinamente vão dando forma à ação organizacional. A dependência dos recursos públicos representa para as ONGs o risco da influência e até da ingerência em seu caráter, modo de funcionamento e objetivos. (CARVALHO, SACHS, 2001, p. 9).

Muitas organizações têm abdicado de desenvolver projetos sociais alternativos à política neoliberal, por conta da necessidade garantir os recursos necessários para o funcionamento das mesmas. Um aspecto negativo nessa relação é o fato de que muitas vezes as ONGs se envolvem nessas parcerias prioritariamente por conta da preocupação com a captação de recursos, fazendo com que o caráter público das ações deixe de ocupar um lugar central na atuação dessas instituições.

Não são raras, às vezes em que as ONGs se encontram em uma posição de adequação aos padrões do mundo do Mercado, por exemplo. O poder público as enxerga de acordo com a possibilidade de prestar serviços à sociedade a um baixo custo, e ainda como uma forma de transferir as suas responsabilidades para essas organizações, que passam a ser cobradas, pela sociedade e pelo Estado, de acordo com a efetividade para atender as necessidades sociais.

O Estado ao passo que exige cada vez mais uma atuação qualificada, que atenda de forma eficiente e eficaz as necessidades coletivas, produzindo resultados efetivos de acordo com as demandas postas na tessitura social, tem se limitado a ocupar um papel de monitoramento e/ou coordenação das políticas executadas, cabendo a ele

a fiscalização a utilização dos recursos públicos, através da observação de resultados das atividades desenvolvidas. Cumpre esclarecer que existem ainda dois sistemas convencionais de articulações: os contratos e os convênios. Os contratos são regidos pela lei 8.666/93, conhecida como leis das licitações, pela qual a celebração de contratos deve ocorrer pelo processo de concorrência, e, os convênios, forma dominante no relacionamento entre governos e organizações do Terceiro Setor, são regidos por instruções normativas do Ministério da Justiça e Secretarias do Tesouro Nacional (HEY, 2007, p. 89)

Para alguns estudiosos, a exemplo de Fischer (1998), estabelecer uma relação orgânica, caracterizada pela autonomia entre os sujeitos, é possível entre Estado e instituições não governamentais. Assim, a aproximação do TS com a esfera estatal não é compreendida

como algo nocivo para essas organizações, contradizendo a ideia de que por ser uma relação complexa não pode gerar resultados satisfatórios para todos os envolvidos.

A relação é realmente complexa, posto que, exige, segundo Lewis (2001), a superação de desafios, tais como o posicionamento de um sujeito em relação ao outro. As ONGs surgiram em um contexto de luta a favor abertura democrática, sendo constantes os questionamentos dessas organizações à postura repressiva do poder público, que afastou politicamente os grupos sociais. Tal situação culminou em diversos enfrentamentos entre os atores sociais.

Outro desafio que se apresenta às ONGs, tendo em vista que elas conquistaram a notoriedade social a partir de suas ações caracterizadas de acordo com uma eficiência e eficácia que não podia ser percebida nas políticas sociais do Estado, está relacionado ao fato de que elas podem ter as suas ações assemelhadas àquelas desenvolvidas burocraticamente pelo poder público. Nesse sentido, precisam tratar as possíveis influências da inoperância ou excessiva burocracia estatal sobre o desenvolvimento dos seus trabalhos.

Como forma de lidar com esses desafios, Lewis (2001) apresenta estratégias de superação dos mesmos. O autor aponta que as ONGs podem se tornar pouco notadas, desenvolvendo ações pouco divulgadas na sociedade, ou associá-las diretamente ao poder público. Podem, inclusive, restringir a relação com o poder público, limitando a aproximação ao desenvolvimento de projetos e/ou ações pontuais. Tais estratégias apresentam benefícios a um curto prazo, mas não geram resultados efetivos e consistentes, deste modo são incapazes de gerar, de fato, uma transformação social.

Outra estratégia, apresentada pelo autor, firma-se em um plano de participação ativa das ONGs em questões políticas. Assim, essa relação estabelecida corresponderia aos princípios de atuação dessas instituições. Seria uma forma de estabelecer uma parceria com o governo, e, de modo articulado, propor alternativas para que os interesses de determinados grupos, socialmente excluídos, sejam atendidos por meio da construção de políticas públicas efetivadas pela esfera estatal.

Na parceria estabelecida entre os atores sociais de forma orgânica, existe a possibilidade de construir políticas sociais mais consistentes e que atendam melhor as especificidades de determinadas realidades sociais. Constituir uma parceria orgânica é, portanto, um caminho apontado para que se consolide a atuação de ambos os atores sociais, sem que os interesses de um se sobreponham aos do outro.

As políticas sociais pensadas por mais de uma organização apresentam maior relevância social, tendo em vista que elas se concretizam por meio de projetos e/ou programas

pensados e geridos de acordo com o interesse coletivo, de promover um equilíbrio social (FISCHER, 2008). Portanto, a relação orgânica, entre as ONGs e o Estado, é possível de ser estabelecida, e ainda mais, ela é recomendável, visto que ela encaminha mudanças nas políticas sociais rumo à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O envolvimento dessas organizações sociais no processo de implantação e implementação de políticas sociais não acontece somente no que diz respeito ao cumprimento de normas e exigências estatais. A participação efetiva está na possibilidade de diálogo, questionamento e proposições de alternativas às políticas que não atingem o resultado esperado, ou seja, que não atendem satisfatoriamente determinadas demandas sociais.

Entretanto, o engajamento dessas organizações na esfera dos serviços públicos acarreta na necessidade de adequação da atuação das mesmas. Uma nova realidade se apresenta para essas organizações, na qual “a liberdade e autonomia quase totais do setor parecem agora conviver com uma regulamentação e um ordenamento jurídico-legal que gradualmente vão delimitando os marcos em que se podem mover as ONGs” (CARVALHO, 2000, p. 18).

Conforme o recomendado, dentro de uma relação orgânica e ativa, é preciso que sejam preservadas as identidades dos sujeitos envolvidos, e no caso das ONGs é necessário resguardar o caráter combativo, político e independente da sua atuação. Assim sendo, as adaptações realizadas nas formas de atuação devem contemplar primeiramente os seus objetivos enquanto organização que luta pelos interesses da sociedade. Do contrário, corre-se o risco de perder o sentido que motivou o estabelecimento de uma parceria com o poder público.

Veja que os objetivos e os interesses de uma organização estão bem delineados é possível estabelecer uma relação com o Estado, sem que os interesses desse se imponham sobre os daquela. É plausível que tais instituições cumpram o seu papel mobilizador na sociedade e que ao mesmo tempo prestem serviços públicos nas localidades. Aliás, o cumprimento de uma dessas atribuições pode contribuir para a realização da outra. A atuação em parceria com o Estado não exclui a possibilidade da ONG de questioná-lo, caso determinado serviço não atenda as demandas sociais. Justamente por conhecer a eficiência e eficácia ou não de certas políticas que elas podem confrontá-las e propor alternativas.

No contexto brasileiro, tais instituições têm conseguido dar continuidade as suas ações, tornando-se crescente o envolvimento com a prestação de serviços públicos à sociedade. Nesse sentido, a participação nas questões sociais advém do interesse dessas instituições de se consolidarem como interventoras políticas e sociais. Somada a essa

questão, surge a necessidade de assegurar as suas atuações por meio das parcerias firmadas com o setor público, sob a forma de financiamento dos projetos e/ou ações não governamentais.

As parcerias possibilitaram a ampliação dos campos de atuação das ONGs. Interessamo-nos por esclarecer ainda de que forma elas tem fortalecido e expandido as suas ações no âmbito social, especificamente no contexto do desenvolvimento dos processos educativos em Alagoas. No intuito de alcançar tal objetivo, traçaremos neste estudo os contornos que tem delineado a atuação dessas organizações no referido campo da educação.

Se a atuação do TS tem sido incentivada pelo poder público, de forma que este cada vez mais tem exigido a prestação de serviços especializados e eficientes, é conveniente que sejam analisadas as contribuições das conhecidas ONGs na oferta e promoção dos serviços públicos educacionais, por meio do desenvolvimento dos diversos processos educativos, consubstanciados nas ações da sociedade civil organizada.

3 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Os campos de atuação das ONGs, bem como as suas formas de agir se diversificaram com o decorrer do tempo. Em Alagoas, a exemplo do que tem acontecido nacionalmente, essas organizações tem cada vez mais dialogado com os governos no intuito de cooperar com a implantação e implementação de políticas públicas, dentre as quais destacamos aquelas voltadas à educação, que por sinal se configura como um campo fértil para as intervenções desse TS.

Nesse sentido, no presente capítulo discorreremos a respeito das ações voltadas ao âmbito educativo, desenvolvidas por essas organizações, que estão sendo cada vez mais consideradas como espaços privilegiados para o desenvolvimento dos processos educativos não formais. Dialogamos, inclusive, sobre a forma como o envolvimento com a educação tem favorecido o cumprimento do papel das ONGs, enquanto interventoras sociais que assumem um compromisso com o desenvolvimento político, social e econômico brasileiro.

3.1 Educação não formal: discussão conceitual

O uso da expressão Educação Não Formal tem ocupado hoje um lugar cada vez mais comum entre aqueles que estudam ou se interessam por compreender os processos educativos não escolarizados. O termo ganhou certa expressividade a partir dos anos 2000, quando há, inclusive, uma ativação nos estudos voltados a esse tema.

O trabalho das ONGs, bem como de outras organizações da sociedade civil, voltado para esse campo da educação também contribuiu para que o termo se popularizasse e conquistasse espaço nas discussões sobre a educação em todo o país. A atuação desses atores sociais em tal campo foi ainda mais incentivada a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 que destaca em seu artigo primeiro: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Essa concepção ampliada de educação, na qual outros espaços são anunciados e novas possibilidades de formação dos sujeitos são reconhecidas, corroborou para que os processos educativos, desenvolvidos no campo não formal, fossem discutidos em âmbito nacional, tornando-se pauta de discussão, inclusive, no Plano Nacional de Educação em Direitos

Humanos (PNEDH). O PNEDH elucida a importância das práticas educativas não formais para o processo formativo dos cidadãos, que

ocorre em todas as dimensões da vida, pois a aquisição e produção de conhecimento não acontecem somente nas escolas e instituições de ensino superior, mas nas moradias e locais de trabalho, nas cidades e no campo, nas famílias, nos movimentos sociais, nas associações civis, nas organizações não-governamentais e em todas as áreas da convivência humana (BRASIL, 2007, p. 43).

A discussão em torno da temática tem se fortalecido à medida que novos espaços são conquistados, como o lugar específico entre os estudos da Academia. Gohn (2010), pesquisadora que tem contribuído para o esclarecimento sobre esse campo da educação, comenta que logo quando surgiram às primeiras discussões acadêmicas sobre o assunto, havia uma escassez relacionada às publicações que tratavam da educação não formal. Atualmente, os estudos que têm surgido estão sendo direcionados especificamente para a questão, entretanto, ainda há a necessidade de dar continuidade à reflexão em torno do processo educativo desenvolvido fora da formalidade das instituições oficiais, a fim de compreender as suas dimensões formativas.

O estudo científico realizado por pesquisadores das diferentes universidades brasileiras tem contribuído de forma relevante para essa compreensão. Não à toa, os estudiosos, a exemplo de Cortella (2007), Gadotti (2005), Garcia (2001), Gohn (2006; 2010) e Trilla (2008), têm se debruçado sobre a questão, no intuito de possibilitar a teorização e caracterização da educação não formal de acordo com os objetivos e aspectos constitutivos dessas experiências educativas que se espalham pelo Brasil.

Desta forma, a partir da teorização apresentada por aqueles que se dedicam ao estudo, a educação não formal pode ser compreendida como um campo da educação que se articula com outros dois, a saber: o informal e o formal, na perspectiva de ampliar os “processos de formação dos indivíduos como cidadãos” (GOHN, 2010, p. 15).

Segundo uma concepção de educação ampliada, os processos formativos podem ser caracterizados de acordo com os campos onde se desdobram. No campo da formalidade, esses processos, que são desenvolvidos em instituições oficiais de ensino, são marcados por uma sistematização curricular orientada por uma normatização que parte do poder público. Os processos informais podem ser percebidos nas diversas formas de socialização dos sujeitos, compreendendo as relações com a família, ou outros grupos específicos. Tais processos são contínuos, e se desenvolvem no decorrer da vida e de forma não sistematizada. Já quanto aos

processos não formais, esses acontecem de forma estruturada e em espaços coletivos, nos quais os sujeitos participam de forma voluntária, não obrigatória.

Tendo em vista que esses processos possuem as suas especificidades se faz necessária uma definição da educação não formal sem que nos limitemos a dizer o que ela não é. Isso quer dizer que não é suficiente, para compreender os aspectos dessa formação não formal, apontar as diferenças existentes entre tal campo e os outros dois. Entretanto, essa distinção contribui para um melhor esclarecimento e demarcação de tais campos educativos.

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. (AFONSO, 1989, p.78).

Os processos desenvolvidos no campo da educação não formal estão permeados por uma intencionalidade e proposta de formação dos sujeitos. As atividades realizadas são, então, planejadas de acordo com um programa específico, que visa promover, por meio da intervenção social dos sujeitos envolvidos, uma prática educativa que contribua para a formação e engajamento social dos cidadãos.

A **educação formal** tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A **educação não-formal** é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p.2, grifo do autor).

Assim, esclarecemos que as diferenças apresentadas entre os campos: formal e não formal, não pretendem desvalorizar o papel desempenhado pelas instituições oficiais de ensino. Tampouco, discutimos as propostas da educação não formal a partir do aspecto de oposição a tudo que pertence ao campo formal. Pelo contrário, dialogamos a respeito das especificidades, considerando, inclusive, as formas de cooperação entre os campos.

É importante enfatizar que a educação não formal não pretende substituir ou se opor à educação formal. Por este motivo, ressaltamos que “a educação não-formal pode dar uma grande contribuição à educação pública, mas não pode substituí-la” (GADOTTI, 2005, p.10).

Como se trata de outro campo, com propostas, atuação e fins específicos, cabe discutir, portanto, as contribuições do mesmo para o desenvolvimento educacional.

Diante das especificidades desse campo, Gohn (2010) identifica que as diferenças observadas na proposta formativa da educação não formal estão correlacionadas a características que delineiam o próprio campo. A autora chama a atenção para seis aspectos que precisam ser observados, a fim de que se amplie a compreensão em torno do campo. De acordo com as suas considerações, abordaremos as questões que envolvem: o educador, o espaço, a forma como se desenvolve o processo educativo, os objetivos de tal processo, as características das intervenções e, ainda, os resultados esperados por tais processos formativos desenvolvidos no campo não formal.

A educação não formal possui características particulares, que podem ser percebidas na forma como são planejadas, articuladas e desenvolvidas as intervenções nesse campo e, ainda, na forma como é conduzida a aprendizagem. Há a presença dos chamados educadores sociais, mas o fio condutor do aprendizado é, de fato, a interação entre todos os sujeitos envolvidos no campo.

Diferente da educação formal na qual o professor é considerado, muitas vezes, a figura central no processo de aprendizagem, responsável pela mediação do conhecimento, sendo inclusive, não raras às vezes, apontado como culpado pelos insucessos do processo, na educação não formal as relações entre os sujeitos é que ocupa esse papel central. Ou seja, os processos educativos estão embasados em uma aprendizagem relacionada à interação social e não ao papel desenvolvido por pessoas específicas.

A proposta da educação não formal se consolida a partir dessa interação, por tal razão a atuação dos educadores precisa contribuir para promover e fortalecer essa relação. Nesse sentido, o papel do educador, diz respeito a “propiciar situações e oportunidades para diferentes vivências conjuntas, sem esquecer-se de aproveitar as já existentes” (SIMSON, 2001, p. 11).

Outro aspecto, discutido pelos pesquisadores da área, se refere aos espaços onde podem se desenvolver processos formativos não formais. Diferente da educação formal que tem a escola como espaço privilegiado para o seu desenvolvimento, nesse campo da educação os espaços onde se configuram tais processos são todos aqueles locais nos quais é possível perceber o encaminhamento de ações intencionais que visam uma formação. Portanto,

além das próprias escolas (onde pode ser oferecida educação não-formal) temos as Organizações Não-Governamentais (também definidas em oposição ao governamental), as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, etc. Na educação não-formal, a categoria **espaço** é

tão importante como a categoria **tempo**. O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços. (GADOTTI, 2005, p.2, grifo do autor).

Os processos formativos desenvolvidos no campo não formal são conduzidos a partir de uma concepção sobre tempo e espaço diferente daquela presente na educação formal (TRILLA, 2008). Diferença esta que pode ser percebida, principalmente, na flexibilidade quanto à fixação de espaços onde ela pode ser desenvolvida e utilização do tempo para a concretização desses processos.

Essa aparente liberdade de atuação, a não-fixação de tempo e espaço e a flexibilidade na adaptação de conteúdos, não indicam que a educação não-formal não possua uma organização e uma estrutura definidas. Essas são as características que a definem e que dão a especificidade a esse tipo de educação. (GARCIA, 2001, p. 152).

Segundo Afonso (1989), esses lugares podem ser identificados de acordo com algumas características específicas, dentre as quais destacamos: o caráter voluntário da participação dos sujeitos, a promoção da socialização, o fortalecimento de valores como a solidariedade, o desenvolvimento de um trabalho comprometido com o desenvolvimento e a transformação social, um ambiente pouco hierarquizado, marcado pela descentralização do poder, que favorece o engajamento dos sujeitos nos projetos que tem por objetivo à promoção social.

A partir da caracterização desses espaços não formais, fica evidente que não é possível pensar a educação não formal sem considerar a forma como se desenvolvem os processos educativos nesse campo. Isso nos remete a pensar o modo como se faz educação e em quais contextos. A educação não formal acontece a partir da coletividade, em um contexto de participação social. Ou seja, os espaços são construídos a partir da interação dos sujeitos, e esse envolvimento nasce da necessidade coletiva de agregar novos saberes à formação social.

Em meio a um contexto de participação, os processos educativos são desenvolvidos a partir da socialização e das vivências compartilhadas. Nesse sentido, a forma como se é feita a educação está associada à questão do pertencimento social. Os sujeitos fazem parte da construção desses processos formativos, e se sentem pertencentes aquele espaço por se identificarem com uma proposta educativa que contempla a sua origem, cultura e identidade.

Destarte, é inviável pensar uma educação não formal sem que esta considere, “em primeiro plano, os desejos da comunidade com a qual se pretende trabalhar, seus anseios, identificando seus desejos e necessidades e valorizando o universo cultural dos educandos” (GARCIA, 2001, p. 153). A forma como se educa está associada também aos objetivos que

visa cumprir a educação não formal, assim sendo, as finalidades perpassam o desenvolvimento desses processos.

No que diz respeito aos fins da educação não formal, o desenvolvimento dos processos educativos no campo pretende capacitar “os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais” (GOHN, 2010, p. 19). Portanto, os objetivos são construídos à medida que as relações entre os sujeitos se estabelecem.

Esse entendimento de construção dos objetivos rejeita os conhecimentos prontos e acabados, bem como a mera transferência dos mesmos. Deste modo, os objetivos, que vão sendo delineados a partir de uma prática participativa, visam “considerar, reafirmar e ampliar a cultura dos sujeitos nela envolvidos, incluindo educadores e educandos, fazendo com que a bagagem cultural que cada um traz seja respeitada e esteja presente no decorrer de todos os trabalhos” (GARCIA, 2001, p. 152).

A identificação com o trabalho desenvolvido faz com que os sujeitos se envolvam com o campo não formal. Diante dessa realidade, as intervenções realizadas na educação não formal têm se caracterizado, cada vez mais, de acordo com princípios específicos, como o de participação, solidariedade e valorização, com o intuito de aproximar os sujeitos e as suas realidades do processo de formação.

De acordo com as suas características, o campo não formal tem buscado contribuir de forma significativa na construção da cidadania. O PNEDH de 2003, ao tratar das práticas educativas não formais, recomenda que a educação não formal deve “se tornar um instrumento eficaz no processo de construção da democracia, da cidadania, da paz, do desenvolvimento e da justiça social, de modo a garantir a inclusão social e a dignidade humana” (BRASIL, 2003, p.30). A compreensão em torno da educação não formal foi ampliada, sendo entendida como a “mobilização e organização de processos participativos em defesa dos direitos humanos de grupos em situação de risco e vulnerabilidade social, denúncia das violações e construção de propostas para sua promoção, proteção e reparação” (BRASIL, 2007, p.44).

Os processos educativos não formais foram se desenvolvendo de forma a alcançar resultados específicos que corroboram com a formação de cidadãos capazes de refletir criticamente e intervir nas diversas realidades, a partir de

uma série de processos, tais como: consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; forma o indivíduo para a vida e suas adversidades;

resgata o sentimento de valorização de si próprio; os indivíduos adquirem conhecimentos a partir de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e a interpretar o mundo que os cerca; desenvolve a cultura política do grupo (GOHN, 2010, p. 21).

Diante da discussão sobre os aspectos que constituem o universo da educação não formal, os processos educativos não escolares possibilitam a transformação social. Tal objetivo torna-se possível a partir da construção de espaços que permitem aos sujeitos participarem da história como protagonistas, ou seja, transformando a realidade à medida que são transformados (AFONSO, 1989). Na atualidade a construção e o fortalecimento desses espaços se apresentam como um desafio à educação não formal.

Fortalecer a educação não formal implica abrangê-la em sua totalidade. Portanto, é necessário precisar a sua definição e caracterizá-la, a fim de alcançar o esclarecimento sobre as suas formas de intervenção. Conforme temos discutido, apontar as diferenças existentes entre os campos formal, informal e não formal, é insuficiente para dar conta do delineamento que visa à compreensão dos processos formativos não formais.

Não basta dizer que a educação não formal compreende os espaços formativos que se desenvolvem para além do campo formal e do informal. A respeito dessa relação entre os campos, Cortella (2007) assinala que a educação não formal deve ser desenvolvida e articulada junto à educação formal. Sugerindo, assim, que a educação não formal seja voltada especificamente para alunos em um período oposto ao escolar, realizada por meio de atividades complementares. Posto isso, Gohn (2010) nos esclarece que o conceito de educação não formal está além da ideia de complementação da educação escolar, na forma de preenchimento das lacunas deixadas pela organização formal quanto à aprendizagem de conteúdos específicos, pelo contrário a educação não formal precisa ser construída de acordo com a totalidade social.

O campo não formal tende a se desenvolver à medida que a sua amplitude é compreendida. Nesse sentido, os processos educativos não escolares se caracterizam, pelo caráter participativo (motivado pelos interesses comuns, que partem de diferentes contextos sociais) e formativo de cidadãos esclarecidos quanto aos seus direitos e deveres.

Chegamos, portanto ao conceito que adotamos para educação não formal. É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p. 33).

A educação não formal é um campo que possui as suas especificidades, que desenvolve processos intencionais de formação de cidadãos e que, desde as últimas décadas do século XX, tem se expandido por todo o território nacional, a partir das “experiências educativas não-formais que estão sendo aperfeiçoadas conforme o contexto histórico e a realidade em que estão inseridas” (BRASIL, 2007, p. 44). Entretanto, ainda há lacunas na educação não formal que precisam ser preenchidas. Gohn aponta os vazios que ainda não foram suficientemente preenchidos, dentre as quais chama atenção para a necessidade de:

Formação específica a educadores a partir da definição de seu papel e atividades a realizar; Definição de funções e objetivos de educação não formal; Sistematização das metodologias utilizadas no trabalho cotidiano; Construção de instrumentos metodológicos de avaliação e análise do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho de egressos que participaram de programas de educação não formal; Criação de metodologias e indicadores para estudo e análise de trabalhos da educação não formal em campos não sistematizados. Aprendizado gerado pela vontade do receptor; Mapeamento das formas de educação não formal na auto aprendizagem dos cidadãos (principalmente jovens no campo da auto-aprendizagem musical); Metodologias. (GOHN, 2006, p.5).

A educação não formal tem caminhado para dar uma resposta a esses vazios e assim fortalecer o campo de atuação. É certo que há um esforço dos envolvidos para suprir o que ainda falta no desenvolvimento dos processos educativos não formalizados. Dentre as preocupações, a questão da metodologia tem ocupado papel central na busca pelo preenchimento desses espaços. Tem-se buscado apoiar a metodologia da educação não formal no diálogo e valorização cultural. Deste modo, “o método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades” e, assim, a partir dessa construção “o método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas” (GOHN, 2006, p.6).

Essas metodologias têm sido construídas e reconstruídas no intuito de acompanhar as necessidades educacionais que emergem das novas demandas sociais. Portanto, é mediante a essas (re)construções, delineadas a partir de tais demandas, que o campo não formal tem crescido e se fortalecido. Em meio a esse processo de expansão, a atuação de ONGs no campo educativo não formal tem contribuído de forma significativa.

A educação não formal assim como tem caminhado para a organização metodológica, tem avançado também na compreensão teórica dos seus processos educativos. Os olhares dos pesquisadores estão cada vez mais voltados para a reflexão em torno das práticas não formais que vivenciam, na contemporaneidade, um processo de expansão. Na realidade enquanto se

intensificam as ações no campo, o interesse das ONGs pela educação não formal tem se intensificado. Analisar o papel que essas organizações têm desempenhado no cenário não formal é, portanto, imprescindível para que se construa um conhecimento aprofundado que não somente diz respeito a esse campo específico, mas, sobretudo, à realidade da educação brasileira.

3.2 O Papel Das Organizações Não Governamentais no cenário da Educação não formal

Gadotti (2005, p. 3), com entusiasmo coloca que “A sociedade civil (ONGs, associações, sindicatos, igrejas...) está se fortalecendo, não apenas como espaço de trabalho, mas também como espaço de difusão e de reconstrução de conhecimentos”. Certo é que, na contemporaneidade, as possibilidades do trabalho desenvolvido pelas ONGs estão conquistando cada vez mais a aceitação da sociedade à medida que se enxergam essas instituições como espaços fecundos para o desenvolvimento de processos educativos.

O envolvimento das ONGs com o campo da educação não é um acontecimento recente. Conforme os estudos relatam, essa relação pode ser percebida desde o período compreendido pelas décadas de sessenta e setenta, quando surgem as primeiras iniciativas da sociedade civil organizada (OLIVEIRA; HADADD, 2001).

Diante do contexto social em que surgiram, as ONGs desenvolviam, silenciosamente, práticas educativas embasadas em um pensamento pedagógico, inspirado nas ideias do educador Paulo Freire, desenvolvido nos anos anteriores a instauração da ditadura militar no país. Destarte, as concepções freireanas sobre a construção de práticas educativas que valorizassem a cultura e o saber popular, influenciaram as intervenções dessas organizações civis.

Tais práticas educativas, desenvolvidas no espaço dessas instituições, eram orientadas por uma dimensão pedagógica e também política. A respeito dessa questão Oliveira e Haddad afirmam que

em linhas gerais, tais orientações pedagógicas se apoiavam na idéia de que os grupos populares detinham um saber particular, que era produzido conforme suas condições de vida, e que os processos educativos ocorriam do encontro entre esses saberes e os saberes dos educadores. Isso se dava pelo diálogo entre o educador e o educando, tomando como base o estudo da realidade local, voltado para a transformação das condições de vida da população empobrecida. A missão educativa de tais educadores não se realizava separada de uma intencionalidade política. (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 78).

As intervenções realizadas pelas ONGs, segundo essa orientação política e pedagógica, possibilitou o fortalecimento de suas ações, à medida que essas conquistavam o reconhecimento social pelo trabalho realizado. A atuação dessas organizações, a partir de uma prática educativa transformadora, foi considerada, pela sociedade, como necessária para combater as injustiças sociais e fortalecer a luta democrática.

A partir do processo de democratização vivenciado na década de oitenta, no qual a sociedade civil organizada desempenhou um importante papel na mobilização e articulação dos sujeitos, para que estes ocupassem uma posição combativa na luta pelos direitos sociais, o trabalho realizado pelas ONGs conquistou a abertura política e social necessária que possibilitou a ampliação e fortalecimento dos campos de atuação.

Com esse processo de ampliação, o campo educativo ocupou uma posição de destaque entre as ações não governamentais promovidas por essas instituições. Essas iniciaram uma redefinição nos seus papéis, visando contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico do país. Nesse sentido, a atuação no âmbito educacional se apresentava como uma interessante possibilidade para que se concretizasse tal contribuição.

Nesse período aparecem no cenário da educação as primeiras experiências no campo educativo não formal. Elas surgem a partir do momento em que vai tomando forma o questionamento a respeito do caráter assistencialista presente nas intervenções realizadas pelas organizações da sociedade civil no âmbito da educação. Até a década de 1980 as ações eram extremamente associadas à caridade e ao assistencialismo (SOUZA; PARK; FERNANDES, 2001).

Em meio ao objetivo de ampliar e consolidar a atuação dessas organizações no campo educativo, as práticas desenvolvidas se redefiniram, e tornou-se imperativo o rompimento com um caráter puramente assistencialista. Desta forma, delineou-se a necessidade de pautar os processos educativos na formação política dos cidadãos, ou seja, educar para a cidadania. Tendo em vista que “**educar para e pela cidadania** implica criar espaços democráticos de decisão política não estatais para que todos os cidadãos e cidadãs sejam partícipes” (GADOTTI, 2005, p.9, grifo do autor) as ONGs tiveram que superar o desafio de atender essa demanda de formação política.

A necessidade dessa formação se apresentou com um caráter urgente, tendo em vista que os cidadãos necessitavam de espaços onde fossem desenvolvidas não apenas processos educativos que complementassem aqueles realizados na educação formal, mas sim espaços formativos onde fossem discutidas as possibilidades de participação e exercício da cidadania, diante da nova configuração política que se estabeleceu a partir do dado momento.

A educação não formal foi considerada como uma possibilidade para que as ONGs pudessem dar continuidade às suas intervenções no campo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento educacional. Tendo em vista que permitia dar uma resposta às questões relacionadas à formação dos sujeitos, as ONGs se interessaram cada vez mais pelo campo educativo não formal.

Na década de 1990, os processos educativos não formais emergiram de tal forma, na tessitura social, que despertaram o interesse de estudiosos em investigar as experiências no referido campo. Esse destaque decorreu, inclusive, da aproximação das instituições do TS, que passaram a desenvolver práticas educativas firmadas nas concepções que permeiam os processos formativos não formais.

Dentre as compreensões presentes no campo não formal, Gohn (2006) chama atenção para o objetivo central do mesmo que é: educar para a cidadania. Isso remete a uma reflexão sobre as concepções que permeiam a prática desenvolvida em tal proposta educativa. De acordo com a autora entender esta proposta requer pensar a educação a partir da concepção ampliada, na qual é possível construir uma

educação para justiça social, educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); educação para liberdade; educação para igualdade; educação para democracia; educação contra a discriminação; educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais (GOHN, 2006, p. 7).

As ONGs têm atuado no campo da educação por meio do desenvolvimento de processos educativos embasados na concepção ampliada de educação, posto que compreendem que as ações inspiradas em tal proposta contribuem para que se cumpra o objetivo principal da sua atuação, que é a de intervir como ator social, que contribui para o desenvolvimento, a partir do estabelecimento de relações sociais mais equilibradas.

O modo como a educação não formal é desenvolvida no espaço das ONGs, tem sido delineada a partir de projetos sociais específicos desenvolvidos junto às comunidades. Gohn (2010) apresenta uma reflexão interessante sobre o desenvolvimento desses projetos sociais associado às instituições com os mais diferentes perfis.

O terceiro setor brasileiro é composto por inúmeras associações e entidades com perfis variados. Essas associações e entidades sobrevivem graças ao apoio financeiro e institucional que recebem de empresas nacionais e internacionais, fundações também empresariais, bancos e outras entidades da sociedade civil. Este conjunto de entidades patrocina inúmeros projetos sociais. (GOHN, 2010, p 76).

É preciso, então, pensar o papel que as ONGs têm desempenhado no campo educativo não formal, e também na tessitura social a partir dessa forma particular de atuar por meio do

desenvolvimento de projetos sociais, que contam com a parceria de diferentes instituições. A reflexão em torno dessa questão é importante e extremamente necessária para que possamos compreender até que ponto as parcerias firmadas, visando o financiamento de ações, tem repercutido sobre os processos educativos desenvolvidos nesses espaços.

Não pretendemos questionar a relevância que esses projetos sociais possuem, o que apontamos aqui é a necessidade de refletir sobre aspectos que os constituem e que estão relacionados ao planejamento, gestão e avaliação dos mesmos. A observância desses aspectos se justifica pela necessidade de conhecer de que forma esse tipo de intervenção tem contribuído ou não para a ampliação do campo educativo não formal, bem como para o fortalecimento das organizações que nele tem atuado por meio de tais projetos.

Sendo uma forma de atuação dessas organizações específicas do terceiro setor, “os projetos se desenvolvem segundo a dinâmica de processos da educação não formal, embora nem todos realizem esta educação no sentido de projetos emancipatórios” (GOHN, 2010, p. 75). Fato este que pode ser percebido com maior frequência nos projetos sociais financiados por organismos internacionais, empresas privadas, órgãos estatais, entre outras instituições.

Dentre os fatores que interferem no desenvolvimento de projetos emancipatórios, estão os interesses dos parceiros financiadores que de alguma forma precisam ser contemplados no projeto proposto. Diante dessa situação, é preciso compreender que os projetos resultantes de determinadas parcerias possuem especificidades que precisam ser tratadas a fim de obter um conhecimento esclarecido a respeito da questão.

Carvalho e Sachs (2001) ao tratarem das questões dos projetos, desenvolvidos por ONGs, caracteriza-os de acordo com os tipos de parcerias estabelecidas. Assim, na visão das autoras, as parcerias mais simples, que se referem somente ao financiamento de ações, os projetos apresentam um caráter pontual. Já nos casos em que ocorre além da parceria financeira, uma ingerência sobre o trabalho da ONG, o desenvolvimento de projetos que interferem diretamente na identidade da instituição, até mesmo devido a sua duração, que se prolonga a um médio prazo.

Ao que parece, em ambos os tipos de parceria, os projetos realizados precisam cumprir com objetivos específicos e, desta forma, apresentar resultados satisfatórios que beneficiem de alguma forma os parceiros financiadores. No intuito de garantir esses benefícios, cada vez mais estão sendo implantadas novas formas de acompanhamento das ações, a fim de que se alcance os resultados esperados a partir do desenvolvimento desses projetos.

As parcerias estabelecidas estão, cada vez mais, abandonando as concepções de solidariedade, cooperativismo. Diante da atual configuração dessas relações, “estabelecer uma

parceria é agir estrategicamente, visando obter resultados específicos, subordinando os meios aos fins, o que representa uma lógica de ação instrumental” (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 21).

É justamente essa lógica instrumental que tem sido criticada, quanto ao desenvolvimento de projetos sociais no âmbito educativo. Para estudiosos da área, os fins não justificam os meios. Portanto, é necessário refletir sobre os fios condutores do projeto, isso nos remete a pensar sobre os aspectos que tem influenciado no seu planejamento e na sua execução, a fim de que se amplie o olhar em torno dos resultados. Nesse sentido, os projetos sociais não podem ser compreendidos somente como um instrumento utilizado para alcançar metas específicas, é preciso que os enxerguemos de acordo com a dimensão dos processos educativos pretendidos.

Os projetos sociais precisam ser qualificados pelos seus objetivos, práticas e processos de aprendizagens construídos. Vê-los apenas como instrumentos, como ferramentas para desenvolver práticas que mudem atitudes e comportamentos, é reduzir o processo educativo que eles contêm a processos utilitaristas, tecnocráticos e empiricistas. (GOHN, 2010, p.79).

Para se concretizarem, os projetos sociais precisam do financiamento. Para tal, cada vez mais, as organizações sociais tem se aproximado de instituições financiadoras. Entretanto, para que se efetivem as ações, tais projetos tem que se adequar aos interesses desses parceiros, o que tem demandado uma redefinição nas formas de atuar dessas organizações. Essas transformações na atuação têm influenciado não somente no caráter das ações, como também na própria identidade dessas instituições.

As alterações percebidas nas ONGs são relativas à forma de gerenciamento, à perda de autonomia no que tange a alocação de recursos e a inserção da lógica instrumental nas ações, que transformam as características originais dessas organizações. As transformações que ocorrem nas empresas, como a busca por ações de Responsabilidade Social, não demonstram ser resultantes da parceria com as ONGs, senão que da necessidade de atender aos valores do contexto atual, que exige a adoção de práticas de responsabilidade social. Pôde ser verificado que as ONGs não influenciam nas ações das empresas a ponto de alterar suas prioridades em suas atividades empresariais, tão somente se beneficiam das mudanças que o contexto do mercado impôs às empresas e que, neste caso, lhes é benéfico. (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 22).

Diante dessa realidade, as ONGs têm recebido a influência dessas empresas e órgãos à medida que se implanta dentro dessas organizações a lógica instrumental que a princípio se restringia ao universo empresarial. Os projetos sociais financiados por essas instituições acabam se submetendo aos interesses particulares dos financiadores. Além disso, esse contato

direto com as estruturas organizacionais do mercado, além de sujeitar as ONGs a interesses específicos, tem influenciado na organização e no perfil de atendimento dessas instituições.

Em contrapartida, as empresas que financiam as ações dessas organizações não têm sofrido mudanças significativas em suas estruturas e formas de operar. Elas continuam firmes quanto ao seu interesse de lucrar, inclusive por meio das ações que repousam sobre o discurso de Responsabilidade Social. Essas empresas têm alocado em projetos sociais os recursos advindos de isenções tributárias, e com isso tem conquistado o prestígio social por ações que na prática são planejadas e desenvolvidas por atores que ficam à margem desse ‘estrelismo’, no caso as ONGs locais.

Essa crescente preocupação dessas instituições para adequar os seus projetos as expectativas dos parceiros, emerge acompanhada da necessidade de modificar a sua estrutura e atuação, no intuito de conquistar a confiabilidade dos parceiros para desenvolver os projetos. A respeito disso, tais organizações estão, cada vez mais, comprometidas em se familiarizar com o mundo empresarial, de modo a adotar para o seu contexto instrumentos pertencentes a esse mundo.

Com relação às transformações ocorridas nessas organizações, decorrentes dessa aproximação com o mundo empresarial, Carvalho e Sachs (2001) apontam que há uma tendência nessa transformação, constituída pelos seguintes fatores:

- 1) a institucionalização e estruturação burocráticas das ONGs; 2) a profissionalização de suas atividades; 3) as mudanças no seu formato organizacional assumindo as características das empresas com fins lucrativos; 4) a adoção de novos e mais rigorosos mecanismos de coordenação; 5) a adoção de novas políticas de financiamento, entre as quais a venda de produtos e serviços e a diversificação nas fontes de financiamento e; 6) a criação de estruturas formais de articulação do setor numa estrutura em rede. (CARVALHO; SACHS, 2001, p. 8).

Diante das exigências dos financiadores, essas mudanças tem se apresentado às ONGs como necessárias para que seja possível estabelecer uma parceria. Por tal motivo, não são raras as organizações que tem resistido em estabelecer relações de parceiras com empresas, organismos internacionais e até mesmo com poder público. Na concepção dessas instituições, os instrumentos de acompanhamento dos projetos se configuram na realidade como formas de controle sobre as ações e processos educativos desenvolvidos por elas. Além disso, esse domínio acaba por influenciar a identidade dessas organizações, tendo em vista que elas tendem a se parecer cada vez mais com instituições pertencentes a outros setores, nesse caso: o estatal e o mercadológico.

Por outro lado, essas parcerias têm sido apontadas como um caminho para que as ONGs deem continuidade as suas ações, se mantendo firmes no desenvolvimento de projetos sociais, possibilitando, assim, a participação dessas instituições no cenário social, bem como, o fortalecimento dos seus papéis e atribuições. Entretanto, para que se cumpram tais objetivos, consideramos ser necessário o estabelecimento de uma relação comedida. Esse equilíbrio se torna possível quando as instituições não governamentais possuem uma estrutura organizacional fortalecida, que permite que tais organizações se posicionem, diante dos parceiros, a favor dos interesses primordiais das suas atuações (CARVALHO; SACHS, 2001). Entretanto, a necessidade de financiamento tem motivado as organizações a aceitarem as condições impostas pelos parceiros, e isso tem dificultado o posicionamento das mesmas.

As crescentes demandas sociais da sociedade, cuja enorme massa de indivíduos carentes não cessa de crescer, aliado à escassez de recursos para atender a essa demanda, levam muitas ONGs a aceitar, de forma bastante acrítica, as parcerias com empresas (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 23).

A relação das ONGs com o Estado ainda é desafiadora, visto que à medida que essas parcerias são firmadas, em razão da urgência na continuidade dos projetos, o trabalho desenvolvido corre o risco de ser comprometido, devido à dificuldade que elas podem encontrar para se posicionar criticamente diante dos interesses dos parceiros. Em meio a essas questões, novos desafios se apresentam às ONGs. Em verdade, hoje elas precisam, além de captar recursos para financiar os seus projetos sociais, buscar outros meios que garantam a efetivação da sua participação social, contribuindo, desta forma, para a consolidação da sua atuação junto às problemáticas sociais, e potencializando o seu papel no que diz respeito à luta pelos direitos sociais.

Somente as metas de busca da eficácia, competência, resultados, talentos, não resolvem os desafios postos às ONGs e à sociedade. Algo mais é necessário para que se contraponha ao modelo que está sendo implantado no país, exige que as ações das ONGs tenham vínculos efetivos e duradouros com a sociedade civil organizada, com os movimentos sociais e populares, com as associações de moradores, com todos os grupos organizados e com todos aqueles que lutam pelos direitos sociais no Brasil. (GOHN, 2010, p. 91).

Portanto, não é mais suficiente para essas organizações a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos. Da mesma forma, as transformações ocorridas na identidade dessas instituições, que tem pautado o seu trabalho nos princípios de competência, profissionalização, eficiência e eficácia, não têm dado conta de superar os desafios quanto à garantia de espaço para a atuação dessas ONGs.

Os projetos desenvolvidos por essas organizações em parceria com outras instituições empresariais e estatais, apesar de apresentarem resultados efetivos sobre determinadas realidades educativas, podem dificultar o fortalecimento do papel e atuação das ONGs. Tal perspectiva pode ser justificada pelo fato de que os projetos desenvolvidos acabam sendo associados mais aos renomados organismos financiadores, do que as próprias organizações. Deste modo, acaba se criando uma situação paradoxal: se por um lado as parcerias garantem a sobrevivência dessas instituições, por outro acabam dificultando e, às vezes, até impedindo o fortalecimento das mesmas.

Ainda sobre essa discussão a respeito do reconhecimento social, uma questão precisa ser considerada, que é o fato de que os projetos sociais têm conquistado prestígio diante da sociedade, entretanto a atuação das ONGs não tem recebido tamanha atenção. A discussão sobre o papel dessas organizações tem sido restringida, por conta da necessidade de dar destaque aos resultados de projetos financiados por instituições que apresentam uma preocupação, não com as questões sociais, mas sim com os benefícios que podem ser gerados a partir da divulgação dessa imagem de comprometimento e responsabilidade social.

A necessidade da captação de recursos tem motivado a procura de novas fontes de financiamento, que se concretizam a partir do estabelecimento de parcerias. Acontece que nesse processo de busca pela firmação de relações, as ONGs acabam competindo entre si para conquistarem o apoio dos financiadores. Essa competição tem influenciado as transformações ocorridas na identidade dessas organizações, à medida que estas têm procurado se enquadrar nos requisitos pré-estabelecidos pelos parceiros, com o intuito de alcançar certa vantagem diante de outras organizações concorrentes no financiamento.

Essa relação de concorrência tem contribuído para o isolamento das organizações sociais. Destarte, estas instituições têm desenvolvido um trabalho cada vez mais distante de outras organizações da sociedade civil. Esse afastamento tem contribuído para que a atuação delas se torne cada vez mais limitada. Do mesmo modo o isolamento, gerado pela competitividade, tem impossibilitado o fortalecimento dos papéis desempenhados por essas organizações. Afastadas, as instituições têm perdido a sua força e expressividade política, que estão sendo substituídas, paulatinamente, pela simples capacidade de executar projetos que, de certa forma, atendem determinadas demandas educativas e sociais de diversas realidades.

O desafio que se apresenta, atualmente, para as ONGs é o de estabelecer uma relação com outras instituições da sociedade civil que também desenvolvem um trabalho alicerçado no interesse de contribuir para o desenvolvimento social, por meio da promoção e ampliação

de espaços democráticos, voltados para uma formação política, que possibilite o exercício pleno da cidadania.

É salutar que se firmem parcerias dentro do próprio TS, entre as ONGs e também com outras instituições que integram o mesmo. Essas aproximações são incentivadas porque elas contribuem para que a concorrência seja atenuada e para que seja fortalecido o papel social dessas instituições. A relação de interdependência é possível nessas parcerias, deste modo a partir do momento em que eles não ocupam uma posição de submissão, eles passam a cooperar uns com os outros, compreendendo, assim, a dimensão que as ações podem alcançar se desenvolvidas coletivamente.

A relação estabelecida entre esses sujeitos comprometidos com as questões sociais, tem se configurado como uma forma eficiente de fortalecer o papel, ampliar a atuação dessas instituições e, sobretudo, consubstanciar a luta pelos direitos sociais. Aliás, este tem sido o principal compromisso dessas organizações, desde o seu surgimento, quando lutavam a favor da abertura democrática, para que, assim, pudessem exigir, junto ao poder público, a garantia e a efetivação dos direitos dos cidadãos.

Com relação à educação não formal, cabe às ONGs o fortalecimento do campo, por meio de ações respaldadas nos princípios de solidariedade, cooperação, compromisso social e coletividade, que até então, estão sendo substituídos por outros que nada se aproximam do caráter primordial da atuação não governamental na construção e exercício da cidadania.

É necessário o distanciamento e até mesmo a negação de certos princípios que regem o mundo empresarial e a estrutura governamental. É preciso que os processos educativos, desenvolvidos por meio dos projetos sociais, sejam condizentes com a proposta do campo não formal, com o interesse de atuação e com o papel que deve ser desempenhado por essas organizações específicas da sociedade civil. Desta forma, elas estarão contribuindo efetivamente para o desenvolvimento educacional, político, econômico e social do país.

A nova realidade produzida pela ação de parcerias ou interação da sociedade civil organizada com órgãos públicos, empresas, ONGs etc. é pouco conhecida dos brasileiros e a maioria das universidades como instituições, assim como tem recebido pouca atenção dos pesquisadores e intelectuais de uma forma geral (GOHN, 2010, p. 89).

Analisar o desenvolvimento da educação não formal, bem como, a participação não governamental neste campo exige esforço dos pesquisadores para que não se limitem a um entendimento ingênuo da realidade, desconsiderando os limites e as possibilidades dessa relação educação não formal e ONGs na atual configuração social. A discussão em torno de tais questões é, então, necessária e urgente, não podendo mais ser restringida ou silenciada.

4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CAMPO EDUCATIVO ALAGOANO

Neste capítulo adentramos o campo analítico propriamente dito da pesquisa proposta, posto que, será realizada uma articulação mais fina entre as teorias apreendidas e o real pesquisado. As discussões tecidas em torno do TS, especificamente sobre a relação das ONGs com o Estado, considera que o setor não governamental tem fortalecido cada vez mais o seu papel no que diz respeito à prestação de serviços públicos no âmbito da educação.

O estudo proporcionou a investigação das práticas ligadas à educação não formal, na perspectiva de discutir as questões que tratam da ingerência das ONGs no processo educativo alagoano, tendo como pano de fundo a análise do envolvimento dessas instituições com o poder público. No intuito cumprir com os objetivos pretendidos, a pesquisa foi encaminhada a partir de experiências concretas, portanto, as realidades de duas ONGs alagoanas são tomadas como objeto de análise.

Os perfis das instituições que atuam no campo educacional foram traçados a fim de que nos debruçássemos sobre aspectos específicos que constituem suas atuações, a saber: ações, projetos, faixa orçamentária, origens, missão e visão, entre outras informações consideradas relevantes acerca dessas organizações.

As experiências dessas instituições possibilitaram a ampliação do conhecimento em torno da educação não formal e o esclarecimento sobre a contribuição dos processos não formais para o desenvolvimento social. Destarte, identificar e analisar os processos educativos, voltados para crianças, adolescentes e jovens, desenvolvidos nesses espaços, foi pertinente à pesquisa, visto que a realização deste estudo pretendeu contribuir para a compreensão da realidade educacional e social do estado de Alagoas.

4.1 Caminhos percorridos na pesquisa

A fim de cumprir com o objetivo do estudo: “dialogar a respeito do papel que as ONGs, atuantes no âmbito da educação, têm desenvolvido na tessitura social alagoana”, a base teórica foi direcionada para: a relação entre Estado e o TS; a compreensão conceitual de instituições específicas desse conjunto de organizações sociais, bem como a contextualização histórica dessas, a partir da década de 1990; e a contribuição dos processos educativos não formais, desenhados no campo não governamental, para o desenvolvimento social alagoano.

No intuito de compreender essas questões, mergulhamos no desenvolvimento de uma pesquisa empírica com o propósito de desvelar as relações no interior das organizações sociais não governamentais, bem como nos preocupamos em realizar um levantamento sobre o trabalho que algumas ONGs desenvolvem no contexto alagoano, com o fim de subsidiar a nossa reflexão acerca da atuação das instituições não estatais. Os dados de tal investigação são abordados no decorrer do capítulo e ocupam lugar específico no que diz respeito ao diálogo sobre o papel não governamental desempenhado no cenário social do estado alagoano.

Em razão da necessidade de acompanharmos, ao menos em parte¹², a configuração dos processos educativos em espaços não governamentais, o estudo aqui desenvolvido se organizou metodologicamente a partir da realidade de duas instituições¹³ específicas, cujas atuações correspondessem ao interesse aqui pretendido.

Nesse sentido, foram escolhidos os campos, de acordo com os critérios pré-estabelecidos pela pesquisa, deste modo se caracterizam como organizações sem fins lucrativos, que atuam em cidades distintas do estado de Alagoas, que realizam ações no âmbito educativo e desenvolvem programas e projetos específicos relacionados com o sistema público de ensino. No intuito de aprofundar as nossas análises acerca da contribuição das ONGs para o desenvolvimento educacional no estado, buscamos compreender a dinâmica dessas organizações sociais a partir de um contato direto com as práticas e de uma aproximação dos sujeitos envolvidos diretamente em tais processos formativos.

A pesquisa, pautada metodologicamente em uma abordagem qualitativa, foi orientada pelo propósito de dialogar sobre o questionamento central e outros desdobramentos da pesquisa. Optamos por um estudo pautado no diálogo entre a teoria e a prática e para tanto, utilizamos como procedimento investigativo o estudo de caso que “caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” (DIEHL; TATIM, 2004, p. 61). Quanto aos instrumentos e métodos, lançamos mão de algumas técnicas de coleta de dados, a saber:

1) pesquisa bibliográfica: na qual foi realizado um levantamento das obras que tratam da temática e notamos que essa, ainda, é escassa, principalmente no que diz respeito a relação das ONGs com a Educação;

¹² Preocupamo-nos em compreender, ainda que minimamente, a papel social dessas organizações no processo educacional. Entendemos que, diante da limitação no tempo reservado para a realização da prática investigativa, é necessário dar continuidade aos estudos sobre a temática.

¹³ A fim de preservar a identidade e a privacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, utilizamos no estudo nomes fictícios para fazer referências as ONGs investigadas. Apropriamo-nos de tais expedientes para nos reportarmos as instituições, sendo a primeira denominada aqui como *Paz e Amor* e a segunda como *Semeador*.

2) consulta documental: que possibilitou o conhecimento dos artigos, publicações, Contrato Social, Estatuto, e Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições pesquisadas, bem como, a Legislação que trata especificamente da temática.

Quadro 1: Documentos analisados nas ONGs

Documentos analisados	Ano
Contrato Social da Paz e Amor	2003
Projeto Político Pedagógico da Paz e Amor	2009
Estatuto da Semeador	2010
Projeto Político Pedagógico da Semeador	2011

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa direta (2012).

3) observação estruturada, que foi importante no processo de análise da realidade, tendo em vista que foi possível acompanhar as atividades desenvolvidas nos campos de pesquisa;

4) questionário com perguntas fechadas: utilizamos esse instrumento de coleta de dados que é “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do investigador” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 100), na perspectiva de atingirmos um significativo número de pesquisados. Assim, o questionário, foi escolhido porque nos permitiu escutar os sujeitos diretamente envolvidos nos trabalhos das instituições. Perseguindo o interesse de compreender os processos que se desenvolvem nesses espaços de acordo com dinâmicas e propostas específicas, foram aplicados questionários com vinte educadores e quatro gestores atuantes nas organizações.

Quadro 2: Funcionários respondentes dos questionários nas ONGs

ONG pesquisada	Número de entrevistados
Paz e Amor	10
Semeador	14

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa direta (2012).

5) entrevista semiestruturada: através da qual estruturamos alguns questionamentos direcionados aos gestores das instituições. A abertura da semiestruturação permitiu que novos caminhos fossem percorridos, sempre que necessário, com o intuito de atender aos objetivos da investigação.

Quadro 3: Funcionários entrevistados nas ONGs

Entrevistado 1	<i>Gestor 1 da Paz e Amor</i>
Entrevistado 2	<i>Gestor 2 da Paz e Amor</i>
Entrevistado 3	<i>Gestor 3 da Semeador</i>
Entrevistado 4	<i>Gestor 4 da Semeador</i>

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa direta (2012).

As questões que direcionaram a entrevista semiestruturada estão relacionadas com o trabalho desenvolvido. Nesta perspectiva buscamos conhecer a realidade dos projetos, das parcerias, das fontes de recursos, da relação com o poder público, dos desafios e perspectivas para o desenvolvimento do trabalho e a respeito do reconhecimento social da atuação.

A “escuta” e o registro das concepções sobre o trabalho e as opiniões dos profissionais das ONGs contribuíram significativamente para o desenvolvimento da pesquisa. Mais do que gerar dados qualitativos, as entrevistas possibilitaram o conhecimento das concepções e dos trabalhos das instituições, analisando com maior propriedade o papel dessas instituições enquanto coautoras do processo educacional no estado de Alagoas. A entrevista realizada com quatro gestores corroborou para que transpassássemos as impressões obtidas a princípio. A utilização desses instrumentos investigativos contribuiu para construir a nossa compreensão, de forma ampliada, em torno do trabalho educativo e social desenvolvido nos referidos espaços.

4.2 Caracterização do *locus* empírico da pesquisa

Perseguindo o objetivo de adentrar a esse universo não governamental, para desta forma desvelar a realidade de suas práticas educativas, associadas a concepções construídas sobre homem e sociedade, desenvolvemos a presente pesquisa empírica a partir da observação estruturada, que nos possibilitou uma aproximação com a realidade, tendo em vista que pudemos acompanhar as atividades realizadas nos nossos campos de pesquisa.

Assim como nos preocupamos em preservar a identidade das ONGs que se disponibilizaram a contribuir para esta investigação, nos reportaremos de igual modo aos sujeitos participantes, que aqui serão identificados somente por letras e números, seguindo os exemplos: *Gestor 1; Gestor 2; Educador 1; Educador 2*. Como critério para a seleção dos sujeitos, utilizamos o fato de que deveria existir um vínculo efetivo com a instituição, podendo os participantes atuar em projetos e/ou ações da ONG de forma voluntária, por meio de estágio ou ainda contratação específica.

4.2.1 A Organização Não Governamental “*Paz e Amor*”

A *Paz e Amor* teve seu registro formalizado em fevereiro de 2004, mas funcionou como projeto social desde dezembro de 2000, passando a oferecer aulas de reforço escolar, esporte e música para crianças e adolescentes de comunidades¹⁴ localizadas na região periférica da cidade de Maceió, capital alagoana.

De acordo com o Contrato Social (2003), a instituição é uma sociedade civil, sem fins econômicos com personalidade jurídica de direito privado, sendo regido por contrato social, regimento interno e com prazo de duração por tempo indeterminado, podendo atuar em todo estado de Alagoas. Quanto à deliberação, administração e controle, o Instituto possui órgãos específicos, a saber: Assembléia Geral; Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A Assembléia Geral da instituição é constituída pelos associados e possui direitos estatutários, tais como: eleger e empossar a Diretoria e Conselho Fiscal; decidir sobre reformas no contrato social; aprovar contas do Instituto e se pronunciar sobre os relatórios anuais, balanços, orçamentos e plano geral de trabalho.

A Diretoria Executiva é composta por oito membros titulares eleitos pelo voto direto e secreto dos associados e possui a seguinte distribuição de cargos: Presidente; Vice Presidente; Secretário; Tesoureiro; Diretor de patrimônio e Diretor sócio-cultural. Cabe a essa diretoria representar a ONG; gerir o trabalho no que diz respeito a executar um plano de ações condizentes com o orçamento disponível da Instituição. O contrato social descreve especificamente as atribuições de cada membro da Diretoria de acordo com as demandas do trabalho da Instituição.

Quanto ao Conselho Fiscal, ele é composto por três membros organizados de acordo com os cargos de: Presidente; 1º Conselheiro; 2º Conselheiro. Dentre as atribuições do Conselho Fiscal destaca-se a função de: dar um parecer sobre o orçamento do Instituto; opinar a respeito de despesas extraordinárias; fiscalizar as contas e escriturações contábeis e comunicar ao Ministério Público as irregularidades que possam colocar em risco a estabilidade da organização.

Diante dessas e outras deliberações *Paz e Amor* efetivou suas atividades e desde então tem buscado fortalecer sua função social no âmbito da prestação de serviços educativos não governamentais. A partir de entrevistas realizadas com a diretoria, foi possível identificarmos

¹⁴ A instituição desenvolve suas atividades no bairro do Clima Bom I, entretanto devido à procura, crianças oriundas de comunidades adjacentes têm participado. Portanto, os projetos alcançam também os bairros: Colina, Colibri, Rosane Collor e Santos Dumont.

que a pretensão inicial era ocupar o tempo livre de crianças que costumavam mendigar no conjunto residencial¹⁵ do bairro onde se localiza a ONG.

O projeto, então, surgiu da organização de membros de uma comunidade ao perceberem que seria possível o desenvolvimento de ações junto a essas crianças no intuito de construir um espaço democrático voltado à promoção dos processos educativos. Em seu início com o apoio e envolvimento de membros da comunidade a instituição passou a oferecer para cinquenta e oito crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 13 anos, um espaço onde eram desenvolvidas, durante um turno, atividades recreativas, esportivas, artesanais e práticas educativas orientadas pelo desejo de contribuir com aquela desenvolvida no campo formal das escolas.

A *Paz e Amor* realizou no início do ano de 2001 duas parcerias, que ao na visão da diretoria foram importantes ao prosseguimento das ações e também à ampliação da atuação, a primeira com a Universidade Federal de Alagoas que financiou o pagamento de duas bolsas acadêmicas, através da Pró-reitoria de Extensão, para que graduandos do curso de Pedagogia Licenciatura da UFAL atuassem no desenvolvimento das atividades pedagógicas. No decorrer dos anos, a partir dos resultados do projeto, as ações foram ampliadas e hoje o projeto conta com oito graduandos advindos dos diferentes campos do saber.

A princípio o estabelecimento dessa parceria exigiu o amadurecimento do projeto, tendo em vista que a inserção de jovens que carregavam um saber acadêmico elaborado, trouxe para a instituição uma nova realidade na construção e condução do conhecimento. A relação exigiu que esses jovens adentrassem o universo das práticas não formais, a fim de que não se confundisse o objetivo do projeto realizado em parceria, com vistas à articulação dos conhecimentos formais e não formais, desenvolvidos na Academia e no espaço não governamental, respectivamente.

A segunda parceria foi estabelecida com o Banco do Brasil que apoiou um dos projetos que visava o desenvolvimento de ações voltadas à educação física e práticas esportivas coletivas. O referido banco subsidiou a compra de recursos didáticos e materiais esportivos, o que possibilitou uma melhoria no quadro geral de funcionamento da instituição, à medida que essa pode ampliar o seu projeto, agregando um maior número de crianças e adolescentes. Nesse projeto foram desenvolvidas ações esportivas associadas também à percepção do espaço, no intuito de tornar conhecida e valorizada por esses sujeitos, as oportunidades de lazer e práticas esportivas das quais dispunham.

¹⁵ O conjunto residencial Osman Loureiro.

Com relação ainda às parcerias, a instituição contou também como apoio da Associação dos Moradores do Osman Loureiro¹⁶ (AMOL) no que concerne a disponibilização das instalações da sede da Associação para o desenvolvimento das atividades esportivas propostas pela organização. Tendo em vista que o projeto que visava o desenvolvimento de práticas saudáveis a partir da educação física alcançou uma significativa proporção, e que a instituição não contava com uma sede que comportasse as práticas pretendidas, a parceria se fez necessária para que se garantisse a continuidade das ações.

A partir desse projeto de desenvolvimento físico, os envolvidos perceberam a necessidade de construir uma proposta ampliada que contribuísse para que os objetivos iniciais fossem conquistados. Nesse sentido, também foi firmada uma parceria com alunos da Faculdade de Nutrição (FANUT) que desenvolveram um projeto junto às crianças e familiares no intuito de promover e incentivar hábitos alimentares mais adequados. A partir das rodas de conversa, das palestras e das consultorias, o instituto também passou a contar com o acompanhamento nutricional das alunas, no intuito de incrementar e incentivar novos hábitos alimentares dos alunos na ONG.

A organização contou também com o apoio de algumas entidades religiosas, localizadas na própria comunidade onde se localizava a sede. As parcerias eram estabelecidas a partir do interesse dessas instituições de contribuir para que a ONG desse continuidade ao trabalho desenvolvido. O apoio aconteceu principalmente por meio do suporte material e da concessão de espaços para que as crianças fossem atendidas em ações específicas. Essa aproximação de certa forma sinaliza para um reconhecimento da atuação da instituição pesquisada.

Firmadas as parcerias, as crianças, que ainda não possuíam registro na rede pública de ensino, foram encaminhadas para escolas¹⁷ localizadas no bairro do Clima Bom, por meio do diálogo com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que possibilitou a inserção dessas crianças e adolescentes que se encontravam afastados das práticas educativas formais.

De acordo com as informações que constam nos documentos cedidos pela organização e com o depoimento dos gestores entrevistados, inicialmente todas as famílias das cinquenta e oito crianças e adolescentes foram contatadas e receberam explicações sobre o funcionamento

¹⁶A AMOL trata-se de uma associação dos moradores do conjunto Osman Loureiro localizado no bairro do Clima Bom que tem por objetivo propor o desenvolvimento de atividades que promovam a integração dos associados, bem como de comunidades circunvizinhas. Atualmente a Associação dos Moradores do Osman Loureiro é presidida pelo morador Moacir Teotônio.

¹⁷ Escola de Ensino Fundamental Zumbi dos Palmares e Colégio Estadual Nossa Senhora dos Prazeres.

da instituição. A ONG desde sua fundação orienta que a anuência dos pais e/ou responsáveis é fundamental para a participação nos projetos.

Tendo em vista que toda prática está permeada por concepções, essa organização desde o início de suas atividades tem apresentado à comunidade suas concepções, objetivos, missão, visão e foco. Assim, sinaliza ter clareza que as ações desenvolvidas em uma comunidade devem ser condizentes com a realidade da mesma. E nesse processo de conhecimento das necessidades locais, dialogar com a comunidade a quem se direciona uma ação é imprescindível.

A *Paz e Amor* acredita que tem fortalecido sua atuação na referida comunidade devido ao estreitamento da sua relação com os sujeitos e famílias atendidas. Nesse sentido, a comunidade local desempenha um papel importante de parceria junto à organização. A instituição tem conseguido desenvolver e ampliar as suas ações no campo educativo de acordo com as especificidades da realidade social.

A ONG surgiu a partir do interesse de desenvolver ações que promovessem melhorias significativas na condição social de centenas de crianças e adolescentes excluídos. Na perspectiva de atender às demandas sociais da comunidade assistida, a instituição tem desenvolvido projetos de interesse público. Entretanto, para que se efetive o atendimento das necessidades dos sujeitos, a ONG tem procurado firmar parcerias sem “abrir mão” dos princípios que norteiam o trabalho desenvolvido. A descrição dessas parcerias ocupa um lugar específico neste trabalho, tendo em vista a importância da sua análise para que se compreenda a identidade dessa organização e a contribuição desta para a construção do tecido social.

A concepção¹⁸ que o instituto tem sobre o trabalho que desenvolve é que este deve promover a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de risco¹⁹ através de ações educativas, ajudando-os a se desenvolverem enquanto sujeitos críticos, capazes de refletir e intervir na sua realidade. Quanto aos objetivos, a ONG os tem bem definidos, dentre eles destacamos que a instituição pretende oferecer um espaço de educação, cultura e lazer que complemente e amplie as atividades educativas desenvolvidas pelo poder público.

A escolha por desenvolver um trabalho que dialoga com a comunidade e que estabelece parcerias a partir da necessidade de atender as demandas sociais tem sido apontada

¹⁸As informações sobre a concepção que a ONG tem acerca do trabalho que realizam foram extraídas do Projeto Político Pedagógico da instituição, o qual descreve com precisão as origens, a metodologia, a missão, visão, o foco e os objetivos das ações desenvolvidas.

¹⁹É preciso compreender a realidade dessa “situação de risco”. Em um estudo realizado por Shuler (1991) sobre a importância da música no processo educativo formal, o autor utiliza a expressão para se referir aqueles sujeitos que corriam o risco de perder o seu vínculo com a escola formal. Dentre as razões apresentadas pelo autor está o fato de não se identificarem culturalmente com a instituição.

como um caminho que tem contribuído para o fortalecimento da função social da organização. Uma vez que a instituição se fortalece no seu campo de atuação ela consegue dar continuidade as suas ações. Nesse sentido, ressaltamos que, desde a sua fundação, mais de 800 crianças e adolescentes foram assistidos por ações educativas contínuas que visam à promoção social.

No que diz respeito ao trabalho da organização, este pode ser delineado de acordo com o seu perfil educativo de promoção à inclusão social. Atualmente, direcionado a setenta crianças e adolescentes, o objetivo do trabalho interventivo da instituição não é mais apenas preencher o tempo livre desses sujeitos.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a *Paz e Amor* tem como proposta contribuir na formação de sujeitos críticos por meio do envolvimento desses em atividades que considerem o cognitivo, o emocional e o afetivo como fatores imprescindíveis à formação integral.

A metodologia de atuação está pautada no desenvolvimento de projetos que atendam as demandas sociais. Dentre os que são realizados na instituição, destacamos o Projeto Educação Complementar e Cidadania (PECC) que tem uma proposta social e educativa caracterizada por uma intencionalidade de contribuir para o fortalecimento do trabalho da rede pública de ensino na cidade de Maceió.

A efetivação das ações do Projeto Educação Complementar e Cidadania foi possibilitada a partir da parceria entre a sociedade civil e a Universidade Federal de Alagoas. Esta relação foi estabelecida por meio da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da UFAL que entre suas ações extensionistas apóia o Programa Conexões de Saberes²⁰, âmbito onde é desenvolvido o PECC. O Projeto se configurou como um dos quatro projetos que compunham tal programa de extensão universitária que atualmente vem se fortalecendo por meio de suas ações que começam a ganhar visibilidade no campo acadêmico e social.

Desde o ano de 2006 o PECC é desenvolvido no espaço da instituição *Paz e Amor*, onde atividades do gênero da educação, da cultura e da sociedade são direcionadas às crianças que estão regularmente matriculadas em escolas públicas.

O projeto é desenvolvido de acordo com o funcionamento da organização, sendo reservado ao mesmo o espaço de 180min na rotina diária para a realização de suas atividades.

²⁰O Programa Conexões de Saberes é uma ação do Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Observatório de Favelas, na UFAL ele é vinculado a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. O Programa tem como objetivo estimular a articulação entre a Universidade e comunidades populares, proporcionando trocas de saberes e experiências.

Para melhor compreensão do desenvolvimento das atividades na instituição apresentamos em seguida, no formato de quadro, a rotina em uma perspectiva semanal, de acordo com a distribuição de horários.

Quadro 4: Quadro geral de desenvolvimento das atividades – Paz e Amor

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07h15min	Roda de conversa	Roda de conversa	Roda de conversa	Roda de conversa	Roda de conversa
07h30min	Prática em língua portuguesa	Oficina de Música	Prática em lógica e Matemática	Contação de histórias	Prática Esportiva
09h30min	Oficina de Produção textual	Educação e Sociedade	Prática em lógica e Matemática	Oficina Meio-Ambiente	
10h30min	Socialização	Socialização	Socialização	Socialização	Reunião Pedagógica
13h15min	Roda de conversa	Roda de conversa	Roda de conversa	Roda de conversa	Roda de conversa
13h30min	Prática em língua portuguesa	Oficina de Música	Prática em lógica e Matemática	Contação de histórias	Prática Esportiva
15h30min	Oficina de Produção textual	Educação e Sociedade	Prática em lógica e Matemática	Oficina Meio-Ambiente	
16h30min	Socialização	Socialização	Socialização	Socialização	Reunião Pedagógica

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa (2011).

Mergulhar empiricamente no campo da pesquisa nos possibilitou observar esses momentos na rotina da instituição. As atividades desenvolvidas em um turno correspondem àquelas realizadas no outro. Assim, de acordo com um cronograma pré-determinado as atividades são planejadas coletivamente pelos educadores de ambos os turnos em uma reunião específica.

Quanto à rotina executada, confirmamos que essa segue o que o quadro demonstrado aponta. Assim, o primeiro momento compreende uma roda de conversa, na qual as crianças e adolescentes tomam conhecimento sobre as atividades diárias. Após esse momento, acontece o encaminhamento desses para espaços específicos onde cada educador direciona sua prática de acordo com a proposta planejada. O final da rotina é marcada pela atividade denominada pela ONG como Socialização, que em linhas gerais está relacionada ao momento onde as crianças e educadores que estavam envolvidos em diferentes atividades se encontram em determinado espaço para socializar as suas experiências a partir do trabalho desenvolvido.

Um aspecto importante para compreendermos o perfil da instituição diz respeito aos recursos humanos. Identificamos que o desenvolvimento de um trabalho na ONG pode estar enquadrado em dois tipos de vínculos empregatícios²¹ predominantemente. Podendo ser: voluntários ou estagiários (recebendo ou não auxílio financeiro). Diante disso, apresentamos o quadro de funcionários de acordo com a sua organização.

Quadro 5: Quadro geral dos colaboradores – Paz e Amor

Voluntários	14 (catorze)
Estagiários e bolsistas	10 (dez)

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa (2011).

Conforme observamos no quadro, o trabalho na instituição conta com a participação de um número de voluntários superior ao de estagiários que recebem bolsas financiadas pela UFAL para desenvolverem o Projeto Educação Complementar e Cidadania. Quanto ao voluntariado observamos que ele é realizado por membros da comunidade que acreditam no trabalho desenvolvido pela instituição no decorrer desses dez anos. As ações voluntárias estão relacionadas à prestação de serviço no campo pedagógico, ou seja, os envolvidos ministram aulas às crianças voluntariamente, sem receberem nenhum pagamento de salário ou honorários. Outro aspecto do voluntariado é a participação institucional, que compreende o trabalho da diretoria, do conselho fiscal e dos sócios sem a restituição salarial.

A instituição tem estimulado na comunidade onde atua o envolvimento de caráter voluntário no desenvolvimento das ações. Essa característica de fortalecer o voluntariado está relacionada com a disponibilidade de recursos, que neste caso, é limitada. Para financiar as ações que serão desenvolvidas há um custo, que no orçamento da instituição é alto. A ONG possui poucas fontes de recursos, como: a contribuição de sócios mantenedores e a parceria com a Universidade Federal de Alagoas no sentido do financiamento de bolsas para estagiários. Apesar de não ser possível informar o montante de recursos reais que o *Paz e Amor* recebe, segundo seu diretor de finanças, seria necessário angariar um valor de, aproximadamente, quatro mil reais para cobrir as despesas mensais e desenvolver as atividades pretendidas. Entretanto, tal montante não tem sido alcançado, o que tem dificultado a ampliação das ações da organização.

Os estagiários são graduandos da UFAL, oriundos dos seguintes cursos: Comunicação, Educação Física, Ciências Sociais, Geografia, Pedagogia e Serviço Social. Os estudantes

²¹Não existem funcionários com carteira de trabalho assinada, ou seja, a *Instituição 1* não tem condições de trabalhar com funcionários com vínculo empregatício formal.

bolsistas executam práticas, princípios e fundamentos que buscam articular as experiências e os saberes das crianças e das suas comunidades com os conhecimentos científicos adquiridos no contexto acadêmico.

O trabalho que vem sendo realizado por esses sujeitos na instituição tem contribuído para incrementar qualitativamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes assistidas pela ONG. Destacamos que a partir da avaliação das ações desenvolvidas alguns dos objetivos propostos pela instituição estão sendo alcançados, a saber: melhoria no desempenho escolar; mudanças significativas no comportamento das crianças; amadurecimento da consciência ambiental; interesse pela leitura a partir de oficinas e aulas de leitura; postura mais crítica sobre questões sociais trabalhadas nas oficinas de Educação e Sociedade.

Acerca da formação dos educadores e dos associados que compõe a equipe da diretoria da ONG, em linhas gerais, pode ser analisada a partir realidade demonstrada nos dados demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 6: Quadro geral da formação dos colaboradores – Paz e Amor

Nível Médio Completo	02
Curso Técnico e/ou Profissionalizante	05
Nível Superior Incompleto	10
Nível Superior Completo	02
Pós-Graduação	03

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa (2011).

Observamos que a ONG conta em seu quadro de recursos humanos, com colaboradores que possuem em sua maioria a formação superior incompleto, devido aos alunos bolsistas da Universidade Federal do estado que atuam em um projeto específico. Notamos a presença de colaboradores que já possuem o nível superior, como também daqueles que estão cursando ou já concluíram uma pós-graduação lato sensu (um colaborador) e/ou stricto sensu (dois colaboradores).

A *Paz e Amor* busca incentivar a formação dos seus colaboradores, quer seja por meio da socialização de cursos para o aperfeiçoamento desses, ou quer seja por meio da própria prática que cada vez mais tem exigido o desenvolvimento de um trabalho especializado desses profissionais. Nesse sentido, dispõe do trabalho de profissionais dedicados, das mais diversas áreas. Dentre os graduandos, destacamos, além dos bolsistas, aqueles sujeitos que têm participado da instituição por meio da realização de projetos, são alunos de Letras, Música, Ciências Contábeis, Nutrição e Matemática.

Além disso, entre os associados, existem profissionais formados no campo das ciências naturais (que é o caso da Agronomia), das ciências exatas (Matemática, por exemplo) e saúde (com profissionais da área da Enfermagem) Na perspectiva da instituição, quando são pensadas as parcerias, as mais diferentes áreas são buscadas a fim de que se amplie não somente o universo da atuação da ONG, mas o conhecimento construído a partir da diversidade de vivências nos diferentes campos.

Diante desse perfil traçado e do atendimento apresentado, fica evidente a necessidade da rigorosidade analítica para compreender, de fato, até que ponto o trabalho desenvolvido pela instituição tem alcançado relevância social no âmbito educacional, a ponto de contribuir para o desenvolvimento deste. A partir do trabalho social interventor, novos conhecimentos estão sendo construídos, entretanto, é preciso analisar a dimensão destes na tessitura social, a fim de que não se tornem insuficientes os argumentos que indicam para o fortalecimento do papel social da instituição.

4.2.2 A Organização Não Governamental “Semeador”

A *Semeador*²² é uma ONG que atua na cidade de Boca da Mata²³, formalmente, desde fevereiro de 2006. Entretanto, as ações que culminaram para essa institucionalização iniciaram-se no ano de 2003 a partir da parceria de cinco instituições que desenvolviam, há mais de cinco anos, importantes ações, a nível local, voltadas à defesa de direitos de crianças e adolescentes.

No histórico da organização está o fato que o projeto de intervir na realidade de Boca da Mata teve sua origem a partir da preocupação de diversas instituições, dentre as quais, destacamos: Promotoria de Justiça de Boca da Mata, Comissão local do Movimento Nacional de Meninos e Meninas (MNMM), Universidade Federal de Alagoas, Radio Comunitária Boca da Mata FM e Secretaria Municipal de Educação. Essas instituições foram convocadas a participar de um Programa de Desenvolvimento do Nordeste, conhecido como PRONORD 2004. Para o qual se fazia necessária a elaboração de um projeto que seria submetido a uma avaliação criteriosa com fins direcionados ao financiamento de ações.

²² A caracterização apresentada sobre a instituição *Semeador* tornou-se possível a partir das informações que constam nos documentos disponibilizados para consulta pela instituição. A partir do Projeto Político Pedagógico, do Estatuto Social e de outros informativos foi possível delinear o perfil da organização.

²³ De acordo com o Projeto Político Pedagógico da ONG, o município de Boca da Mata está localizado na zona canavieira alagoana, próximo às cidades de Anadia, Maribondo, São Miguel dos Campos e Pilar. O município localiza-se a 74 km da cidade de Maceió, capital alagoana.

O grupo para construir a proposta vivenciou um período de formação para que então se consubstanciasse um projeto. Após esse processo que durou aproximadamente um ano e meio, o projeto de parceria foi aprovado para ser desenvolvido e tinha uma previsão de cinco anos para a sua realização. As ações desenvolvidas nesse período foram financiadas pela Fundação Kellogg, que tomou conhecimento do projeto, analisou e aprovou a proposta.

Tomou corpo, a partir de então, o projeto da instituição e conquistou cada vez mais espaço para intervir junto à realidade de jovens da cidade de Boca da Mata. No ano de 2006 a *Semeador* foi fundada devida a dimensão que as ações promovidas foram conquistando. De acordo com o Estatuto Social (2003), a organização é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, podendo atuar em todo estado alagoano por tempo indeterminado. Quanto à deliberação, administração e controle, o instituto possui órgãos específicos, a saber: Assembléia Geral; Diretoria e Conselho Fiscal. Os órgãos trabalham na perspectiva de fazer com que os objetivos do trabalho da organização sejam alcançados.

No intuito de cumprir com a missão de incentivar o protagonismo juvenil²⁴, contribuindo para o desenvolvimento local de Boca da Mata, a ONG passou a atuar de acordo com uma perspectiva de trabalho que objetiva promover a formação de agentes de transformação, comprometidos com a comunidade e com a difusão desse conhecimento social.

Com vistas a essa perspectiva de contribuir para o desenvolvimento, o instituto criou no ano de 2007 a Biblioteca Sílvia Pompéia²⁵, para que desta forma se concretizasse uma atuação voltada à educação que corroborasse para a ampliação das possibilidades de conhecimento da comunidade local. A partir da biblioteca foram desenvolvidas importantes ações, a saber: rodas de leitura, sessões de filmes, e grupos de discussão voltados às questões da juventude. Além disso, o espaço tem sido utilizado não somente pelas crianças e jovens que integram a instituição, mas toda a sociedade local tem a oportunidade de utilizar o espaço e os recursos.

No intuito de dar continuidade às ações junto a juventude, a instituição se dedicou à elaboração de projetos com vistas ao estabelecimento de parcerias para viabilizar suas ações. Um projeto social desenvolvido a partir da parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, possibilitou o

²⁴ A concepção adotada pela instituição sobre essa questão do protagonismo é que adotar uma postura atuante, participativa que diz respeito a assumir responsabilidades para com a transformação de uma realidade social.

²⁵ O nome da biblioteca de acordo com o PPP da instituição foi uma homenagem à Doutora em Psicologia da Educação Sílvia Maria Pompéia, visto que esta tem contribuído para o desenvolvimento do ONG, por meio de consultorias em elaborações de ferramentas pedagógicas e de gestão bem como em elaborações de projetos que são enviados a financiadores.

desenvolvimento do Fundo de Apoio a Projetos de Jovens. Esse Fundo incentivou ainda mais o trabalho com os jovens do instituto que passaram a ser ainda mais motivados a exercer a sua liderança e protagonismo.

A instituição percebeu que esse protagonismo poderia alcançar uma nova dimensão, se o trabalho desenvolvido pelo projeto abarcasse também ações voltadas à criação de possibilidades de emprego e renda para esses jovens. Então, no ano de 2007 um projeto foi submetido à análise do Programa Petrobras – FIA, conseguindo ser aprovado a partir da proposta empreendedora de criar uma Unidade de Beneficiamento de Frutas (UBF). Atualmente, a UBF está sendo estruturada no que diz respeito à adequação as condições necessárias para que, desta forma, doces possam ser produzidos e comercializados a partir da matéria-prima da região.

Pensando em ampliar essas possibilidades para a juventude de Boca da Mata, a ONG vêm somando junto com outras instituições esforços para que seja implantado o Programa Jovem Aprendiz na Usina de cana de açúcar da região, a saber: Triunfo Agro Industrial S/A. Além disso, no ano de 2008 criou o primeiro curso comunitário que tinha por objetivo a preparação de jovens para a prestação de exames vestibulares. Essa foi uma ação que se configurou, na realidade, como um meio de fazer com a juventude expandisse os seus horizontes no que diz respeito a uma formação acadêmica.

A partir da biblioteca, outros projetos foram se desenvolvendo, como foi o caso do Cineclube Cláudio Luiz Galvão Malta²⁶, projeto dirigido por jovens da instituição realizado a partir da exibição de filmes nas zonas urbana e rural do município. O projeto de contação de histórias também surgiu a partir da biblioteca, no ano de 2009 e a partir do financiamento da Fundação Luterana, do Banco do Nordeste Brasil (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) as ações do projeto foram fortalecidas e ampliadas. No mesmo ano também foi firmada a parceria com o Instituto Paulo Freire, a qual proporcionou o desenvolvimento de uma ação voltada à alfabetização de jovens e adultos, por meio do financiamento do Programa Mova Brasil da Petrobrás.

Ainda no ano de 2009, a organização propôs um projeto ligado à área de tecnologia e do áudio visual, denominado como “Ponto de Cultura Girassol”. Este projeto foi desenvolvido a partir da liderança da juventude e se materializou em duas propostas, uma de fortalecer o projeto “Cineclube ” e a outra é da criação de um espaço virtual democrático, ou seja, um

²⁶ Segundo o PPP do Instituto, o nome do cineclube foi em homenagem ao Promotor de Justiça Doutor Cláudio Luiz Galvão Malta que além de ser um dos idealizadores e fundadores da *Instituição 2*, também influenciado o processo de incentivo ao protagonismo juvenil.

espaço de incentivo às diversas culturas e produções digitais. O Ponto de Cultura Girassol foi financiado como Ponto de Cultura pelo Governo Estadual e Federal e por meio do Ministério da Cultura.

A instituição também desenvolveu ações voltadas à problemática das drogas. Sendo esta uma questão de interesse social, o projeto denominado “Amo a Vida” contou com a parceria da Polícia Militar de Alagoas, que em Boca da Mata, lançou o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD). O projeto atuava por meio de ações preventivas nas escolas, junto a crianças, jovens e adultos.

No ano de 2010 também foi criado o “Telecentro Petrobrás”, que visa amenizar a exclusão digital no município de Boca da Mata. E em maio deste mesmo ano a *Semeador* adquiriu uma sede própria com recursos advindos das doações da Fundação Major José Tenório²⁷ para a ONG. Também nesse ano foi encaminhado para a Petrobras um outro projeto, denominado “Juventude Cidadã” cujo objetivo principal era a formação política de novas lideranças jovens no território de Boca da Mata.

Segundo a instituição, a experiência adquirida com esse último projeto e com os anteriormente desenvolvidos, foi possível a elaboração de uma nova proposta numa dimensão mais ampliada, que culminou no “Projeto Academia do Desenvolvimento Juvenil”, financiado também pela Petrobrás, desenvolvido no período de 2011 a 2012.

A ONG *Semeador* no decorrer de sua trajetória vem lutando para mobilizar jovens. A instituição já conseguiu mobilizar cerca de 1000 jovens e 1500 crianças e adolescentes do município de Boca da Mata. Foi possível também, a partir das parcerias, captar R\$ 3.439.214,42 (três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos), que possibilitou a aquisição de duas sedes, localizadas no centro e na zona Rural de Boca da Mata, além de uma unidade de beneficiamentos de doces.

Em meio ao curso da sua história, a ONG tem desenvolvido ações que tem conquistado destaque a nível local e despertado, inclusive, o interesse de investidores nacionais e internacionais, que enxergam a atuação da instituição como uma possibilidade de desenvolvimento que beneficia a própria sociedade, assim como interesses específicos. É notório o impacto que o trabalho da instituição tem provocado no contexto social, inclusive, gerou cerca de 100 empregos diretos e mobilizou importantes financiadores.

²⁷ De acordo com o que consta no Projeto Político Pedagógico a Fundação Major José Tenório encerrou suas atividades e os seus bens foram doados à *Semeador*, a partir de uma indicação da promotoria de justiça de Boca da Mata – AL. A Fundação se tratava de um museu no qual se encontrava a história do fundador da Usina Triunfo de Boca da Mata.

Diante dessa realidade, é preciso além de quantificar projetos e ações, analisar a proporção que essas tem tomado na atual configuração social, a fim de que seja possível uma avaliação em torno da contribuição da organização para o desenvolvimento educacional e social à medida que a ONG fortalece a sua atuação.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela *Semeador*, convêm ressaltar esse que tem sido fundamentado em quatro linhas de atuação, a saber: Educação, Cultura, Geração de Renda e Desenvolvimento Comunitário Juvenil. No que se refere ao perfil educativo da instituição percebemos a associação do mesmo a criação de espaços democráticos de participação que incentivam o protagonismo dos sujeitos envolvidos nos processos.

Atualmente o trabalho tem alcançado um total de 200 educandos que têm tido oportunidades de vivência nos seguintes espaços: Biblioteca Sílvia Pompéia; Núcleo de Desenvolvimento de Lideranças Juvenis; Cineclube Cláudio Luiz Galvão Malta; e Unidade de Beneficiamento de Frutas. A fim de que se compreendam os processos educativos, serão delineados os projetos e ações desenvolvidas em cada um desses espaços que foram sendo construídos coletivamente.

Existe uma metodologia de atuação voltada para o desenvolvimento de projetos, assim nos ocuparemos da caracterização desses na perspectiva de que se contribua para o esclarecimento do papel social realizado pela ONG. Em meio a essa estrutura de organização, os projetos sociais desempenham papel fundante, no decorrer histórico eles têm contribuído para a consolidação de ações que atendem as demandas locais. E são essas ações consolidadas que têm possibilitado o reconhecimento social do instituto, sendo este hoje uma referência de um trabalho sério e comprometido com a sociedade.

Associada a questão do reconhecimento social, está a confiabilidade que vem sendo conquistada e que tem possibilitado o estabelecimento de novas parcerias. São esses financiamentos que tem incentivado o alargamento da atuação e o fortalecimento do papel da ONG no município de Boca da Mata. Entretanto, não pretendemos dizer aqui, que o financiamento de ações e projetos é suficiente para que aconteça esse processo de consolidação do papel e atuação. Muito pelo contrário, temos notado que certas parcerias acabam contribuindo para a fragilização do papel e limitação na atuação das Organizações Não Governamentais.

No caso específico da *Semeador* um caminho está sendo trilhado com vistas cada vez mais ao fortalecimento da instituição no campo da prestação de serviços à comunidade. Compreender os fatores que tem contribuído para essa consolidação é o objetivo que esse

trabalho visa dar conta, portanto, neste momento se faz necessária a reflexão em torno dos processos educativos desenvolvidos na ONG por meio dos espaços anteriormente citados.

No espaço da Biblioteca Sílvia Pompéia, são desenvolvidos projetos e ações voltadas ao desenvolvimento na área da leitura, como é o caso dos Núcleos de Leituras, onde são incentivadas as práticas de diversos tipos de leituras. Além dos Núcleos, a prática da leitura, que é uma área na qual a ONG tem investido fortemente, tem sido motivada pelo grupo “Contadores de Histórias Amigos da Leitura” (CHAL), que desenvolve ações específicas que visam despertar o gosto por esta prática.

Ainda no espaço da biblioteca, desenvolve-se o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), que atua segundo a proposta de incentivar, no município, a leitura, por meio do empréstimo de livros. Além disso, no espaço da biblioteca surgiu a proposta de promover a inclusão digital através da criação de um espaço que democratizasse o acesso às tecnologias digitais. Tal proposta culminou no projeto do Telecentro que é financiado pela empresa Petrobrás.

A biblioteca também foi o espaço privilegiado no qual surgiu a proposta de contribuir para o desenvolvimento dos educandos a partir de ações voltadas para o raciocínio lógico. Foi a partir dessa proposta que surgiram os primeiros incentivos ao Xadrez, o intuito a princípio era fazer com os alunos conseguissem ampliar a capacidade de concentração, raciocínio, lógica matemática, entre outros.

A instituição percebeu que o Xadrez pode contribuir de fato nesse sentido, entretanto a experiências na área tem apontado que o jogo tem contribuído de forma significativa na formação social dos educandos, fazendo com que estes a partir da atividade ‘jogar’ se percebam enquanto sujeitos coletivos, ou seja, sujeitos que capazes de dialogar e de cooperar no desenvolvimento de uma ação. A proposta xadrez tem alcançado tamanha dimensão, que hoje ela não é mais desenvolvida no espaço da biblioteca. Atualmente, é desenvolvida em formato de oficina, e os educandos, que a integram, têm se destacado em competições de Xadrez, a nível municipal e estadual.

No espaço do Núcleo de Desenvolvimento de Lideranças Juvenis, são desenvolvidos projetos e ações voltadas à juventude. Nesse espaço construído para a participação, os jovens têm a oportunidade de se desenvolver enquanto cidadãos que compreendem os seus direitos e deveres e que exercem a cidadania. A proposta das ações, que se concretizam por meio do Curso de Formação Política, do Curso de Lideranças Juvenis, de intercâmbios, de Seminários e de Oficinas Temáticas, é fazer com que jovens se engajem socialmente, e se desenvolvam como cidadãos críticos e capazes de intervir na realidade posta.

Quanto ao espaço do Cineclube, são desenvolvidas ações nas áreas das culturas digital e cinematográfica por meio do projeto Ponto de Cultura. Nesse sentido, as ações desenvolvidas nesse projeto visam proporcionar às pessoas um espaço para lazer, socialização, ampliação do universo cultural e apreciação de filmes como obra de arte. Na concepção da instituição o Cineclube, que é dirigido por jovens, realiza um trabalho voltado para a formação política de outros jovens, incentivando assim o protagonismo destes na sociedade.

O espaço da Unidade de Beneficiamento de Frutas tem caminhado para o desenvolvimento de projetos e ações que possibilitem a geração de emprego para a comunidade local. Entretanto, desde já, conta com a participação de jovens que têm se envolvido na unidade com vista à estruturação da mesma, para que em breve se efetive a conquista dos objetivos pretendidos.

Em linhas gerais, os projetos e ações são desenvolvidos de acordo com a estrutura organizacional da instituição. Assim os educandos, no período contrário ao que frequentam a escola, participam de atividades desenvolvidas no espaço de tempo de 180min de acordo com a rotina da ONG. Às crianças matriculadas são ofertadas duas atividades, a saber: Núcleos de leitura e Informática. Além dessas atividades, as crianças podem optar por fazer parte de uma dentre as seguintes oficinas: Dança, Teatro, Poesia, Xadrez e Música.

Aos jovens são ofertados ainda os cursos de Informática e os cursos de Formação Política. No intuito de possibilitar uma melhor compreensão do desenvolvimento das atividades na instituição apresentamos em seguida, no formato de quadro, a rotina da *Semeador* em uma perspectiva semanal.

Quadro 7: Quadro geral de desenvolvimento das atividades – *Semeador*

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
08h00min às 11h00min	Formação da equipe	Núcleo de Leitura	Núcleo de leitura	Oficina de Xadrez	Reunião de Planejamento e Avaliação com toda equipe de Educadores
	Oficina de Dança	Formação Política	Oficina de Teatro	Oficina de Música	
	Informática	Informática	Informática Poesia	Informática	
13h30min às 16h00min	Formação da equipe	Núcleo de Leitura	Núcleo de leitura	Oficina de Xadrez	Reunião de Planejamento e Avaliação com toda equipe de Educadores
	Oficina de Dança	Formação Política	Oficina de Teatro	Oficina de Música	
	Informática	Informática	Informática Poesia	Informática	

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa (2012).

As atividades desenvolvidas no decorrer da semana são orientadas a partir do cronograma disposto. Assim, a observação no campo lócus da pesquisa nos possibilitou compreender que os sujeitos envolvidos, educadores, crianças, adolescentes e jovens têm conhecimento da rotina e demonstram se adaptar a mesma, tendo em vista que as atividades se iniciam em espaços diferentes, e cada sujeito se encaminha para esses lugares, já determinados. Em outras palavras, a *Semeador* desenvolve sua rotina de modo diferente daquela observada na *Paz e Amor*. Entretanto, essa perspectiva de não encaminhar todos os dias os sujeitos para suas atividades parece se adaptar melhor a realidade da ONG, visto que a *Semeador* insere-se num contexto específico que visa promover uma autonomia, inclusive a partir da metodologia de suas práticas educativas.

As ONGs pesquisadas também apresentam suas particularidades quanto à participação dos sujeitos em atividades desenvolvidas. Enquanto na primeira instituição todos os sujeitos participam das mesmas atividades em horários alternados, nessa todos participam da mesma atividade, como é o caso do Núcleo de Leitura, da Formação Política e da Informática, entretanto, as crianças, adolescentes e jovens tem a oportunidade de escolher uma oficina da qual poderão participar. Essa perspectiva de escolha ao passo que organiza o trabalho, fazendo com que a instituição não se sobrecarregue na oferta de uma oficina para todos, coloca os sujeitos em uma posição protagonista, quando esses passam a definir a sua participação no grupo a partir de uma identificação pessoal.

A ONG *Semeador*, semelhantemente a *Paz e Amor*, tem definido na rotina semanal um dia específico para a reunião dos educadores que visa o planejamento das ações, bem como a avaliação daquelas que já estão sendo, ou foram desenvolvidas. A perspectiva de coletividade está presente nas ONGs pesquisadas, inclusive quando se trata de pensar ações e/ou projetos que podem ser executados na perspectiva de fortalecer a atuação de ambas as organizações sociais.

Um aspecto importante para compreendermos ainda o perfil da *Semeador* se refere aos recursos humanos. Na instituição é possível identificar que o trabalho é desenvolvido por voluntários, estagiários e profissionais com a carteira assinada, portanto identificamos, na ONG, os seguintes tipos de vínculos empregatícios predominantemente: voluntários, e estagiários (recebendo ou não auxílio financeiro). Diante disso, apresentamos o seguinte quadro dos vínculos dos colaboradores.

Quadro 8: Quadro geral dos colaboradores – Semeador

Estagiários Voluntários	12 (doze)
Estagiários Bolsistas	18 (dezoito)

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa (2012).

Ressalvamos que o trabalho na instituição conta com a participação de um considerável número de voluntários, entretanto esse número é inferior à quantidade de pessoas que recebem algum tipo de remuneração para desenvolver uma prática na instituição. De acordo com os documentos da *Semeador*, a participação do voluntariado tem se configurado como uma importante contribuição não somente para o desenvolvimento das ações, mas, sobretudo, para o fortalecimento da atuação da ONG, visto que esse engajamento da comunidade no trabalho é percebido como um indicativo do reconhecimento social que a organização tem conquistado.

É necessário conhecermos também, de forma geral, a formação dos educadores e dos demais membros da diretoria que fazem parte do quadro o quadro de colaboradores da instituição. A fim de que se compreenda a realidade da formação desses sujeitos, apresentamos a demonstração da mesma no quadro seguinte.

Quadro 9: Quadro geral da formação dos colaboradores – Semeador

Nível Fundamental Incompleto	–
Nível Fundamental Completo	02
Nível Médio Incompleto	–
Nível Médio Completo	06
Curso Técnico e/ou Profissionalizante	02
Nível Superior Incompleto	16
Nível Superior Completo	02
Pós-Graduação	02

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa (2012).

Diante da realidade detalhada no quadro é possível refletirmos em torno da formação dos colaboradores. O número de sujeitos que se encontram cursando o nível superior representa mais do que a metade do total de colaboradores. Tendo em vista que a ONG conta com o trabalho de jovens protagonistas, isso remete a associação que esse trabalho desenvolvido por eles tem contribuído para a própria formação, visto que eles tem se

interessado por buscar novas fontes de conhecimento, por meio de uma formação acadêmica. Existe, ainda, uma integração desses sujeitos nas diversas linhas de atuação independente do nível de formação. A ONG *Semeador* tem contribuído também para que integrem o trabalho da instituição sujeitos de diversas áreas, tais como: Pedagogia, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Administração, Recursos Humanos, História, Artes Cênicas, Educação Física, Análise de Sistemas, Matemática e Física. O PPP da organização destaca também que a equipe de trabalho conta com um corpo técnico formado por profissionais da Educação e do Serviço Social.

A partir do delineamento do perfil e da atuação das ONGs pesquisadas, se apresenta como necessária a tarefa de dar continuidade ao nosso processo de reflexão sobre as práticas desenvolvidas no espaço não governamental, a fim de que se cumpra o objetivo central da pesquisa que é compreender o papel dessas organizações, bem como esclarecer como a atuação dessas tem corroborado para o desenvolvimento político, econômico e social. E de forma ainda mais específica, pretendemos contribuir para a elucidação acerca das contribuições dessas instituições para o desenvolvimento educacional alagoano. Portanto, a partir da análise do trabalho interventivo tencionamos dialogar a respeito da relevância social das ONGs na realidade educativa do estado de Alagoas.

4.3 A atuação e o papel das instituições “Paz e Amor” e “Semeador”

Compreender o papel social desempenhado por uma ONG requer um esclarecimento em torno das práticas e dos processos desenvolvidos nesse espaço. Nesse sentido, é fundante observar as concepções que tem permeado as ações dessas instituições, visto que toda prática está pautada em uma compreensão da realidade. Podemos dizer, então, que o papel está intrinsecamente relacionado ao posicionamento que essas vêm tomando, de acordo com as suas concepções, diante de determinadas realidades.

As considerações apresentadas em Carvalho (2000) a respeito das concepções que tem permeado as práticas desenvolvidas por essas organizações nos auxiliam na compreensão dos papéis dessas instituições. Sobre tal relação, a autora esclarece que

as organizações **conservadoras** interpretam a realidade desde o que está estabelecido, sem questioná-la e em nenhum momento propõem mudar os valores dominantes. As organizações **moderadas** apresentam posicionamentos não lineares na sua conduta ideológica, prevalecendo a interpretação comportamental para a solução dos problemas da sociedade. Deseja resolver a questão que as mobiliza pela educação, se propor mudanças na sociedade. No segundo quadrante dessa tipologia, estão as

organizações **questionadoras** que desenvolvem ações proativas, denunciam contradições e propõem a adoção de uma legitimidade alternativa. Por fim, estão as organizações **transformadoras** que desenvolvem uma interpretação própria da realidade que significa uma posição contrária ao paradigma dominante, levando-as a proporem alternativas concretas ao sistema global. (CARVALHO, 2000, p.6).

A partir da análise de Carvalho acima desenhada, o delineamento das práticas educativas desenvolvidas pelas mesmas é factível de conhecimento a partir do momento em que há o interesse de compreender as percepções de mundo que permeiam o trabalho desenvolvido. Nesse sentido, nos debruçarmos sobre essas organizações, apresenta-se como tarefa imprescindível ao esclarecimento das questões postas.

Quanto às ONGs que atuam no âmbito educativo alagoano as ações de organizações moderadas têm conquistado certo destaque no cenário social (CARVALHO, 2000). Entretanto, organizações questionadoras e/ou transformadoras também têm buscado um fortalecimento, com vistas à ampliação de sua atuação.

As instituições de caráter transformador estão em processo de construção, tendo em vista que é necessária uma consolidação nas propostas para que se desenvolvam ações permeadas por uma intencionalidade comum “de gerar futuras mudanças sociais que fortaleçam a sociedade civil frente ao estado e à economia de mercado, a ética solidária frente à concorrência, a qualidade de vida frente à acumulação, a participação frente à autoridade” (CARVALHO, 2000, p. 6).

Essa intencionalidade no fazer, tem sido possibilitada, inclusive, pela diversificação dos campos de atuação. Em Alagoas, a exemplo do que tem acontecido no país, os campos estão se ampliando e as iniciativas dessas organizações estão se voltando para as mais diversas demandas sociais.

De acordo com os dados levantados por pesquisas realizadas pela ABONG, os campos de atuação estão cada vez mais diversificados, sendo eles o da: educação, organização popular, relações de gênero dentre outros. Em meio à multiplicação dessas áreas temáticas, a Educação tem se destacado com um dos principais campos de intervenções dessas organizações, conforme nos indica o quadro apresentado a seguir.

Quadro 10: Campos de atuação das ONGs no Brasil

Principais Campos de Atuação das ONGs em todo Brasil	Percentual %
Educação	48,9%
Organização popular /participação popular	33,8%
Relações de gênero/ defesa dos direitos das mulheres	27,1%
Justiça e promoção de direitos	23,3%
Meio ambiente	21,8%
Saúde	20,3%
Fortalecimento de outras ONGs/movimentos populares	20,3%
Trabalho e renda	18%
Agricultura	15%
Economia solidária	12,8%
Arte e cultura	11,3%
Questões agrárias	8,3%
Orçamento público	6,8%
DST/AIDS	6,8%
Segurança alimentar	6%
Questões urbanas	6%
Assistência social	6%
Segurança pública	4,5%
Discriminação sexual	3,8%
Relações de consumo	3,8%
Discriminação racial	3,8%
Comunicação	3,8%
Esporte	0,8%
Comércio	0,8%

Fonte: Extraído do Panorama das Associações (ABONG, 2011).

Os dados apresentados foram baseados em uma pesquisa²⁸ realizada no ano de 2009 pela ABONG²⁹, cujos resultados foram publicados no ano de 2010. De acordo com a Associação novas pesquisas estão sendo realizadas no campo não governamental em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), e com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Ao ver dos parceiros não basta dizer que existem 338mil entidades sem fins lucrativos, é

²⁸Os dados dessa pesquisa representam uma amostra de 189 ONGs registradas na ABONG (70% do universo associativo) que responderam durante o ano de 2009 a um questionário *online*.

²⁹ A Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais reúne em seu quadro geral de cadastro em torno de 300 entidades em todo o Brasil. Uma quantidade relativamente pequena se comparada as mais de 338 mil entidade no campo das fundações e associações sem fins lucrativos presentes no Brasil. (FASFIL, IBGE/2005).

necessário esclarecer as diferenças existentes entre essas instituições a fim de refletir sobre as especificidades que compreendem o trabalho desenvolvido.

Para a ABONG o notório crescimento no número de organizações, e a diversificação dos campos de atuação, são, na realidade, reflexos do processo de abertura democrática vivenciado no país. Diante da dimensão que a atuação não governamental tem alcançado, é necessário realizar pesquisas no intuito de caracterizar essas instituições não somente pelo que elas não são, no caso, não governamentais. É preciso, então, que as caracterizemos de acordo com as suas especificidades a fim de compreender o trabalho desenvolvido por elas.

Nesse sentido, a associação das ONGs acredita que é necessário dar continuidade às pesquisas realizadas nesse setor, principalmente diante do momento, vivenciado no contexto nacional, de ampla divulgação do termo, que não raras vezes tem sido generalizado. É fundante conhecer o que são de fato, o que pretendem e como elas têm atuado diante da abertura política, econômica e social.

A referida pesquisa, desenvolvida pela ABONG em parceria com as demais instituições, pretende desmistificar muitas questões que envolvem o universo dessas organizações sociais, principalmente aquelas que se referem às diferenças existentes entre elas. De acordo com tal estudo, elas têm empregado no Brasil cerca de 1,7 milhões de pessoas, entretanto, notou-se que ainda há muito trabalho voluntário, militante. Os dados apontam que essas entidades têm caminhado para a qualificação do seu trabalho, na perspectiva de superar a precariedade ainda existente em grande parte das ações. Segundo o levantamento realizado, as instituições que mais empregam são aquelas que trabalham nas áreas da saúde e da educação.

O campo educativo tem se tornado cada vez mais atraente ao trabalho não governamental. As demandas da área claramente têm influenciado esse envolvimento das ONGs com o campo. Contudo, é preciso que consideremos, também, que as possibilidades de desenvolvimento profissional têm motivado e assegurado a prestação de serviços educacionais. Isso quer dizer que a educação tem sido um campo de investimento das ações dessas organizações porque possibilita o reconhecimento social da atuação, contribuindo para o fortalecimento do seu trabalho, que tem sido desenvolvida de forma cada vez mais qualificada, devido ao interesse e envolvimento de profissionais no setor.

Para os profissionais que tem se envolvido, as experiências dentro do espaço não governamental tem contribuído para que estes ampliem as suas concepções em torno de seu trabalho, passando a considerar ainda mais a dimensão social da sua prática. Ao mesmo tempo, a inserção desses profissionais tem possibilitado o atendimento de uma demanda de

qualificação nas ações. Esta necessidade tem surgido principalmente a partir da pretensão que essas agências sociais têm de atender a certos padrões estabelecidos por financiadores.

Diante dessas considerações, há uma necessidade urgente de compreender de fato essas organizações, que hoje não se configuram somente como espaços onde se realizam práticas assistencialistas e caritativas. Atualmente as ONGs que atuam no âmbito da educação, que é o campo que interessa ao estudo, se configuram como espaços de formação humana e social, onde se desenvolvem práticas educativas que tem contribuído para o desenvolvimento da sociedade.

Tal compreensão tem se apresentado como um desafio no contexto do estado de Alagoas, visto que ainda não há registro de nenhuma ONG alagoana no quadro de associadas da ABONG. Estar registrado na ABONG significa dar abertura ao conhecimento sobre as ações, projetos, âmbito de atuação, faixa orçamentária, origens, missão e visão da organização, entre outras informações.

Quanto mais a sociedade tem acesso às informações sobre quem são, o que fazem e quais as suas perspectivas, mais condições ela tem de acompanhar e de dialogar sobre as ações desenvolvidas por essas instituições, podendo, desta forma, contribuir significativamente com o trabalho social realizado. Diante de tais considerações, inferimos que em linhas gerais, na sociedade alagoana, ainda não há uma clareza sobre o trabalho interventivo realizado pelas ONGs, apesar de haver um reconhecimento social por parte daqueles que são o público alvo das ações. Essa fragilidade na compreensão do papel não governamental, de certa forma tem dificultado e limitado a atuação dessas instituições no estado.

Em razão da ausência, nos arquivos da ABONG, de dados específicos para o traçado do perfil institucional das organizações alagoanas, recorreremos a outras fontes de informação, a saber: arquivos da Associação Alagoana das Organizações Não Governamentais (AALONG), no qual realizamos um levantamento das ONGs cadastradas. O levantamento constituiu-se como uma contribuição para que a realidade da atuação das ONGs alagoanas fosse esclarecida.

De acordo com a consulta realizada no banco de dados da AALONG³⁰, no qual existem informações mais específicas sobre as organizações registradas, foi possível

³⁰A AALONG, fundada no ano de 2003, caminha para a consolidação. Com referência a isso destacamos o fato de que é crescente o número de cadastros de organizações junto à AALONG, dois anos após a sua fundação mais de 300 instituições se filiaram à Associação. O que também têm contribuído são as parcerias firmadas, por exemplo, com a Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Maceió (FAMECAL).

identificar que há uma predominância no que diz respeito aos campos de atuação, tal realidade é expressa por meio do quadro a seguir:

Quadro 11: Campos de atuação das ONGs em Alagoas

Principais Campos de Atuação das ONGs em Alagoas	Quantitativo
Educação	30
Saúde	10
Meio ambiente	5
Trabalho e renda	5

Fonte: Extraído do arquivo da pesquisa (2011).

Notamos, assim, que o campo educativo tem se configurado como um espaço no qual as ONGs alagoanas tem fortalecido a sua atuação. No intuito de obter informações mais precisas sobre a realidade dessa relação com a educação, buscamos adentrar o espaço de organizações que atuassem no referido campo. Com o interesse de cumprir a tarefa de descrever e analisar a ação das ONGs, bem como discutir acerca dos seus papéis no processo educacional, realizamos, além do levantamento e registro das organizações que atuam nesse campo, um estudo específico de duas instituições, escolhidas como objeto de análise por se enquadrarem no perfil da pesquisa.

Adentrar o universo dessas organizações não é uma tarefa simples, requer seriedade e rigor crítico. É preciso que os pesquisadores compreendam que não basta observar práticas, reuniões e rotinas, é preciso estar apto para dar um salto a mais. E dessa forma, fazer ponderações que dizem respeito à compreensão de aspectos importantes, como por exemplo: aqueles relacionados à concepção e posicionamento das organizações diante da realidade na qual desenvolvem os seus trabalhos.

Além disso, quando em uma pesquisa há uma intenção de realizar um levantamento é preciso considerar que existem as ONGs que se destacam por uma ou mais ações específicas e aquelas que não possuem visibilidade. Entretanto, é possível diante das pesquisas realizadas, afirmar que as organizações, apesar de buscarem visibilidade, têm concentrado suas ações educativas, quase que na sua totalidade, em comunidades localizadas nas regiões periféricas da cidade. Não excluimos aqui a possibilidade que uma ONG, situada em uma comunidade da periferia, tem de conquistar visibilidade e prestígio social. Visto que, acreditamos que não é a localização, mas a relevância da atuação que contribui para esse reconhecimento.

Uma possível explicação para essa concentração pode estar relacionada ao fato de que dentro dessas comunidades, que possuem uma demanda no quadro social local, que são suscitadas as mobilizações da sociedade civil, importantes à construção de espaços não governamentais organizados. Comumente, observamos, também, o movimento das ONGs atuantes no cenário educativo para dentro ou próximo a uma comunidade específica. Essa aproximação tem uma finalidade, a saber: o fato de que quanto mais próximas da realidade social, mais propriedade elas terão para desenvolver um trabalho condizente com a necessidade de determinado contexto.

Portanto, essa aproximação tem possibilitado o desenvolvimento de um trabalho que de forma eficiente e eficaz atende às demandas sociais. Ao passo que as organizações sociais apresentam alternativas às problemáticas sociais, o trabalho educativo é ampliado e assim elas fortalecem a sua contribuição no processo educacional do estado. Algumas instituições, inclusive, se organizam de acordo com programas e projetos de assistência ao sistema público de ensino. Isso quer dizer que as ações se inserem em uma proposta de contribuir para o desenvolvimento da educação na esfera pública. Para tanto, as ONGs desenvolvem ações voltadas à facilitação do processo de ensino-aprendizagem e à incrementação de práticas sociais.

Tendo em vista que um dos objetivos desse trabalho é investigar de que forma as ONGs tem contribuído para o desenvolvimento do processo educacional alagoano, optamos pela análise de duas instituições que atuam em diferentes cidades do estado e que desenvolvem programas e projetos específicos de atendimento a rede pública de ensino.

Por meio do contato direto com a realidade da *Paz e Amor* e da *Semeador* pretendemos compreender a relação das organizações sociais com a sociedade, bem como responder ao questionamento central da pesquisa: Qual a contribuição das ONGs que atuam no âmbito educativo para o desenvolvimento do processo educacional alagoano? Esse questionamento central de pesquisa se desdobrou em outras indagações, a saber: Qual a relação entre Estado e sociedade civil organizada? Como as ONGs articulam as práticas educativas no campo não formal? E como essas práticas se relacionam com o sistema público de ensino?

O aprofundamento nesses e em alguns outros questionamentos serviu de embasamento para que fosse estabelecida a reflexão em torno do papel social dessas instituições diante do desenvolvimento educacional em Alagoas. Ocupamos-nos com a tarefa de esclarecer de que forma as ONGs *Paz e Amor* e *Semeador* têm contribuído para construir o tecido social por meio de práticas interventivas voltadas à educação.

Nesse sentido, ressaltamos que objetivo da atuação das instituições não é o de se sobrepor ou substituir as ações desenvolvidas pelo poder público estatal. Portanto, as práticas educativas desenvolvidas no espaço não governamental não tencionam desvalorizar as práticas educativas formais. Em outras palavras, as agências não estatais pesquisadas compreendem que não podem e nem pretendem desenvolver um papel que compete às instituições formais de ensino.

O objetivo pretendido por essas instituições é o desenvolvimento de um trabalho que acorde com a identificação e análise das demandas sociais, que se desdobrem em soluções que incrementem, por meio de processos educativos, a efetivação das políticas sociais, responsabilidade do Estado. Tal objetivo pode ser compreendido, inclusive, a partir do conceito de ONG, apresentado pelo *Gestor 4* da *Semeador*.

Uma ONG é um espaço criado para fiscalizar políticas públicas e realizar trabalhos nessa área por conta da deficiência do Estado de suprir as demandas sociais. (Gestor 4).

Há então, o entendimento de que o trabalho realizado por essas organizações tem se tornado necessário devido à limitação do poder público em atender de forma eficiente as demandas da sociedade. Entretanto, a proposta de trabalho não é desenvolver uma função que compete à esfera estatal, mas atuar apresentando alternativas que possam incrementar as políticas sociais implantadas pelo Estado. A concepção de ONG apresentada pelo *Gestor 3* da mesma instituição confirma o que temos dito a esse respeito.

É uma organização social formada por pessoas com o interesse de lutar por melhoras sociais. Papel vital, na questão da realidade das crianças no município. O papel da ONG é oferecer novas possibilidades, novos espaços de lazer, cultura. É um espaço de desenvolvimento complementar. (Gestor 3).

A luta por essas melhorias é o que tem fundamentado o trabalho desenvolvido pela organização, que não pretende ocupar no município de Boca da Mata, ou mesmo em Alagoas, o papel secular do Estado com relação à prestação de serviços públicos à sociedade. As considerações do *Gestor 1* da *Paz e Amor* também contribui nesse processo de reflexão sobre o papel que essas organizações desenvolvem na tessitura social.

Uma ONG é uma instituição que atua onde o poder público não tem atuado com qualidade, ela supre uma demanda de políticas públicas. Eu penso que elas são importantes. A organização tem muitas importâncias. Ela é uma organização importante porque supre uma deficiência educacional, atuando por meio da educação complementar no sentido de criar diferenciais. Ela integra, gera oportunidades, para a criança que geralmente não teve oportunidades, inclusive a oportunidade de ter um contato maior até com a própria Universidade. (Gestor1).

Diante dessa concepção sobre o papel social das ONGs pesquisadas acreditam que têm desenvolvido uma prática condizente com a demanda da realidade na qual atuam, visto que a atuação das organizações visa promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio de ações no âmbito da educação.

No sentido de implantar e implementar ações de acordo com as necessidades sociais as ONGs têm buscado desenvolver os seus trabalhos por meio de projetos específicos. No caso da *Paz e Amor* as ações, que se direcionam à educação, são voltadas especificamente a uma melhoria da qualidade no ensino público. Isso pode ser percebido por meio da proposta do projeto PECC, que claramente especifica o seu objetivo de desenvolver uma educação que complemente as práticas educativas formais. Além disso, as demais práticas que se desenvolvem no espaço, como as oficinas e as práticas esportivas, contribuem para que se ampliem as possibilidades de desenvolvimento por meio dessas outras experiências educativas em um campo não formal.

Com relação aos projetos e ações desenvolvidas no espaço da *Semeador* observamos que o encaminhamento das práticas educativas é fundamentado no objetivo de promover uma Educação Popular, que possibilite a partir da valorização da cultura dos sujeitos, uma formação que incentive a criticidade. Portanto, a partir dos núcleos de leitura, dos espaços de formação e da diversidade de oficinas, os sujeitos vão tomando contato com um universo de conhecimentos que contribui para que eles ampliem a concepção de mundo e do papel que possuem neste.

Entretanto, para que se efetivem tais práticas das instituições pesquisadas existe, ainda, a necessidade do estabelecimento de parcerias. No intuito de compreender a forma como essas organizações enxergam o estabelecimento desses vínculos, os diretores e coordenadores foram questionados a respeito dessa questão. As respostas sinalizam que a firmação de parcerias tem se caracterizado como uma possibilidade de fortalecimento da atuação dessas organizações à medida que ações são desenvolvidas e/ou ampliadas de acordo com as demandas.

No ponto de vista da instituição, acreditamos que as parcerias hoje são um caminho para o desenvolvimento de nossas ações. Elas têm facilitado a atuação junto às questões sociais. Entretanto, ainda temos certo cuidado para estabelecê-las, pois já tivemos algumas experiências não muito positivas, no sentido que eram feitas muitas exigências e não havia uma contrapartida dos parceiros, principalmente com a esfera pública (Gestor 1).

Penso que elas são importantes, entretanto é preciso que essas parcerias não interfiram no trabalho das ONGs. Digo isso porque muitas vezes as instituições acabam se preocupando mais com a busca por financiamento do que com a necessidade de realizar um trabalho sério e comprometido com as demandas sociais (Gestor 2).

Acreditamos que só é possível contribuir para o desenvolvimento através das parcerias. Sem parcerias a ONG não consegue ir muito além. Desde o início a ONG caminha estabelecendo parcerias. Em seu surgimento houve uma parceria de cinco instituições (Gestor 3).

Na realidade atual da instituição eu penso que as parcerias são estratégias necessárias e importantes que tornam possível o desenvolvimento das nossas ações com vistas ao desenvolvimento local sustentável (Gestor 4).

Desde a sua fundação a *Paz e Amor* tem firmado parceria com as escolas nas quais seus alunos estudam no horário regular. Essa parceria acontece a partir do diálogo da ONG com professores e gestores dessas instituições. Então, a partir das demandas identificadas, a organização e as escolas e refletem sobre as ações que podem ser desenvolvidas no intuito de contribuir para o desenvolvimento social e cognitivo dos sujeitos. Essa reflexão sobre a realidade, a fim de compreender as necessidades locais, tem fundamentado a elaboração de projetos que posteriormente são enviados a possíveis parceiros. A proposta do projeto é construída pela instituição, entretanto esses projetos sofrem reformulações no intuito de que se adéquem também aos interesses também dos parceiros. Ainda, assim a *Paz e Amor* acredita que as parcerias de forma geral têm contribuído com o trabalho e por isso tem a pretensão de dar continuidade às parcerias já estabelecidas, assim como pretende buscar novos financiadores.

A instituição firmou parceria com a esfera pública, por meio de projetos realizados em parceria com a Universidade Federal de Alagoas, além disso, firmou-se parceria com o Banco do Brasil, por meio do direcionamento de recursos para a compra de materiais. Também foram firmadas parcerias com as secretarias do estado, como a de Educação, Esporte e Cultura. A instituição também conta com o apoio de pequenas empresas que investem em projetos locais e também com o apoio de pessoas físicas que tem ajudado de diversas formas, seja por meio do financiamento ou capacitação para o desenvolvimento de ações. É preciso expandir as parcerias, buscar novas possibilidades. (Gestor 1).

No que diz respeito à questão das parcerias na *Semeador*, ressaltamos que o surgimento da organização iniciou-se a partir de uma relação estabelecida entre cinco instituições que já atuavam no município, que passaram a somar esforços a fim de que se construísse o Projeto da instituição. Portanto, no decorrer de sua história a ONG firmou e tem ainda firmado parcerias, porque acredita que elas são uma possibilidade real ao

desenvolvimento de ações que promovem a transformação social. A respeito das parcerias firmadas um dos gestores esclarece:

Na realidade atual da instituição eu penso que as parcerias são estratégias necessárias e importantes que tornam possível o desenvolvimento das nossas ações com vistas ao desenvolvimento local sustentável. A instituição para promover suas ações tem firmado diversas parcerias, por exemplo, com: a Secretaria Estadual da Cultura e Ministério da Cultura que financiou os projetos: Ponto de Cultura e Cineclube; O sistema estadual de biblioteca por meio da doação de livros e oferece capacitações na área de organização e manutenção de livros e biblioteca; Biblioteca Nacional que doou livros e capacita o nosso pessoal por meio do PROLER; Petrobrás que financiou a compra de material e a contratação de pessoal para os projetos de leitura e cinema; Fundação Kellogg, BNB, BNDS que financiou a compra de materiais e contratação de pessoal, contamos também com o apoio da Fundação Luterana. Além dessas parcerias, contamos com o apoio de pessoas físicas, professores, conselheiros, juristas, entre outros que tem auxiliado na elaboração de projetos e na formação de pessoal (Gestor 4).

A *Semeador* tem se articulado e buscado estabelecer parcerias com o interesse de manter e ampliar as ações desenvolvidas dentro dos projetos. De acordo com o PPP da instituição, as parcerias mesmo que estabelecidas por meio de ações mais pontuais, se configuram como importantes instrumentos de potencialização das ações, por isso são relevantes ao fortalecimento da atuação da ONG. Atualmente as parcerias³¹ se desenvolvem de forma operacional, que diz respeito à utilização de espaços de outras instituições, de forma estratégica que contribuem para a socialização de informações e orientações normativas e jurídicas necessárias para que a instituição se fortaleça na tessitura social. Além dessas questões, as parcerias também são firmadas com empresas e órgãos internacionais com o interesse no financiamento de projetos, que ao ver da instituição, têm contribuído para o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos, como também da própria sociedade.

Deste modo, em ambas as instituições, essas conexões têm sido buscadas como uma forma de garantir os serviços ofertados nesses espaços. Entretanto, a firmação de parcerias não acontece de forma ingênua, como se pode pensar. As ONGs têm tido cada vez mais clareza a respeito dessas relações. A experiência da *Semeador* contribui para essa reflexão.

Há parcerias que exigem muito da instituição e não dão nada. Existem muitas parcerias inviáveis, querem sobrecarregar a instituição. Principalmente a nível municipal, quando se trata de do estabelecimento de parcerias, fica complicado, porque os órgãos municipais só pensam que a responsabilidade é totalmente da instituição. (Gestor 3).

³¹ As parcerias firmadas numa perspectiva operacional são estabelecidas com Escolas do Município, e as Instituições Religiosas. Aquelas firmadas numa perspectiva estratégica dizem respeito à relação com Unidades Básicas de Saúde Ministério Público Estadual, Programas Sociais, Prefeitura Municipal, Comércio local, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Rádio Comunitária, atores sociais e comunidade. Informação extraída do Projeto Política Pedagógico da *Instituição 2*.

Atualmente as agências não governamentais têm buscado parcerias, principalmente devido à necessidade de manter e fortalecer suas atuações. Contudo, a experiência que elas têm tido com relação ao assunto, tem contribuído para que elas se posicionem diante dos financiadores, ou seja, tem corroborado para que deixem de ocupar uma posição de submissão aos parceiros que financiam ações e/ou projetos.

Destarte, diante dessa necessidade de financiamento, que nos depoimentos de todos os entrevistados é apontada como uma das principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento do trabalho, essas organizações tem buscado um posicionamento da seguinte forma: firmando parcerias, desde que não desvalorizem a trajetória e as experiências da organização, estabelecendo assim uma relação mais bem equilibrada ou, ainda, evitando essa relação, o que muitas vezes impede a ampliação das práticas.

Ao firmar parcerias, as ONGs não podem perder a sua identidade e concepção sobre o papel social que desempenham. Quando abordamos essa questão da parceria com o setor estatal ou empresas nacionais e internacionais, entendemos que essa aproximação se apresenta como uma possibilidade para cumprir com o objetivo de fortalecer as ações desenvolvidas no âmbito da sociedade civil. No entanto, enfatizamos que as organizações civis não podem se colocar como um braço do Estado, o que seria perder todo o sentido do seu trabalho. Tampouco, podem se submeter aos ditames de financiadores privados, que não raras vezes desejam que as ONGs se comportem como uma extensão das empresas, exigindo que nelas sejam desenvolvidas as mesmas relações do mundo mercadológico.

O desafio que se apresenta ao trabalho realizado por essas instituições é justamente superar essas questões a fim de fortalecer a identidade e concepções que norteiam as práticas desenvolvidas. Nesse sentido, diante das demandas sinalizadas pela sociedade, essas têm de respaldar as suas ações de acordo com a concepção de contribuir para a transformação de uma dada realidade, por meio de ações que se caracterizam pela luta a favor da cidadania.

O nosso grande desafio é contribuir na formação de cidadãos. É atuar através da educação com o objetivo de fazer com que crianças e adolescentes se desenvolvam de forma integral. É colaborar na formação de possibilidades para o futuro. (Gestor 2).

As ONGs pesquisadas trabalham segundo uma perspectiva de contribuir para transformar a realidade social, no que se refere a fazer com que sujeitos socialmente excluídos, sejam inseridos por meio de um processo formativo no cenário social. Contribuindo para que os seus direitos sociais sejam reconhecidos, a fim de que eles sejam

exigidos junto ao poder público. Fazendo com os sujeitos se tornem alvo de políticas públicas, assim como, sujeitos questionadores e propositores de políticas sociais, a fim de que sejam atendidas as demandas de determinado contexto social. Desse modo, elas apontam como principal perspectiva das suas práticas o alargamento de sua atuação, por meio da ampliação das ações interventivas no cenário social do estado de Alagoas. Tal perspectiva de abrangência do trabalho pode ser confirmada a partir da consideração realizada pelo *Gestor 4* da *Semeador*:

A perspectiva do trabalho do Instituto é a ampliação das ações e o aperfeiçoamento das mesmas. Qualificá-las para, então, atender mais pessoas. Compartilhar com outras instituições experiências da área da tecnologia e educação. (Gestor 4).

Diante dessas discussões o desafio posto às ONGs, de uma forma geral, é lutar pela visibilidade de suas ações, nos diferentes campos onde atuam, e, sobretudo, pelo fortalecimento de suas intervenções junto à sociedade e ao Estado. Nesse sentido, de um modo mais específico, a luta da *Paz e Amor* e da *Semeador* está relacionada à efetivação de ações educativas contínuas que contribuam para o desenvolvimento social dos sujeitos envolvidos.

Em linhas gerais, o desafio das instituições pode ser compreendido de acordo com três perspectivas. A primeira delas sugere que as ONGs à medida que desenvolvam suas ações consolidem cada vez mais suas identidades, ou seja, que elas sejam capazes de dialogar com determinados grupos, no caso os parceiros da esfera pública e empresarial, preservando as concepções acerca do papel desempenhado, neste caso, o educativo.

Em uma segunda perspectiva é preciso que a *Paz e Amor* caminhe cada vez mais a partir de uma concepção transformadora da sociedade, na qual a instituição fará uso da sua liberdade política para questionar e propor alternativas concretas ao sistema dominante priorizando, assim, a igualdade social. Ainda sobre essa questão da concepção, se apresenta como necessário ao trabalho interventivo da *Semeador*, que o mesmo continue sendo desenvolvido de acordo com uma perspectiva transformadora da realidade. Tal concepção pode ser percebida nas ações que atualmente vem sendo realizadas pela instituição. Entretanto é necessário dar continuidade a esse processo formativo e político, a fim de que se consolidem os objetivos do trabalho e as propostas de atuação.

Outra perspectiva desafiadora quanto ao trabalho das ONGs está relacionado ao engajamento na luta por políticas públicas diferenciadas. Nesse sentido, desenvolver um trabalho educativo não é suficiente para alcançar o objetivo proposto, que é provocar mudanças sociais. É preciso que elas consolidem suas atuações a fim de consubstanciar forças

para dialogar com o poder público, não somente no que se refere ao desenvolvimento de projetos em parceria, mas no engajamento político desses atores sociais a fim de que se cobrem intervenções estatais que garantam os direitos da sociedade. No intuito de ampliar o conhecimento em torno da realidade do trabalho social realizado pelas ONGs, o estudo se propõe a analisar, nesse momento, a aproximação dessas organizações com o poder público, de modo a compreender de que forma essa relação vem intervindo na realidade educativa alagoana.

4.4 A relação entre Estado e Organizações Não Governamentais no campo educativo alagoano

A necessidade de financiamento, para a efetivação de ações pretendidas, tem sido apontada como a razão que tem motivado o estabelecimento de parcerias. A partir do levantamento das demandas sociais e da organização de ações, entendemos que as ONGs investigadas têm como estratégia para desenvolver seus trabalhos, firmar vínculos de parceria com instituições do mesmo setor ou de outro.

Analisando a atuação das mesmas, notamos que há nesses espaços o reconhecimento a respeito da importância de estabelecer uma relação de parceria, para, assim, desenvolver um trabalho efetivo. Quando questionadas sobre os fatores que influenciam a realização de ações e/ou projetos, as organizações relacionaram a possibilidade de efetivação da proposta à necessidade de dialogar com outras instituições.

Portanto, a busca por fontes de financiamento tem se apresentado como necessária para que estas organizações garantam as suas atuações. Entretanto, esse diálogo vem contribuindo não somente com relação ao provimento de recursos, como também para o fortalecimento do papel social dessas instituições. Uma organização que consegue se articular, consolida socialmente a sua participação à medida que tem reconhecido o seu papel por outras instituições da sociedade. Deste modo, o estabelecimento de uma parceria significa que o trabalho interventivo da ONG tem conquistado o prestígio e a confiabilidade social.

Promover um trabalho que contribua para que as ONGs conquistem a confiança da comunidade, para a qual se voltam às ações, e daqueles que se apresentam como possíveis parceiros, tornou-se imprescindível à atuação dessas instituições. De acordo com a concepção dos gestores da *Semeador*, a atuação das organizações sociais se fortalece, à medida que estas conquistam a confiança da sociedade. Nesse sentido, a seriedade no trabalho que elas desenvolvem garante certa credibilidade. Somada a essa questão, os gestores, da referida

instituição, afirmam que o processo de fortalecimento é influenciado pelo fato de que elas têm corroborado para a formação política dos sujeitos, abandonando as características puramente caritativas e assistencialistas.

O embasamento político da atuação não governamental, voltada para uma formação de cidadãos interessados em intervir na sua realidade, com vistas à sua transformação, tem possibilitado o reconhecimento da sociedade, que tem apoiado e se envolvido, de forma cada vez mais intensa, com as ações dessas agências não estatais. Conforme as considerações das instituições pesquisadas, essa credibilidade tem sinalizado para uma aproximação por parte de empresas em relação a essa esfera não governamental. Interesse esse que, conforme as discussões tecidas anteriormente, está permeado da intenção do segundo setor em atender interesses específicos referentes mais à ordem mercadológica do que a ordem social.

Entretanto, as ONGs consideram que esse reconhecimento social, ainda não tem sido suficiente para fazer com que estas ampliem a relação com o poder público. A respeito dessa aproximação, apresentamos o quadro a seguir no intuito de dialogar sobre essa realidade, tendo como aporte os aspectos perceptíveis nos depoimentos dos entrevistados.

Quadro 12 : Definição da relação: Estado e ONGs – Gestores

Entrevistados	Definição de como se estabelece a relação: Estado e ONGs	O que se percebe sobre essa relação
Gestor 1	<i>A relação entre ONGs e poder público é precária, quase inexistente. Sobretudo nas esferas estaduais e municipais falta visão ao poder público para as demandas sociais. Eu acho que não existe seriedade, aliás, as ONGs existem por conta disso. As ONGs tem garantido o seu espaço perante a sociedade por conta da falta de interesse do Estado em efetivar políticas de promoção social. Porque se houvesse seriedade, se houvesse um investimento grande em ações sociais, talvez as ONGs não tivessem seu trabalho amplamente reconhecido na sociedade.</i>	Inexistente Desinteresse Descomprometimento
Gestor 2	<i>Quanto ao Estado muitas vezes parece que não interessa o trabalho que desenvolvemos. Se fossemos trabalhar esperando reconhecimento por parte dos governantes, certamente ficaríamos extremamente frustrados.</i>	Desinteresse Frustração
Gestor 3	<i>A relação: Estado e ONGs, a nível local deveria ser muito melhor. Já a nível estadual conseguimos avançar muito mais, conseguimos o apoio financeiro. Na questão federal tentamos avançar, há muito pouco, e precisamos buscar parcerias nesse âmbito.</i>	Apoio financeiro Desinteresse
Gestor 4	<i>A relação ainda é deficiente, existe mais o apoio moral. Mas efetivamente ainda não acontece essa relação. O poder público local muitas vezes inviabiliza as ações por conta da limitação na atuação do Estado junto à instituição. A nosso ver não seria tão bom desenvolver tudo sozinho.</i>	Deficiente Limitação Inviabilidade

A partir dos depoimentos registrados, elencamos algumas considerações em torno da relação na concepção dos gestores das instituições pesquisadas. De acordo com o *Gestor 4*, ainda não tem sido estabelecida de forma satisfatória essa relação: ONGs e Estado. O depoimento do coordenador permite uma reflexão a respeito do desenvolvimento do trabalho das ONGs, que não raras vezes é realizado isolado da esfera estatal, tendo em vista que o poder público, além de não participar, demonstra não ter um real interesse de (re)conhecê-lo, assim muitas ações acabam sendo inviabilizadas por essa deficiência no diálogo entre os atores sociais.

O depoimento do *Gestor 1* sinaliza para uma inexistência dessa aproximação do poder público, posto que a ação estatal descompromissada na efetivação de políticas públicas sociais tem sido apontada como causa que corrobora para a falta de interesse do Estado em firmar parceira com o setor não governamental. Há por parte da *Paz e Amor* uma abertura para o desenvolvimento de um trabalho mais próximo do poder público, contudo ainda que identifiquemos a presença de projetos desenvolvidos em parceria com os órgãos do Estado, a relação ainda é estabelecida de forma limitada, restringindo-se a execução de projetos. Em um contexto público municipal e estadual, as parcerias têm se tornado cada vez mais inviáveis, devido, justamente, a essa falta de interesse.

Na realidade, a opinião do entrevistado é quase um ‘desabafo’, isto é, uma espécie de crítica pelo não reconhecimento e valorização do trabalho desenvolvido por parte do poder público. O depoimento retrata a indiferença na postura dos agentes burocráticos estatais com relação à ação não governamental. Tal posicionamento foi, também, anunciado no depoimento do *Gestor 4*, quando este declarou: “o poder público reconhece que existe a instituição, mas talvez não tenha interesse em firmar parcerias” (*Gestor 4*). Portanto, o desinteresse por se aproximar efetivamente das ações da instituição acaba se revelando como uma desvalorização do trabalho interventivo realizado. Ter o reconhecimento da existência não é suficiente para ampliar as ações e fortalecer a atuação, é necessário o estabelecimento de uma relação mais próxima, na qual os sujeitos atuam a fim de contribuir socialmente.

No contexto das relações estabelecidas na *Semeador*, identificamos projetos e ações desenvolvidas com o envolvimento do poder público. Na realidade, em meio ao processo de construção e fortalecimento da sua atuação a ONG tem se posicionado favoravelmente a essa aproximação. Entretanto, conforme as informações expressas nos documentos da instituição essa parceria tem acontecido na maioria das vezes em um âmbito federal. O *Gestor 4* entrevistado aponta para a limitação e deficiência no diálogo do poder público municipal com os atores não governamentais. Deste modo, ainda que ONG demonstre interesse de estreitar a

relação no âmbito local não há a uma abertura por parte do poder público. A respeito dessa questão, ainda acrescenta que desconhece o motivo da ‘estranheza’ estatal quando se trata de firmar uma parceria com a organização.

A nível local não há reconhecimento do poder público. A meu ver não há uma justificativa clara, tendo em vista que a ONG possui uma história de lutas e conquistas. A ONG é vista como inimiga na captação de recursos. Somos vistos como concorrentes. (Gestor 3).

O depoimento acima é factível de reflexão, visto que se trata do discurso de um sujeito que tem participado diretamente nas lutas em que a ONG tem se envolvido no decorrer de sua trajetória histórica. Portanto, o seu engajamento tem possibilitado um olhar sobre a realidade dos sujeitos em questão que, ao ver desta pesquisa, precisa ser analisada no intuito de que se torne mais bem esclarecida. O depoimento aponta, inclusive, para a existência de uma espécie de concorrência no que se refere à captação de recursos, sendo esta apresentada como o fio que tem conduzido tais enfrentamentos. Nesse sentido, o afastamento do poder público municipal que, de certa forma, fragiliza a atuação dessas organizações, à medida que elas não são reconhecidas socialmente por esses órgãos, tem sido justificado pela concorrência quanto ao financiamento de ações e projetos.

Outra possível resposta que explica a ausência de reconhecimento no âmbito público do município, no caso específico da *Semeador*, está relacionado à questão do poder. Nesse sentido, o apoio às ações interventivas da ONG, se configuraria como uma ameaça à esfera pública, que correria o risco de ter o seu poder deslegitimado em face da ampliação e fortalecimento da atuação dessa sociedade civil. Segundo a lógica dessa concepção, para manter um Estado forte, é preciso existir uma sociedade fraca.

Com vistas a esse enfraquecimento, é possível que o poder público municipal esteja decidido a ignorar a contribuição do papel da organização e a não reconhecê-lo. Acontece que, essa ausência de reconhecimento, além de inviabilizar o estabelecimento de relações, tem limitado e, certas vezes, até impedido o desenvolvimento social, para além das comunidades, em um contexto municipal e estadual.

A falta de visão social dos nossos dirigentes, dos nossos gestores públicos, na minha concepção, dificulta a realização das nossas ações. Um olhar mais sensível para o trabalho que nós e que muitas outras ONGs tem desenvolvido proporcionaria uma relação mais vantajosa para a própria sociedade. (Gestor 1).

Compreendemos, a partir do depoimento do gestor da *Paz e Amor*, que essa questão de ser considerada como concorrente não se restringe a realidade da *Semeador*. De uma forma geral, ainda há um entendimento distorcido com relação a quem são essas ONGs,

compreendidas muitas vezes como um braço estatal, que tem como papel: contribuir para o enxugamento do papel e atribuições do Estado.

Além disso, outras distorções relacionadas à identidade e aos objetivos dessas instituições têm de ser superadas. Na concepção de muitos, as ONGs são compreendidas como organizações que atendem aos interesses privados, que visam contribuir com a política econômica neoliberal, por meio da privatização dos serviços públicos.

Não pretendemos aqui negar a influência do Mercado sobre o setor, ou ainda a estratégia do poder público de participação democrática com o interesse na redefinição do papel do Estado. O que esperamos esclarecer é o fato de que elas não podem ser compreendidas somente a partir de alguns aspectos. Analisar as ONGs exige um olhar para a totalidade dessas organizações, que especifique suas características e o seu perfil de atuação a partir do traçado histórico de sua compreensão conceitual, observando, ainda, as suas relações. Portanto, um dos principais aspectos que precisam ser considerados por aqueles que se dispõem a realizar tal tarefa, é o fato de que essas organizações jamais tiveram por pretensão substituir a função do Estado, desempenhando o papel e/ou realizando as atribuições deste.

Nesse sentido, quando essas organizações buscam uma parceria com poder público, o fazem não com o interesse de substituí-lo, diminuir a abrangência da atuação estatal, ou mesmo desvalorizá-la. Ademais, a demanda dessas relações, não parte somente da necessidade que essas organizações têm de financiar seus trabalhos. Desta forma, a aproximação do Estado não pode ser considerada somente como uma possibilidade para que a ONGs obtenham subsídios financeiros. Sem dúvida elas precisam garantir fontes de recursos para concretizar seus objetivos, entretanto, a parceria com o poder público garante mais do que um financiamento. O reconhecimento do compromisso social dessas organizações, por parte do Estado, viabiliza e fortalece a atuação das mesmas diante das problemáticas sociais.

No que se refere ainda à relação do Estado e ONGs, o âmbito educativo tem se configurado como um espaço de fortalecimento dessa relação. Dois aspectos, que envolvem as práticas desenvolvidas no campo da educação, têm contribuído para a construção de um diálogo que tem aproximado o poder público e a sociedade civil.

O primeiro aspecto está relacionado ao fato de que o Estado tem buscado apoiar as intervenções não governamentais no campo da educação, porque compreende que as demandas do campo não podem ser atendidas somente por meio de práticas formais desenvolvidas na esfera estatal. As questões educativas apontam para a necessidade de novas práticas que desenvolvam outras dimensões, que possam ser realizadas em novos espaços, como, por exemplo, nas ONGs.

O segundo aspecto se estabelece a partir do fato de que para as instituições sociais as práticas formativas desenvolvidas no âmbito da educação contribuem para o reconhecimento social de sua atuação. Destarte, observamos um desejo dessa sociedade civil organizada de contribuir para o desenvolvimento dos serviços educacionais, que competem ao Estado, porque as intervenções nesse campo têm colocado as instituições em uma posição de destaque social, na qual as práticas educativas desenvolvidas nesses espaços contam com o apoio, a credibilidade e o envolvimento da sociedade.

Diante das considerações apresentadas a respeito dessa relação, enfatizamos que ela tem sido fortalecida no campo da Educação, tendo em vista que o campo, por conta de suas demandas e especificidades, tem aproximado esses atores sociais. Em razão das possibilidades que se apresentam a partir das práticas educativas desenvolvidas de acordo com as diversas dimensões sociais, cabe uma reflexão em torno da contribuição não governamental para essas novas possibilidades educativas, que se consolidam a partir das propostas e práticas não formais.

4.5 A contribuição das Organizações Não Governamentais no desenvolvimento da educação não formal em Alagoas

Diante das considerações tecidas no decorrer deste capítulo, a partir de investigações e análises realizadas no contexto das ONGs, inferimos que as ações desenvolvidas no âmbito da sociedade civil têm conquistado certo reconhecimento social, fato este que tem corroborado para o fortalecimento de suas instituições.

Com relação à sociedade, penso que há sim um reconhecimento. O voluntariado da comunidade, em torno de 12 pessoas, os jovens que participam dos grupos de formação, também indicam que há esse reconhecimento. Além disso, o Instituto é sempre solicitado para intervir nas questões sociais do município. Os pais, a comunidade local, professores, diretores de escolas, autoridades jurídicas, conselheiros, a sociedade de forma geral acredita que o instituto é um espaço de transformação. (Gestor 3).

A sociedade tem apoiado as ações desenvolvidas, e principalmente a proposta de formação dessas organizações sociais. Como indicativos desse reconhecimento, apontamos a procura da comunidade local para participar das atividades. Além disso, mencionamos também a questão do voluntariado, sendo este um indício que a sociedade apóia e aspira contribuir para que a atuação não governamental se fortaleça. Desta forma, em linhas gerais,

as ONGs acreditam que estão sendo reconhecidas pela sua característica de contribuir para o desenvolvimento, e por conta da sua proposta de promover a transformação social.

Neste sentido, um dos aspectos, que tem corroborado para esse reconhecimento social, é o fato de que as ações são voltadas para atender demandas urgentes de campos específicos. Destarte, o campo educativo, tem se configurado como um campo privilegiado para a atuação não governamental. Tendo em vista que a educação tem ocupado um lugar central nas discussões sobre o desenvolvimento brasileiro, as questões educativas estão sendo cada vez mais analisadas. Diante dessa realidade, observamos que as atuais políticas públicas para o campo não estão cumprindo, em sua totalidade, os objetivos pretendidos pelo processo educacional.

A sociedade tem percebido as demandas na formação dos brasileiros, assim como tem atentado para a precariedade dos serviços educacionais prestados no âmbito público. Nesta perspectiva, tem aumentado o descrédito na atuação governamental, que tem sido entendida como ineficiente e ineficaz para atender as questões sociais. Desta forma, as ações desenvolvidas pelas ONGs têm conquistado relevância social porque a atuação dessas instituições é compreendida como um trabalho interventivo, realizado por sujeitos comprometidos em buscar alternativas que atendam efetivamente as problemáticas sociais.

A atuação não governamental no campo educativo tem sido impulsionada justamente por conta desse reconhecimento do trabalho realizado. As instituições do TS estão cada vez mais interessadas pelo campo, devido às possibilidades de atuação que se apresentam. Inclusive, porque há realmente a necessidade de ações voltadas às questões educacionais. Porém o que tem de fato contribuído para esse envolvimento com tais questões, é a necessidade de ter uma atuação fortalecida a partir da relevância social conquistada. Portanto, as ONGs ao passo que, de fato, demonstram uma preocupação com as questões educativas, desenvolvem ações voltadas ao campo que consolidam as suas atuações.

As organizações sociais têm alcançado o reconhecimento de suas ações, bem como o esclarecimento do seu papel social, à medida que se difunde o conhecimento a respeito de suas práticas interventivas, de suas propostas de participação democrática, e da finalidade de sua atuação que é realizar um trabalho voltado à transformação social. Atualmente essas organizações da sociedade civil são compreendidas como espaços, nos quais se desenvolvem processos educativos consolidados em uma proposta de contribuir para o desenvolvimento educacional.

À medida que elas se fortalecem, enquanto interventoras nas questões da educação, o próprio campo educativo não formal se consolida. Neste sentido a intervenção dessas

instituições por meio dos processos não formais contribui para que a sociedade tome conhecimento a respeito das possibilidades educativas que se configuram nesse campo. É esse esclarecimento que possibilita que a sociedade se interesse cada vez mais por desenvolver esses processos de acordo com as demandas sociais.

Na atualidade, os processos educativos desenvolvidos a partir da educação não formal têm sido cada vez mais reconhecidos, inclusive pelas instituições formais de ensino. Tem se tornado crescente o interesse de escolas e universidades se aproximarem dessa educação não formal, no intuito de agregar novas possibilidades ao conhecimento. E não à toa profissionais da educação tem defendido a importância de uma formação que contemple as práticas educativas desenvolvidas para além dos muros escolares (FIREMAN, 2006). A educação não formal, desenvolvida nos espaço não governamental, tem conquistado relevância social à medida que o seu processo formativo é contemplado em projetos e ações sociais. Diante dessa realidade a sociedade tem compreendido que o desenvolvimento educacional é privilegiado por essa interação: formal e não formal.

Deste modo, a atuação das ONGs tem sido imprescindível para consolidar essa aproximação. As ações dessas organizações estão interessadas em possibilitar esse diálogo entre os campos. Diálogo este, que não tem como pretensão adentrar ao ambiente escolar, no intuito de complementar as ações educativas formais. Tenciona-se adentrar o espaço escolar sim, mas com o interesse de agregar a essas práticas formais, as experiências não formais. Trata-se do estabelecimento de um diálogo entre as vivências formais e não formais, com o objetivo de promover o desenvolvimento, em suas diversas dimensões, a partir de novas possibilidades.

As organizações sociais têm se configurado como um espaço privilegiado para a promoção e desenvolvimento da educação não formal porque as práticas educativas desenvolvidas são planejadas de acordo com uma intenção e realizadas de forma organizada, como sugere o campo educativo não formal. Portanto, as ONGs se configuram não somente como lugar no qual se desenvolve a educação não formal, mas, também, como ambiente que possibilita a reflexão e organização da prática educativa a fim de contribuir para a consolidação da proposta não formal.

Por se caracterizarem como um ambiente diferenciado dos espaços formais, no qual uma formação ampliada dos sujeitos é proporcionada por uma proposta educativa, o campo não formal e as ONGs têm interagido cada vez mais. Essa relação tem sido motivada, justamente, por essa perspectiva de contribuir para uma formação ampliada, que contemple a realidade humana, social, cultural, afetiva, cognitiva a partir de um princípio de valorização.

As ONGs, pelas suas próprias características e propostas de atuação não formal no âmbito educativo, têm contribuído na formação dos sujeitos envolvidos. Isso quer dizer que, a característica de intervenção política e a proposta de participação social influenciam os processos educativos desenvolvidos nesses espaços, privilegiando a formação da criticidade³² dos sujeitos.

Tendo em vista que o trabalho das organizações sociais possui a influência desse pensamento da formação crítica, faz-se necessário pensar uma prática educativa para a decisão, para a responsabilidade social e política. Nesse sentido, tem se apresentado também como necessário a elaboração de uma proposta de educação, voltada não à transmissão e sistematização de conteúdos, mas que pense a respeito das necessidades sociais e humanas. Assim, as práticas não formais desenvolvidas nas ONGs são determinadas pelo “compromisso com questões que são importantes para determinados grupos; esse compromisso torna-se mais importante do que qualquer outro conteúdo preestabelecido por pessoas ou instituições” (SIMSON, 2001, p. 10).

Compreender esse processo formativo exige, portanto, olhar para os sujeitos que integram esse espaço. Deste modo, lançamos olhar sobre as práticas desenvolvidas pelos educadores nas ONGs, bem como escutamos esses sujeitos, a fim de compreender e analisar as perspectivas que envolvem tal processo.

As pessoas que trabalham em ONGs talvez não compreendam, em sua totalidade, a dimensão de sua prática, mas com certeza possuem certo entendimento quanto a sua intenção. Por esse motivo, traçar o perfil, bem como, as mudanças, novas propostas e desafios que norteiam o trabalho de uma instituição social requer também um olhar aprofundado sobre os sujeitos que a integra. É, justamente, isso que este estudo propõe: sair da superficialidade ao discutir a contribuição dessas agências não governamentais para o desenvolvimento do campo educativo não formal. É imprescindível o movimento de ida até essas organizações, de percepção das relações que orientam essas práticas e de escuta daqueles que estão envolvidos e trabalham nesse setor.

Neste estudo, portanto, nos debruçamos sobre as ONGs, a fim de que pudéssemos compreender a abrangência do trabalho desenvolvido pelos sujeitos que as integram, visto que, reconhecemos o valor da história contada pelos protagonistas. Sujeitos que estiveram à frente do processo de afirmação das ONGs e/ou que atualmente estão envolvidos na prestação

³² Diz respeito a enxergar as práticas educativas de acordo com a formação política. Trata-se de desenvolver práticas educativas que possibilitem a construção crítica dos sujeitos, incentivando o posicionamento político destes. Neste sentido a educação é compreendida conforme Freire (1969), como sendo um instrumento de libertação do homem.

de serviço público não governamental no âmbito da educação. No intuito de conhecer essas organizações sociais para além do que os documentos, artigos acadêmicos e demais produções em torno da temática retratam, nos direcionamos a esses espaços, seguindo o propósito de vivenciar experiências, que colaborassem para a compreensão de questões inerentes ao debate e reflexão sobre o papel das ONGs no processo educacional alagoano.

Como escopo de elucidação da contribuição dos processos educativos não formais, para a formação desses sujeitos protagonistas, analisamos as duas realidades das instituições pesquisadas. Em ambas as organizações, percebemos a existência de conflitos que envolvem a prática educativa. A fim de compreender a abrangência do processo educativo não formal, assumimos a tarefa específica de esclarecer esses conflitos que se desdobram em meio às práticas. Entendemos, assim, que aspectos relevantes podem ser compreendidos a partir do estudo de questões específicas, neste caso, serão tomadas as situações conflituosas, com as quais as ONGs têm de lidar no desenvolvimento do seu trabalho.

No que se refere ao processo educativo desenvolvido na *Paz e Amor*, existe um conflito específico, relacionado à formação dos educadores. A ONG, para o desenvolvimento das práticas educativas, dispõe do envolvimento de um número considerável de profissionais que estão se graduando, e que tomaram contato com a instituição a partir de um projeto de extensão universitária. Isso quer dizer que eles não se aproximaram da instituição por uma identificação específica com o trabalho desenvolvido pela ONG, mas sim pela possibilidade de agregar uma experiência à sua trajetória acadêmica. Além dessa questão do desconhecimento do trabalho desenvolvido, e/ou da proposta de atuação da organização, a formação desses educadores, também traz alguns conflitos para o processo educativo não formal, visto que estes graduandos não tiveram uma formação voltada para a especificidade do campo e, na sua maioria, possuem experiências somente na docência voltada à escola formal.

Portanto, a prática educativa desenvolvida no espaço da instituição tem de superar essas questões que podem ser geradoras de conflitos. Os graduandos, que são direcionados à instituição, sem antes ter tido experiência ou conhecimento sobre o trabalho educativo não formal realizado, precisam de uma formação voltada às especificidades do campo. Além disso, a fim de que se supere esse desafio, as práticas conduzidas por esses educadores precisam ser acompanhadas por outros profissionais, com certa vivência no campo e que já possuam experiência no trabalho da instituição, a fim de que não se corra o risco de reproduzir no ambiente não formal da ONG, as mesmas práticas desenvolvidas nas salas de aulas e nos limites dos muros escolares.

Essa realidade, encontrada na *Paz e Amor*, serve de apoio para que consigamos esclarecer a vivência da segunda instituição pesquisada, que apresenta também práticas permeadas de conflitos que podem acabar interferindo no desenvolvimento do processo educativo. A *Semeador* estabelece o seu trabalho a partir do envolvimento de profissionais que já possuem uma trajetória dentro da instituição. Isso quer dizer que muitos dos atuais educadores, já foram educandos, já participaram de algum projeto, grupo de formação. Enfim, já haviam estabelecido algum contato direto e/ou indireto com a ONG, sendo este um dos principais motivadores para a aproximação e participação no trabalho da instituição.

A vivência no campo não formal traz uma relevante contribuição para o processo educativo desenvolvido na *Semeador*. Entretanto, alguns conflitos podem surgir em meio a esse processo, um deles se refere, inclusive, à questão da formação desses profissionais. Tendo em vista que o trabalho é conduzido por jovens que fizeram e fazem parte de um projeto que visa à transformação da realidade local, é possível que surjam conflitos referentes à necessidade de formação desses sujeitos.

Na realidade das práticas educativas da ONG, observamos a presença de educadores que foram selecionados a partir de uma aptidão para determinada atividade, ou por uma demanda no trabalho educativo da instituição. Essa prática, que se desenvolve a partir de uma aptidão ou, ainda, de uma necessidade, pode colocar em risco a própria proposta interventiva da organização, vez que a ausência de uma formação específica pode denotar no desenvolvimento de uma prática um tanto limitada. Essa restrição pode estar relacionada tanto às atividades, quanto às possibilidades que emergem dessas atividades. Os educadores quando não possuem uma formação específica e necessária, possivelmente, acabam realizando práticas que não se desenvolvem de forma condizente com a proposta.

A aptidão, o saber fazer não é suficiente para desenvolver os fins educativos de determinada prática. Outras vezes os fins não são alcançados por conta da limitação quanto às oportunidades de reflexão e transformação. Ou seja, a falta de formação dos educadores, muitas vezes pode fazer com que esses sujeitos considerem a sua prática como parte de um projeto de caridade e/ou assistencialismo, e não de um projeto de transformação da realidade social, que se desenvolve em um espaço de luta e conquista social, por meio de um trabalho voltado à formação crítica.

Não pretendemos desvalorizar o saber acumulado que os sujeitos possuem, tampouco, desconsiderar as experiências culturais como possibilidades de formação no ambiente não formal. Pelo contrário, à medida que se apresenta a importância de contar com a participação de sujeitos com vivência no campo, pertencentes a uma realidade e conhecedores da proposta

não formal, apontamos também que, a fim de que se ampliem as possibilidades interventivas, é necessário atentar para a formação desses sujeitos.

A *Semeador* compreende essa demanda, e por esta causa tem investido na formação dos sujeitos envolvidos. De acordo com os gestores, a fim de que o trabalho seja aprimorado, a ONG tem investido na formação desses profissionais, como pode ser percebido, por exemplo, na formação dos educadores do núcleo de leitura, que participaram de cursos voltados à contação de histórias, a fim de que eles tivessem um embasamento para desenvolver o projeto de incentivo à leitura. A organização social, também, incentiva a profissionalização de seus educadores, à medida que discute e apresenta possibilidades de formação dos sujeitos. De acordo com os educadores, a ONG tem contribuído para o desenvolvimento profissional, por se configurar como um espaço em que eles estão constantemente aprendendo e sendo motivados a buscar o conhecimento.

Desta forma, ressaltamos que os processos educativos desenvolvidos não podem ser pensados somente a partir da perspectiva de formação dos educandos, é preciso, do mesmo modo, atentar para as questões que se voltam à formação dos educadores envolvidos. Os processos educativos não formais desenvolvidos tanto na *Paz e Amor*, quanto na *Semeador* têm contribuído de forma significativa em diversos aspectos que envolvem a formação desses sujeitos educadores.

Por meio dos questionários aplicados com esses educadores sociais, nos foi possível identificar que o trabalho no qual eles estão envolvidos, tem se configurado como diferente de todas as outras experiências profissionais, porque tem contribuído para o crescimento desses sujeitos para além de uma dimensão meramente profissional.

Bem, eu já havia tido experiências com educação em diversas escolas, e também já participei de diversos projetos na área específica de meio-ambiente. Entretanto, o trabalho aqui na ONG tem sido diferente de tudo que já vivenciei, é um outro contato com a realidade, é uma relação mais próxima. Tenho aprendido bastante na área profissional, e também pessoal (Educador 2).

O trabalho do instituto me fez ter um outro olhar do trabalho social, é uma outra especificidade. Tenho dezoito anos de experiência no Terceiro setor, mas o instituto é extremamente diferente. Primeiro porque é um protagonismo jovem, a metodologia que utilizam, as formas como se tratam, há um respeito, cuidado e valorização dos talentos. Tive diferentes experiências aqui, novo olhar sobre a educação complementar, mas, sobretudo, no trabalho com a juventude (Educador 19).

São essas novas experiências que tem possibilitado um desenvolvimento ampliado desses sujeitos. Desenvolvimento este que está associado a uma formação direcionada para

diversos aspectos da vida desses educadores. Dentre os quais os respondentes do questionário chamam a atenção para a contribuição que o trabalho desenvolvido na ONG tem possibilitado a construção desses sujeitos, enquanto profissionais.

Eu penso que o trabalho da instituição tem feito com que eu me desenvolva cada dia como profissional. Eu posso dizer que havia somente uma aspirante a educadora antes de eu conhecer o projeto, hoje há uma profissional de verdade. Eu tenho percebido que educação envolve antes de tudo, humanidade. Me tornei mais humana, com o desejo de contribuir no social (Educador 1).

Acredito que no pouco tempo que tenho aqui na instituição, tenho aprendido muito sobre a minha profissão de educadora. Porque ainda que o meu trabalho seja voltado para a prática esportiva, antes de tudo eu sou uma educadora. Então tem contribuído para o meu olhar e postura de educadora (Educador 3).

A ONG me orienta em muitas coisas. Por meio de diversas experiências a gente se transforma em profissionais polivalentes, completos (Educador 12).

Além dessa dimensão profissional, citada pelos educadores, os processos educativos desenvolvidos no contexto das organizações têm contribuído para o fortalecimento da formação acadêmica desses profissionais, tendo em vista que as experiências nas instituições formais não dão conta de apresentar em sua totalidade as possibilidades presentes no campo não formal. A respeito da contribuição na formação, os respondentes afirmam que o trabalho da instituição:

Influencia na minha vida acadêmica, porque aqui estou buscando aprender com a realidade social para intervir de acordo com as possibilidades da minha profissão. E também na minha vida pessoal, porque é impossível não aprender com as relações que se estabelecem aqui (Educador 4).

Tem sido importante para o meu crescimento profissional e pessoal. Aprendi a me relacionar, a tomar decisões ponderadas. E na minha vida profissional é importante porque a partir das oficinas de comunicação e formação política eu consigo certificados importantes para o meu currículo (Educador 15).

O trabalho me impulsiona a querer estudar mais ainda sobre o que faço e me faz visualizar uma prática que eu não tinha antes. O trabalho é totalmente diferente em uma ONG, a faixa etária, o desafio. Até a assimilação do que é feito exige um trabalho específico (Educador 20)

Permite um esclarecimento sobre a sociedade. Além de formações, conhecimentos, trocas de experiências com os participantes, eu recebi um incentivo para a minha formação (Educador 16).

Ademais, os educadores apontam também que a prática desenvolvida no contexto não governamental, ainda que não pretenda diretamente, tem contribuído na formação deles

enquanto sujeitos, de uma forma particular. Por meio das relações, das práticas, e das ações, eles têm acumulado vivências que corroboram para a construção pessoal dos mesmos.

O trabalho da instituição tem agregado à minha vida saberes muito específicos que tem contribuído para o meu desenvolvimento enquanto sujeito, enquanto educadora, e educanda. Porque aqui eu tenho aprendido muito, com as vivências, com as posturas, com os colegas, mas ainda mais com as crianças e adolescentes (Educador 5).

Antes eu não tinha cuidado no trato com as crianças. Mudou meu jeito de olhar e falar aqui na minha vida pessoal (Educador 11).

Na minha construção enquanto ser, o instituto tem influenciado nas minhas decisões. Me tornei uma pessoa protagonista (Educador 18).

O trabalho interventivo, no qual esses sujeitos participam como protagonistas, tem desenvolvido também os princípios de coletividade, cooperação, construção social, e desta forma, tem colaborado para a formação dos educadores como sujeitos de relações, capazes de pensar e agir coletivamente. De acordo com os respondentes, dentre os diversos conhecimentos possibilitados, essas questões que envolvem a percepção dos aspectos da vida comunitária tem influenciado suas construções. A respeito dessa questão, os educadores afirmam:

Aprendi muito aqui. Contribuí até para o meu desenvolvimento como designer. Tive mudanças de percepção na minha vida pessoal, com relação ao meu futuro e na vida comunitária, aprendi que sozinho não podemos nada. (Educador 13).

O instituto tem influenciado na minha forma de conduzir as minhas práticas. Tenho aprendido nesse espaço que posso realizar um trabalho formativo que seja realmente significativo para os sujeitos. Tenho aprendido com as experiências de cada dia a ser um educador que constrói junto com os educandos. (Educador 6)

O instituto foi um grande aliado na minha construção de mundo, concepção de viver. Abriu a minha mente para a minha formação, influenciou no meu curso. Me ajudou a enxergar o próximo (Educador 17).

Essa contribuição na forma de se perceber e de perceber o mundo tem corroborado para a formação de sujeitos que se enxergam como cidadãos, com direitos que precisam ser assegurados e efetivados por políticas públicas. Políticas estas, que podem ser cobradas a partir do engajamento dos sujeitos nas questões sociais. Portanto, o trabalho desenvolvido nos espaços não governamentais também favorece a formação desses educadores, enquanto cidadãos, que exercem a sua cidadania, e que, portanto, percebem a importância de sua participação ao se engajar nas questões de interesse social.

O trabalho desenvolvido na instituição tem ajudado a minha compreensão de mundo e de sociedade. Tenho aprendido muito mais do que tenho ensinado. Hoje, percebo que as questões sociais estão presentes em todo processo educativo. E daí a importância de tratar essas questões para desenvolver ainda mais a educação. (Educador 8)

A partir desse trabalho eu tive um esclarecimento sobre a sociedade. Encontrei um lugar na sociedade. Mudou a minha forma de enxergar o mundo, as pessoas. (Educador 10).

O trabalho no qual eu estou envolvida me permitiu desenvolver, crescer o meu olhar em torno da sociedade. Me permitiu esse conhecimento crítico sobre a sociedade. (Educador 14).

O conhecimento crítico em torno das questões sociais tem possibilitado que esses sujeitos mais do que se posicionem, se envolvam nas lutas pelos direitos sociais, que tomem a frente, que se desenvolvam enquanto educadores comprometidos em realizar uma prática para a transformação social. Neste sentido, os processos educativos desenvolvidos nesses espaços desempenham um papel importante junto a essa formação de sujeitos preocupados com a dimensão política, econômica e social, e comprometidos com a transformação de determinada realidade. A respeito disso, os educadores quando questionados, afirmam:

O trabalho faz com que eu me perceba como um transformador social da realidade (Educador 9).

Trabalhar na instituição faz com que eu me enxergue como um transformador social comprometido com a realidade educativa, econômica, política e social. (Educador 7).

Além dos aspectos grifados pelos educadores, a respeito da contribuição do trabalho educativo não formal, observamos que o trabalho realizado no espaço não governamental tem colaborado também para uma formação dos educandos, de acordo com uma concepção ampliada de educação, na qual os processos educativos contemplam diversas dimensões e especificidades. Portanto, a respeito dessa contribuição na formação dos educandos, os educadores percebem que as iniciativas das organizações têm ampliado essas possibilidades do conhecimento. A respeito disso uma educadora afirma:

Percebo uma melhora significativa no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Não somente na questão da leitura, que é a área onde atuo. Percebo que eles vão a partir das práticas e oficinas desenvolvendo um conhecimento, que nos faz aprender com eles. Eles aprendem a ver o mundo de uma forma diferente, e eu, particularmente, tenho buscado essa nova compreensão com a ajuda deles. O trabalho transforma a vida deles e nos transforma também, e com isso acho que a realidade vai se transformando. (Educador 8).

Na perspectiva de desenvolver um trabalho que corrobore para essa transformação da realidade, as práticas educativas são desenvolvidas com o objetivo de envolver voluntariamente esses sujeitos em processos educativos criativos e significativos ao ponto de despertar o interesse pelo envolvimento com fontes de conhecimento, que promovem o desenvolvimento dos educandos em outras dimensões, humanas e sociais, que não se detêm a ampliar e reforçar a dimensão dos conhecimentos formalizados na instituição escolar.

Como o instituto tem uma forma de trabalhar diferente da educação formal, as crianças sentem esse diferencial. Porque aqui trabalhamos com dinâmicas, sem obrigação. Aqui nós incentivamos o gosto pela leitura, por exemplo, não obrigamos a ler um livro. (Educador 17).

O aspecto de promover práticas prazerosas se configura como uma das características da educação não formal. Portanto, as ONGs pesquisadas têm contribuído para o fortalecimento dos processos educativos não formais, não apenas por meio do envolvimento dos sujeitos em atividades prazerosas, das quais participam de forma voluntária. Mas, também, porque a proposta dessas organizações sociais atende aos princípios da educação não formal, ao estabelecer o espaço da sociedade civil organizada como um ambiente “de vivência social, que reforce o contato com o coletivo e estabeleça laços de afetividade com esses sujeitos” (SIMSON, 2001, p.10).

A proposta educativa não formal e o papel das ONGs se concretizam a partir da consolidação desses espaços que promovem uma formação ampliada dos sujeitos, quer sejam estes: educadores, educandos ou membros da comunidade local. Portanto, contribuir para o desenvolvimento dos educandos, é compromisso do campo não formal que se volta à criação de possibilidades para que novas dimensões sejam alcançadas. O trabalho desenvolvido, pelas instituições investigadas, contribui para esse desenvolvimento ampliado dos educandos. A respeito da influência do trabalho da instituição para a vida desses sujeitos, um educador afirma:

Já fui um jovem atendido, então falo com propriedade. O sujeito que entra aqui amplia o seu horizonte, desperta para outros horizontes além do contexto local. (Educador 12).

Nesse contexto, à medida que o trabalho tem contribuído no desenvolvimento desses sujeitos participantes, tem sido reconhecido socialmente. Esse prestígio é refletido nas ações e projetos, que contam, cada vez mais, com o interesse, credibilidade e envolvimento da sociedade e de instituições específicas. Deste modo, o reconhecimento social tem confirmado que a atuação das ONGs, bem como os processos educativos desenvolvidos, reflete no engajamento dos sujeitos e na sociedade de forma geral.

O reconhecimento que essas organizações têm conquistado confirma que as ações desenvolvidas têm proporcionado resultados efetivos, que podem ser percebidos pelos educadores, pais, comunidade e pelos próprios educandos. Neste sentido, o interesse, o envolvimento, a frequência e participação, confirmam que à medida que é crescente o destaque social dessas organizações, é cada vez mais intenso o processo de consolidação de sua atuação.

A partir da intensificação das práticas educativas não formais, o espaço não governamental se fortalece, por meio dos processos formativos específicos do campo, e, assim, o objetivo de contribuir para o desenvolvimento educacional tem deixado de ser uma possibilidade e tem se tornado uma realidade da atuação dessas ONGs.

Destarte, essas organizações têm fortalecido o campo não formal, porque percebem que, este, se configura como uma possibilidade de concretizar objetivos e alcançar os interesses coletivos da sociedade civil organizada. Desta forma, o que observamos no atual contexto das ONGs é que fortalecendo a educação não formal, estar-se-á caminhando para a consolidação do papel social dessas instituições na tessitura social brasileira. Portanto, a proposta não formal é interessante para a realidade das ONGs investigadas, posto que elas visam, ainda, ampliar e fortalecer as suas ações no campo educativo alagoano, ao passo que anseiam concretizar uma atuação não governamental, construída a partir de um projeto de transformação social da realidade alagoana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do trabalho das ONGs no país e, especificamente, em Alagoas tem desencadeado no âmbito acadêmico, e em outras esferas da sociedade, o interesse pelo conhecimento com relação a quem são, o que fazem e quais as perspectivas que essas organizações possuem. Analisar os principais fatores pelos quais essas ONGs têm assegurado, cada vez mais, o seu domínio no campo da prestação pública dos serviços no âmbito da educação, foi um dos nossos objetivos no presente estudo.

A partir das considerações tecidas no decorrer deste trabalho, é possível elencarmos, neste momento, algumas considerações a respeito desse fortalecimento da sociedade civil organizada como, por exemplo, o fato de que tais ONGs têm crescido porque há um descrédito dos atores sociais, em relação à prestação do serviço público realizado única e, exclusivamente, pelo poder estatal. Podemos identificar, ainda, que a trajetória de desenvolvimento dessas instituições está correlacionada a um processo de redistribuição dos papéis do TS e do Estado, no qual essas organizações sociais têm assumido novas responsabilidades frente às demandas sociais.

Diante dessa redistribuição, a sociedade passou a ser responsabilizada, também, por questões referentes aos direitos sociais e humanos, o que deu margem para que o poder público, paulatinamente, desocupasse um papel central de garantidor dos direitos dos cidadãos. Sob um discurso de abertura democrática, o Estado foi enxugando o seu papel, transferindo as responsabilidades, contendo gastos e favorecendo as questões econômicas. Portanto, não há como desassociar a construção histórica desse TS, do processo de redefinição do papel estatal, que combinada a uma política neoliberal privilegiou os interesses da economia mundial. Ou seja, não há como entendermos o processo de expansão e fortalecimento das organizações da sociedade civil sem refletir a respeito da lógica do capital, que permeia as relações políticas, econômicas e sociais do nosso país.

Por conseguinte, é a partir da reflexão, acerca das relações que se estabelecem na tessitura social e do real papel desempenhado pelo TS, que as organizações da sociedade civil poderão evitar um processo conhecido como a despolitização de suas ações. As ONGs precisam caminhar para a politização, de outro modo elas permanecem em um plano de defesa dos interesses particulares e egoístas. Politizar esse TS, não significa um afastamento, oposição ou negação do primeiro setor. Muito pelo contrário, acreditamos que a sociedade civil deve interagir com o poder público, desde que essa relação se diferencie de um mero associativismo.

A relação entre TS e Estado precisa ser estabelecida de acordo como a necessidade de ampliar os espaços de participação, e de dar continuidade ao processo de abertura democrática social, de modo que, não se contribua para a consolidação de uma visão demonizada do poder público e/ou das instituições não governamentais. Assim, se apresenta como necessário aos envolvidos na relação, o esclarecimento quanto às possibilidades de atuação, na perspectiva de contribuir para que o Estado cumpra o seu papel secular de garantir e efetivar os direitos sociais, bem como as organizações do TS desempenhem a sua função social, atuando como agente democrática de desenvolvimento político e social.

A partir de outra consideração tecida, a respeito dessa relação, ressaltamos que essa aproximação precisa ser cuidadosamente pensada, posto que, mesmo minimamente, a instituição parceira exerce algum tipo de influência na estrutura e/ou na atuação das organizações desse setor. Essa é uma das razões pela qual, muitas instituições, que são realmente comprometidas com o seu papel social, tem tido cautela ao pensar parcerias com o poder público, empresas, ou mesmo organismos internacionais.

Em meio à necessidade de dar continuidade ao trabalho interventivo social, as ONGs têm buscado parcerias, fato este que tem repercutido na atuação dessas instituições, visto que elas têm acompanhado o processo de expansão do setor, como nenhuma outra organização que o integra. Nesse sentido, percebemos que as parcerias podem contribuir para fortalecimento da atuação do TS, à medida que este conquiste o reconhecimento do seu trabalho na tessitura social.

As ONGs acreditam na possibilidade estabelecer uma relação orgânica, caracterizada pela autonomia entre os parceiros. É certo que essas parcerias, possibilitaram a ampliação dos campos de atuação das ONGs, bem como uma diversificação nas suas formas de intervenção. Em Alagoas, a exemplo do que tem acontecido nacionalmente, essas organizações, tem cada vez mais, dialogado com os governos no intuito de cooperar com a implantação e implementação de políticas públicas, dentre as quais ganham destaque aquelas voltadas à educação, que por sinal se configura como um campo fértil para as intervenções desse TS.

No que se refere à educação, que é uma área na qual as instituições vêm atuando muito ativamente, ressaltamos que não é cabível uma postura acadêmica e/ou social de indiferença ao trabalho desenvolvido pela sociedade civil organizada. É preciso que tomemos conhecimento, a fim de acompanhar e firmar alianças com essas organizações, na perspectiva de contribuir para que se efetive uma formação integral de sujeitos críticos e capazes de intervir em sua realidade.

No contexto alagoano, observamos que as ONGs têm vivenciado no decorrer de sua trajetória histórica um processo de transformação, no que se refere ao seu papel, sendo este não mais àquele de desenvolver silenciosamente trabalhos caritativos e assistencialistas. Tais mudanças ocorridas são comuns em outros estados do Brasil, tendo em vista que, cada vez mais essas organizações sociais se fortalecem na perspectiva nacional de suas ações (ABONG, 2010).

Esse fortalecimento é antes de tudo, resultado de um trabalho realizado com seriedade e compromisso social. As ONGs mudaram, mas no sentido de ampliar suas ações e não no de perder o caráter das suas lutas democráticas. Os princípios que regem o trabalho, por elas, desenvolvido permanecem sendo o da solidariedade, autonomia e cooperação. Nesse sentido, seria um equívoco desconsiderar a atuação das ONGs, que se configura hoje como intervenções efetivas na implantação e implementação de políticas públicas e na realização de ações específicas que acordam com uma demanda social.

Outra questão que se apresenta, é o fato de que, para a maioria da população, os serviços educacionais ofertados pelas ONGs são de boa qualidade porque contam com profissionais dedicados e interessados em melhorar a condição de vida da população. De fato, percebemos que essas organizações que atuam no âmbito da educação contam com o envolvimento cada vez mais intenso de profissionais qualificados, que tem se dedicado a desenvolver um trabalho que não apenas preencha lacunas, mas contribua para a transformação social, por meio de uma formação crítica e participativa. Deste modo, o senso comum as apóia porque vêem eficiência, eficácia e efetividade nas ações, ou seja: tudo o que falta ao braço forte do Estado que acaba se tornando fraco.

Devido à visibilidade do trabalho realizado pelas ONGs, a atuação das mesmas é considerada, do ponto de vista da opinião da população atendida, mais concreta e efetiva, eficaz mesmo, em relação à dos servidores públicos. Em verdade, cria-se uma situação paradoxal, a saber: o Estado mantém as ONGs com verbas para serem utilizadas em serviços públicos prestados à população, porém o povo beneficiário não reconhece o poder estatal dentro das ONGs. Por sua vez, essa situação pode se configurar pelo fato de que o Estado não tem demonstrado interesse de participar de forma orgânica nessa relação, limitando-se ao papel de financiador. Logo, a sociedade tem direcionado o reconhecimento somente às organizações executoras dos projetos, porque não consegue perceber a participação do poder público. Assim a atuação estatal tem sido compreendida como descompromissada com os interesses e necessidades dos cidadãos.

Quanto ao papel desempenhado pelas organizações de caráter não governamental junto ao processo educacional de Alagoas, esse é um caminho que está sendo construído, inclusive pelas instituições investigadas: *Paz e Amor* e *Semeador*. Estas se caracterizam por atuarem de acordo com a concepção moderada e transformadora respectivamente, na qual as demandas da sociedade são atendidas a partir do investimento em ações que privilegiam a educação. Portanto, a prática educativa desenvolvida é, de acordo com a concepção da primeira ONG, suficiente para resolver os problemas sociais. Quanto à segunda ONG observamos que a prática educativa é compreendida como uma importante contribuição para atender as demandas sociais. Contudo, é insuficiente se não acompanhada de uma formação política, que tenha por pretensão incentivar o engajamento dos sujeitos na luta, junto ao poder público, pela garantia e efetivação dos seus direitos.

As contribuições que as iniciativas não governamentais têm trazido, para o desenvolvimento de boa qualidade do processo educacional, são significativas. No contexto alagoano, as ONGs pesquisadas têm desenvolvido trabalhos educativos sérios e comprometidos com as demandas locais. Como a *Semeador* e muitas outras instituições que atuam no âmbito educativo, a *Paz e Amor* poderia desenvolver seu trabalho de acordo com uma concepção transformadora, o que permitiria que a mesma questionasse mais o sistema dominante, propondo não somente ações, mas alternativas ao mesmo. Em meio à proliferação e diversificação das possibilidades de ação, o desafio que se apresenta às ONGs, diz respeito à defesa de um perfil de atuação que contribua efetivamente para o fim da exclusão social e política da população alagoana.

Neste sentido, é necessário que as ONGs dêem continuidade à reflexão sobre o papel que desempenham frente às demandas sociais. Do mesmo modo, é preciso que o Estado pense sobre as intervenções que pode realizar junto à sociedade civil organizada. Dessa forma, ambos poderão atuar no sentido de potencializar e distribuir melhor papéis e atribuições, uma vez que, não é constitucional que tais organizações ocupem o papel secular do Estado republicano na garantia e efetivação do direito do cidadão. É importante discutir a relação ONGs e Estado para além do espaço acadêmico, oportunizando assim, o engajamento da sociedade nesse diálogo que se refere, primeiramente, à luta democrática. Essa discussão não pode ser limitada, e necessita da participação de todos aqueles que atuam e se interessam por compreender o processo educacional alagoano, sob pena de não apreender (em sua totalidade) o desenvolvimento social em curso.

REFERÊNCIAS

- ABONG. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: acesso a recursos privados. Rio de Janeiro: Abong, 2010.
- AFONSO, A. J. Sociologia da educação não escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; STOER, S.R. (Orgs.) **A sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989.
- ARMANI, D. Sustentabilidade: desafio democrático. In: **ONGs no Brasil**: perfil de um mundo em mudança. Ceará: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 141-152.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 30 de nov. 2010.
- BRASIL. **Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm>. Acesso em: 30 de nov. 2010.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- CARDOSO, F. H. **Teoria da Dependência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 6ª ed. Campinas: Papyrus, 2000.
- CARVALHO, M. C. A. A Participação social no Brasil hoje. **Polis Papers**, São Paulo, no. 2, 1998.
- CARVALHO, C. A. **Poder, conflito e controle nas organizações modernas**. Maceió: EDUFAL, 1998.
- CARVALHO, C. A. Preservar a identidade e buscar padrões de eficiência: questões complementares ou contraditórias na atualidade das Organizações Não Governamentais? **Revista Eletrônica de Administração**, Recife, v. 6, n. 2, ed. 14, mar./abr. 2000.
- CARVALHO, C. A.; SACHS, T. R. A internacionalização da economia chega ao Terceiro Setor: as relações (de)pendentes entre as ONGs do Sul e do Norte. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 8, no. 20, jan/abr, pp. 107-123, 2001.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos – a participação do mercado no Terceiro Setor. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP. São Paulo: volume 12, no. 2, novembro, 2000.

CKAGNAZAROFF, I.; SOUZA, M. Relação entre ONG e o Estado - um estudo de parceria. **Revista Gestão e Tecnologia**, América do Norte, 2, set. 2010. Disponível em: <http://www.unipel.edu.br/periodicos/index.php/get/article/view/126>. Acesso em: 10 Ago. 2012.

CKAGNAZAROFF, I. B.; SÁTIRO, V. L.; GONTIJO, P. H. G. ONGs e Estado: duas percepções de parcerias. In: CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 6., 8-11 nov. 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ISTR y CIAGS/UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.lasociedadcivil.org/uploads/ciberteca/019.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

CORTELLA, M. S. A contribuição da educação não formal para a construção da cidadania. In: CORTELLA, M. S.; SIMSOM, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. et alii. **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007, p. 43-52.

COUTINHO, C.N. O Estado brasileiro; gênese, crise e alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ESPJV, 2006.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

FAGUNDES, H. S. O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 6, dez. 2006.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público - O terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos. In L Landim (org.). **Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988, p 8-23.

FERREIRA, J. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FIREMAN, M. D. **O Trabalho do Pedagogo na Instituição Não-Escolar**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de alagoas, Maceió, 2006.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A.P.Desafios da parceria governo e terceiro setor.**Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, P. 12-19, jan./mar. 1998.

FISCHER, R. M. Estado, mercado e terceiro setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração**. São Paulo, FEA-USP, v. 40, n. 1, jan.-fev.-mar. 2005

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, 2005.

GARCIA, V. A. A educação não-formal no âmbito do poder público: avanços e limites. In: SIMSON, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. (Orgs.) **Educação não formal. Cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/Centri de Memória, 2001.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, M. da G. Educação não-formal na pedagogia social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho e Luis Sérgio Henriques, v.3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

HEY, A. S. **Terceiro setor: a influência do setor privado na esfera social**. Ponta Grossa. 2007. Monografia. (Graduação – Bacharelado em Direito) – CENTRO DE Ensino Superior dos Campos Gerais, Ponta Grossa, 2007.

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 33, n. 5, p. 115-141, set./out. 1999.

LANDIM, L. **Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Cadernos do ISER, 1993.

LANDIM, L.; BERES, N. **Ocupações, despesas e recursos: as organizações sem fins lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LAVALLE, A. G. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, n. 47, p. 121-135, 1999.

LEWIS, D. **The management of Non-Governmental Development Organizations**. London: Routledge, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MOTTA, C. **A atualização da crise neoliberal.** In: *Revistas Lutas Sociais*, n. 21/22 – 2º semestre 2008 e 1º semestre 2009, p. 9-23.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

MONTE, T.; CARVALHO, C. A. Poder e relações de parceria no terceiro setor. **Revista de Ciências da Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 1-26, 01 dez. 2005. Disponível em: [http://www.cad.ufsc.br/revista/14/Revista%2014%20-%207%20-%20RCAD%2018%202005\(site\).pdf](http://www.cad.ufsc.br/revista/14/Revista%2014%20-%207%20-%20RCAD%2018%202005(site).pdf)> Acesso em: 10 jun. 2012.

NASCIMENTO, E. P. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? In: DINIZ, E.; LOPES, J.S.L; PRANDI, R. (orgs.). **O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90.** São Paulo: Hucitec/Anpocs/Ipea, 1994, p. 289- 303.

NEDER, R. T. **As ONGs na reconstrução da sociedade civil no Brasil.** Disponível em<<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIPI'S%20e%20Terceiro%20Setor/As%20ONGs%20na%20reconstrução%20da%20sociedade%20civil%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 15 de ago. 2010.

NOGUEIRA, M. P. **Um Estado para a sociedade civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. **As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação.** *Cadernos de Pesquisa*, n.112, mar. 2001, p. 61-87.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ESPJV, 2006.

RODRIGUES, M. C. P. **Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil.** *Revista de Administração Pública*, v. 32, n. 5, p. 25-67, set./out. 1998.

SADER, E. *Prefácio* in GONÇALVES, H. S. (Org.) **Organizações Não Governamentais: solução ou problema?** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

SCHERER-WARREN, I. **ONGs na América Latina: trajetória e perfil.** São Paulo: Cortez, 1995.

SERVA, M. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 31, n. 6, p. 41-54, 1997.

SCHULER, S. Music, At-risk, students and the missing piece. **Music Educator Journal**, v.78, n. 3, nov./1991.

SIMSON, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. (Orgs.) **Educação não formal. Cenários da criação.** Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

SOUZA, H. de; RODRIGUES, C. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994 .

SOUZA, N. A.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. Caminhos entre a prática e a reflexão: da angústia do pensar. In: SIMSON, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. (Orgs.) **Educação não formal. Cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/Centri de Memória, 2001.

SZAZI, E. **Terceiro setor: regulação no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TEODÓSIO, A. dos S. de S. Organizações Não-Governamentais entre a justiça social e a eficiência gerencial: armadilhas, perspectivas e desafios da modernização das políticas públicas locais. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 2, n. 001, p. 97-121, jun. 2002.

TRILLA, J. A educação não formal. In: GHANEM, E.; TRILLA, J.; ARANTES, V. A. (Orgs.) **A educação formal e não formal**. São Paulo: Summus, 2008.

VIEIRA, L. **Cidadania e Globalização**. São Paulo: Record, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Solicitação de assinatura dos participantes da pesquisa TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

Eu, _____, tendo sido convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo “A FUNÇÃO SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL ALAGOANO A PARTIR DA DÉCADA DE NOVENTA”, recebi da Sra. Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

Que o estudo se destina a analisar a função social das ONGs que desenvolvem um trabalho educativo no contexto alagoano junto a crianças e adolescentes diante do enxugamento do papel do Estado a partir da década de noventa.

Que a importância deste estudo diz respeito a investigação a respeito do papel que os sujeitos envolvidos nas ações não governamentais tem desempenhado frente às demandas sociais e especificamente educativas.

Que a partir da realização dessa investigação no campo das organizações que desenvolvem um trabalho educativo e de assistência social no Estado de Alagoas os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: 1) Compreender teoricamente a relação entre Estado e sociedade civil; 2) Aprender como se articula a Educação e a Assistência Social dentro do espaço das Organizações Não Governamentais; 3) Traçar o perfil e atuação das ONGs que desenvolvem ações voltadas para o campo educativo; 4) Identificar as mudanças ocorridas no perfil de atuação das ONGs; 5) Investigar os efeitos das transformações no perfil de atuação das ONGs sobre a função social das mesmas; 6) Analisar as implicações das mudanças na função social das ONGs sobre o processo de elaboração de políticas sociais.

Que esse estudo se realizará no primeiro semestre do ano de 2012, com início em janeiro e término em abril do mesmo ano.

Que o estudo será realizado no espaço da Organização Não Governamental escolhida como locus de pesquisa, a pesquisadora terá acesso a relatórios, artigos, publicações, contrato social e projeto político pedagógico da instituição pesquisada.

Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: De um modo geral, a participação no estudo não me causará nenhum incômodo.

Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: De um modo geral, a participação no estudo não trará nenhum risco à minha saúde física ou mental.

Que deverei contar com a assistência dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa: Elione Maria Nogueira Diógenes, residente na Av. Dr. Jose Sampaio Luz, 858, apt.102, CEP: 57035260, telefone: (82) 8860-6364 e Janine Oliveira Cardeal, residente na R. João Martins, Condomínio Petrúcio Maia, 23, CEP: 57060110, telefone: (82) 8846-4765.

Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: a compreensão e o esclarecimento para a sociedade a respeito da função social desempenhada pela sociedade civil organizada atuante no âmbito educativo alagoano.

Que a minha participação será acompanhada pela pesquisadora em todas as etapas da pesquisa.

Que sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Que eu não deverei ser indenizado por qualquer despesa que venha a ter com a minha participação nesse estudo e, também, por todos os danos que venha a sofrer pela mesma razão.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio:

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP: /Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr (a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP: /Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Endereço d(os, as) responsável (is) pela pesquisa:

Elione Maria Nogueira Diógenes

Instituição: **Universidade Federal de Alagoas**

Endereço: **Av. Dr. Jose Sampaio Luz CEP:**

Bloco: /Nº: **858/Complemento: Apto 102**

Bairro: **Ponta Verde /CEP: 57035260/Cidade: Maceió, AL.**

Telefone p/contato: **(82) 8860-6364**

Janine Oliveira Cardeal

Instituição: **Universidade Federal de Alagoas**

Endereço: **R. João Martins, Condomínio Petrúcio Maia,23**

Bloco: /Nº: **23/Complemento: Condomínio Petrúcio Maia**

Bairro: **Tabuleiro dos Martins /CEP: 57060110/Cidade: Maceió, AL.**

Telefone p/contato: **(82) 8846-4765**

**ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:
 Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas:
 Prédio da Reitoria, sala do C.O.C. , Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
 Telefone: 3214-1041**

Maceió,

<p>_____ Voluntário (a) no estudo Rubricar as demais folhas</p>	<p>_____ Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (Responsável pelo estudo) Rubricar as demais folhas</p>
	<p>_____ Janine Oliveira Cardeal (Responsável pelo estudo) Rubricar as demais folhas</p>

APÊNDICE 2
Solicitação de assinatura dos gestores
CARTA DE ANUÊNCIA

Pela referida, a diretoria do _____, localizado à _____, nº _____, CEP: _____, _____/AL, representada por _____, declara que receberá em sua sede a orientadora do estudo Profa. Dra. Elione Diógenes Nogueira e a pesquisadora Janine Oliveira Cardeal que propõem a pesquisa sobre A FUNÇÃO SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL ALAGOANO A PARTIR DA DÉCADA DE NOVENTA. A instituição será lócus de pesquisa e assim sendo, permitirá a realização do estudo de acordo com os instrumentos de coleta de dados selecionados no projeto de pelas pesquisadoras. Será concedido o espaço para que as pesquisadoras tenham acesso aos documentos, portanto, será disponibilizado o documento normativo, o projeto político da instituição além de possíveis materiais arquivados pela organização que contribuam para a pesquisa. Será possibilitada pela instituição a oportunidade para que as pesquisadoras apliquem os questionários, realizem entrevistas com os sujeitos da pesquisa e observem o cotidiano da organização, participando das atividades nas quais se desenvolvem diversos processos educativos.

Maceió, ___ de _____ de _____.

Gestor da Instituição

APÊNDICE 3
MODELO DE QUESTIONÁRIO
Gestores das ONGs pesquisadas

A respeito da ONG:

1. A ONG desenvolve um trabalho no contexto:
 - () Municipal
 - () Estadual
 - () Nacional
 - () Mundial

2. O espaço de atuação da ONG é:
 - () Urbano
 - () Rural
 - () Urbano e Rural

3. O período de fundação da ONG é entre os anos de:
 - () 1960 e 1969
 - () 1970 e 1979
 - () 1980 e 1989
 - () 1990 e 1999
 - () 2000 e 2011

4. A ONG possui registro
 - () Sim
 - () Não
 - () Não sabe informar

5. No quadro de funcionários da ONG há:
 - () Somente voluntários
 - () Somente estagiários
 - () Somente profissionais com carteira assinada
 - () Voluntários, estagiários e profissionais com carteira assinada
 - () Outros. Quais? _____

6. O campo de atuação da ONG é:
 - () Educação
 - () Justiça e promoção de direitos
 - () Meio ambiente
 - () Saúde
 - () Trabalho e renda
 - () Outro(s). Qual(is)? _____

7. A fonte de financiamento das ações ocorre por meio de:
 - () Doações de pessoas físicas
 - () Investimento do setor privado
 - () Projetos financiados por órgãos do Estado
 - () Outro(s). Qual(is)? _____.

8. A atuação da ONG se dá por meio do desenvolvimento de:
- Ações pontuais
 - Projetos
 - Ações e projetos
 - Outra forma. Qual? _____.
9. As ações e/ou projetos da ONG são desenvolvidos em parceria com:
- A comunidade
 - Instituições privadas
 - Órgãos estatais
 - Partidos políticos
 - Igrejas
 - Cooperativas
 - Outro. Qual? _____.
10. As ações e projetos desenvolvidos são propostos e organizados pela:
- Instituição parceira que financia as ações
 - Organização Não Governamental
 - ONG, instituição parceira e comunidade
 - ONG e pela instituição parceira
11. A eficiência e eficácia das ações e projetos são avaliadas pelos membros da:
- Instituição parceira que financia as ações
 - Organização Não Governamental
 - ONG, instituição parceira e comunidade
 - ONG e da instituição parceira
12. Com relação à parceria com o Estado, a ONG percebe nela uma situação:
- Favorável para a ONG
 - Desfavorável para a ONG
 - Que não interfere no trabalho desenvolvido

APÊNDICE 4
ROTEIRO DE ENTREVISTA
 Gestores das ONGs pesquisadas

Perfil do Entrevistado

Sexo: Masculino () Feminino ()

Faixa etária:

Entre 15 e 20 anos () Entre 21 e 25 anos () Entre 26 e 30 anos ()
 Entre 31 e 35 anos () Entre 36 e 40 anos () Acima de 40 anos ()

Sua formação:

Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo ()

Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo ()

Curso Superior Incompleto () Qual?

Curso Superior Completo () Qual?

Curso Técnico e/ou Profissionalizante () Qual?

Pós-graduação lato sensu () Qual área?

Pós-graduação stricto sensu () Qual área?

Tempo de trabalho na ONG:

Menos de 1 ano () Entre 1 e 3 anos () Entre 4 e 6 anos ()

Entre 7 e 10 anos () Acima de 10 anos ()

Conceitos e compreensões

1) O que é uma ONG?

2) Qual a importância do papel desenvolvido por uma ONG?

3) No desenvolvimento de seu trabalho, como a ONG enxerga as parcerias?

4) Quais foram as instituições com as quais a ONG firmou uma parceria?

5) Como se estabelece a relação Estado com a ONG ?

6) Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento do trabalho com ou sem parceria?

7)Quais os desafios e perspectivas do trabalho da ONG?

8) Qual(is) o(s) principal(is) motivo(s) que a seu ver tem contribuído para o fortalecimento das ONGs?

9)O que fez você acreditar nas ações das ONGs? O que estimulou o seu envolvimento nesse âmbito?

10) Como você percebe o reconhecimento social da instituição diante do poder público e da sociedade?

APÊNDICE 5
MODELO DE QUESTIONÁRIO
 Educadores das ONGs pesquisadas

Perfil do Respondente 1

Sexo:

Masculino () Feminino ()

Faixa etária:

Entre 15 e 20 anos () Entre 21 e 25 anos () Entre 26 e 30 anos ()

Entre 31 e 35 anos () Entre 36 e 40 anos () Acima de 40 anos ()

Sua formação:

Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo ()

Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo ()

Curso Superior Incompleto () Qual?

Curso Superior Completo () Qual?

Curso Técnico e/ou Profissionalizante () Qual?

Tempo de trabalho na ONG:

Menos de 1 ano () Entre 1 e 3 anos () Entre 4 e 6 anos ()

Entre 7 e 10 anos () Acima de 10 anos ()

Pós-graduação lato sensu () Qual área?

Pós-graduação stricto sensu () Qual área?

Qual atividade desenvolve na ONG?

A respeito do trabalho da ONG

1. Você acredita que a sociedade reconhece o trabalho da ONG:
 - Plenamente()
 - Razoavelmente()
 - Não reconhece ainda()
 - Não tenho opinião()

2. Como você percebe que a influência do trabalho da ONG sobre a sua vida?

3. Como você percebe que a influência do trabalho da ONG sobre a vida dos sujeitos atendidos?

ANEXOS

Parecer do Comitê de Ética

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (versão outubro/99) Para preencher o documento, use as indicações da página 2.			
1. Projeto de Pesquisa: A FUNÇÃO SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO EDUCACIONAL ALAGOANO A PARTIR DA DÉCADA DE NOVENTA			
2. Área do Conhecimento (Ver relação no verso) 7 CIÊNCIAS HUMANAS		3. Código: 708 EDUCAÇÃO	4. Nível: (Só áreas do conhecimento 4)
5. Área(s) Temática(s) Especial (s) (Ver fluxograma no verso)		6. Código(s):	7. Fase: (Só área temática B) I () II () III () IV ()
8. Unitermos: (3 opções)			
SUJEITOS DA PESQUISA			
9. Número de sujeitos No Centro: Total:		10. Grupos Especiais: <18 anos () Portador de Deficiência Mental () Embrião/Feto () Relação de Dependência (Estudantes, Militares, Presidiários, etc) () Outros () Não se aplica ()	
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
11. Nome: ELIONE MARIA NOGUEIRA BIOGENES			
12. Identidade: 2000002388252	13. CPF: 32280688387	19. Endereço (Rua, n.º): AV. DR. JOSE SAMPAIO LUZ, 858, APTº 102	
14. Nacionalidade:	15. Profissão: PROFESSORA	20. CEP: 57035-260	21. Cidade: MACEIO
16. Maior Titulação: DOCTORADO	17. Cargo: PROF. ADJUNTO J	23. Fone: (82) 8860-6264	24. Fax:
18. Instituição a que pertence: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS		25. Email: elionend@uef.com.br	
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Data: 06/09/11			
Assinatura			
INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO			
26. Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS		29. Endereço (Rua, n.º):	
27. Unidade/Orgão: CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU		30. CEP:	31. Cidade: MACEIO
28. Participação Estrangeira: Sim () Não <input checked="" type="checkbox"/>		33. Fone:	34. Fax:
35. Projeto Multicêntrico: Sim () Não <input checked="" type="checkbox"/> Nacional () Internacional () (Anexar a lista de todos os Centros Participantes no Brasil)			
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. Nome: ELTON CASADO FIREMAN Cargo: Coordenador do CEP Data: 09/09/11			
Assinatura			
PATROCINADOR			
36. Nome:		39. Endereço	
37. Responsável:		40. CEP:	41. Cidade:
38. Cargo/Função:		43. Fone:	44. Fax:
Não se aplica <input checked="" type="checkbox"/>			
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP			
45. Data de Entrada: 09/09/11	46. Registro no CEP: 018249/2011-41	47. Conclusão: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/>	48. Não Aprovado ()
49. Relatório(s) do Pesquisador responsável previsto(s) para:		Data: / /	Data: / /
Encaminhado a CONEP: 50. Os dados acima para registro () 51. O projeto para apreciação ()		53. Coordenador/Nome: Prof. Dr. Elton Casado Fireman Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa - UFAL	
52. Data: / /		Anexar o parecer consubstanciado	
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP			
54. Nº Expediente:		57. Registro na CONEP:	
55. Processo:		56. Data Recebimento:	
58. Observações:			